

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LEONARDO VASCONCELOS RENAULT

O ATO COLECIONADOR

Belo Horizonte
2015

LEONARDO VASCONCELOS RENAULT

O ATO COLECIONADOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Àvila Araújo

Belo Horizonte
2015

Ficha Catalográfica

R396a Renault, Leonardo Vasconcelos.
2015 O ato colecionador [manuscrito] / Leonardo Vasconcelos
Renault. – 2015.
177 f. : il., tabs.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.
Inclui bibliografia (f. 163-174) e anexos.

1. Colecionadores e coleções – Teses. 2. Biblioteconomia –
Teses. 3. Arquivologia – Teses. 4. Museologia – Teses.
5. Epistemologia – Teses. I. Araújo, Carlos Alberto Ávila.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da
Informação. III. Título.

CDD: 069.4



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO


"O ATO COLECIONADOR"

Leonardo Vasconcelos Renault


Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"doutor em Ciência da Informação"**, linha de pesquisa **"Informação, Cultura e Sociedade"**.

Tese aprovada em: 24 de junho de 2015.

Por:



Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo (Orientador)



Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha



Prof. Dr. José Almatéia de Aquino Ramos - UFES




Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis




Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora
pp Beatriz Cendon

Versão final Aprovada por



Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **LEONARDO VASCONCELOS RENAULT**, matrícula:
2011710361

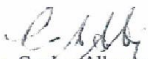
Às 14:00 horas do dia 24 de junho de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 29/05/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O ato colecionador**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTOR em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADO
Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha	APROVADO
Prof. Dr. José Alimatéia de Aquino Ramos	APROVADO
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADO
Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho	APROVADO

Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2015


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
ECI/UFMG



Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha
IBICT


Prof. Dr. José Alimatéia de Aquino Ramos
UFES


Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria da Conceição Carvalho
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Beatriz Valadares Cendón
Coordenadora do Programa Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

DEDICATÓRIA

Dedicar qualquer tipo de trabalho é tarefa, que ao meu ver, deve começar sempre com a reflexão do percurso percorrido. Este caminho, de fato, foi muito difícil de ser trilhado, pelos atuais contextos de vida a que estou afeito. No entanto, esta dificuldade evoluiria muito rapidamente para a inviabilidade total se não fossem em primeiro plano a força e energia superior que tudo gera, influencia e cria. No plano da concretude, embora ainda fazendo abstrações, minha mulher e filho vocês são fonte inspiradora e, sobretudo de amparo e sustentação deste empreendimento. Dedico este trabalho a vocês. Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, o professor Carlos Alberto Ávila Araújo, pela paciência e sabedoria com que conduziu esta relação, por vezes difícil, entre orientador e orientando. Penso que ganho acima de tudo um amigo com quem espero ainda poder contar muito. Agradeço a minha banca de qualificação pelos caminhos sugeridos, pelas críticas e sugestões. Em especial agradeço à Professora Maria da Conceição que foi minha orientadora de projeto discente ainda na graduação e, em parte, é responsável por ter chegado até aqui.

Agradeço também a toda minha família e amigos pela compreensão nos momentos de ausência e pela alegria nas convergências fraternas e efusivas. Novamente agradeço em especial a minha esposa e filho e também aos meus pais e irmãs. Aos colegas de toda hora, em especial à Fabiana, colega de trabalho e de enfrentamentos, à Carla, colega distante hoje, mas presente sempre em minha memória, à Letícia e demais colegas da biblioteca FACE, à Fernanda, a Diná, Elizabeth Rolim e demais colegas da UFMG.

Agradeço aos meus amigos do “Rock” pelas possibilidades de curtir a vida, extravasar e viver acima de tudo. Em especial aos amigos Edson e sua esposa Dulcinéa e ao amigo “velho de guerra” Piu. Que venham ainda muitos e muitos shows e comemorações nos anos vindouros.

Aos amigos de pesquisa e afinidades “acadêmicas”: em primeiro lugar ao grande amigo Ivo, colega de graduação e de vida, André, Joéffisson e Gustavo Saldanha e demais colegas de graduação, mestrado e doutorado.

Aos amigos de fé também agradeço pela parceria e apoio mútuo, em especial ao Jairo.

Agradeço (ainda que postumamente) também aos autores que li para esboçar esta tese. Agradeço às coleções que vi e vivi. Agradeço à biblioteca da FACE/UFMG por

me proporcionar inspiração, experiência e apoio para conduzir esta empreitada. Por fim agradeço às atuais diretoras da FACE pela compreensão e apoio e também ao ex-diretor igualmente pelo mesmo motivo e, na pessoa destes, agradeço à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG por ter me acolhido, incentivado e munido de ferramentas para realizar meu labor diário.

“A página branca! Esse grande deserto a ser atravessado. Essa página branca que continua branca a cada vigília não é o grande sinal de uma solidão sem fim recomeçada?”

Gaston Bachelard

RESUMO

Este trabalho trata da discussão em torno do colecionismo e sua adequabilidade e pertinência às disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Neste sentido, propõe o conceito de ato colecionador como prática social construída e ampliada pelas representações da cultura. Com o intuito de delimitar o objeto de discussão da tese, introduziu-se o conceito da categorização do colecionismo em três períodos históricos: Renascimento, Iluminismo e Contemporâneo, buscando relacioná-los com as disciplinas apresentadas nesta tese. Em complemento a esta categorização buscou-se os princípios teóricos basilares do trabalho nos filósofos Gaston Bachelard e sua idéia de conhecimento aproximado e em Ivan Domingues na formulação do sujeito construtor do conhecimento. Neste sentido procurou-se evidenciar as relações entre documento, coleção e cultura tendo o sujeito demiurgo como figura central para o estabelecimento destes conceitos. Adiante, cada período, é analisado tratando de um manual de cada área de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, totalizando três por período e nove ao todo. O objetivo dessa análise é tentar encontrar as marcas da expressão colecionadora humana através das práticas profissionais das áreas consolidadas nos manuais que, por sua vez, orientam como devem ser tratadas e geridas as coleções nos arquivos, bibliotecas e museus. Problematiza dessa forma, questões específicas para cada uma das áreas e ao mesmo tempo similitudes sob a questão do ato colecionador tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Nesse sentido visualiza uma possibilidade de diálogo que transponha o escopo das práticas e teorias das áreas e proponha assim um debate ao mesmo tempo disciplinar e transversal.

Palavras-chave: Colecionismo. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Epistemologia.

ABSTRACT

This paper discusses collecting and its suitability and relevance to the subjects of Archival Science, Library Science and Museum Studies. That way, we propose the concept of collecting act as a social practice built and expanded by the representations of culture. In order to delimit the thesis object, the concept of categorization of collecting is introduced into three historical periods: Renaissance, Enlightenment and Contemporaneity, seeking to relate them to the subjects presented in this thesis. In addition to this categorization we referred to the basic theoretical principles of philosophers such as Gaston Bachelard and his idea of approximate knowledge and Ivan Domingues in the definition of the subject builder of knowledge. In this sense we tried to make evident the relationships among document, collection and culture keeping the demiurge subject as a central figure in establishing these concepts. Furthermore, each period is analyzed dealing with a manual of each Archival, Library and Museum Studies area, totaling three per period and nine in all. The purpose of this analysis is to try to find the marks of human collecting expression through professional practices in the areas consolidated in the manuals, which, in their turn, guide how the collections in archives, libraries and museums should be handled and managed. This study also discusses specific issues and similarities for each of the areas under the idea of the collecting act both theoretically and practically. In this sense, it shows a possibility of dialogue transposing the scope of the practices and theories of the areas and thus proposes a disciplinary and cross time debate at the same time.

Keywords: Collectionism. Archival Science. Library Science. Museum Studies. Epistemology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 1 – Folha de rosto do manual de Baldassare Bonifácio.....	75
FIG. 2 – Capa do “Manual dos Arquivistas Holandeses”	80
Fig. 3 – Conteúdo do Manual do ICA.....	85
FIG. 4 – Folha de rosto do manual de Gabriel Naudé.....	90
Fig. 5 – Esquema de classificação proposto por Dewey.....	99
FIG. 6 – Manual IFLA 1.....	103
FIG.7 – Manual IFLA 2.....	103
FIG.8 – Capa do manual do Quiccheberg.....	109
FIG. 9 – O manual de Neickel.....	114
FIG. 10 – Conteúdos (sumário) do Manual do ICOM.....	117-118
Quadro 1 – Síntese dos manuais de Arquivologia.....	121
Quadro 2 – Síntese dos manuais de Biblioteconomia.....	121
Quadro 3 – Síntese dos manuais de Museologia.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Apresentação e contextualização do tema.....	15
1.2 Problema de pesquisa.....	17
1.3 Justificativa e relevância do tema.....	17
1.4 Coleções.....	22
2 RELAÇÕES ENTRE COLEÇÃO, DOCUMENTO E CULTURA: EM BUSCA DE ARGUMENTOS EPISTEMOLÓGICOS.....	33
2.1 A problemática da episteme.....	33
2.2 Aportes culturais para a discussão.....	46
2.3 Em busca da materialidade: a questão do documento.....	52
2.4 Preparando a coleta.....	56
3 DO ARRANJO (OU MÉTODO COLECIONADO).....	57
3.1 Epistemologia do conhecimento colecionado (criado) ou do argumento do sujeito criador (coleccionador) do conhecimento.....	59
3.2 Representar.....	60
3.3 Os Manuais como representação do ato colecionador: uma visão em três tempos.....	64
3.4 O quê representar (sobre a escolha dos manuais).....	71
4 REPRESENTAÇÕES DO COLECIONISMO E DO COLECIONAR.....	74
4.1 Arquivando.....	75
4.1.1 Baldassare Bonifacio e o caráter divino dos arquivos.....	75
4.1.2 O famoso Manual dos Arquivistas Holandeses.....	80
4.1.3 Comitê internacional.....	83
4.2 Organizando as prateleiras.....	90
4.2.1 O manual de Naudé.....	90

4.2.2 O legado de Dewey.....	97
4.2.3 Padrões internacionais.....	101
4.3 Vivendo de passado.....	109
4.3.1 Quiccheberg e o primeiro tratado sobre museus.....	109
4.3.2 Evolução terminológica.....	113
4.3.3 O Museu contemporâneo.....	117
5 OBSERVAÇÕES E APONTAMENTOS DAS RELAÇÕES ENTRE AS DISCIPLINAS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA.....	123
5.1 Inferências a partir dos manuais.....	123
5.2 Fundamentações.....	131
5.3 Convergentes, divergentes, separacionistas e visionários.....	150
5.4 Admirável mundo novo (prospectos a partir do agora).....	155
6 CONCLUSÕES.....	157
7 REFERÊNCIAS.....	163
8 ANEXOS.....	175
8.1 Anexo 1 – Exemplo de coleção Renascentista.....	175
8.2 Anexo 2 – Exemplo de coleção Iluminista.....	176
8.3 Anexo 3 – Exemplo de coleção contemporânea.....	177

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o processo de formação de coleções, acervos, repositórios e arquivos pode ser considerado um dos temas centrais para a tríade: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Minha motivação, no entanto, é ampliar a discussão do colecionismo para além das três áreas e pontuá-la também nos aspectos cotidianos e culturais do ato de se colecionar.

A formação de coleções na sociedade reúne um amplo aspecto de coisas e contextos que vão desde a curiosidade científica até aspectos estéticos, religiosos e até mesmo funcionais.

Pode se dizer ainda que coexistem aspectos psicológicos e até mesmo patológicos para a “acumulação” de coisas. Nesta tese, por outro lado, procurou-se focar aspectos teóricos e culturais do colecionismo tentando assim construir uma reflexão que encontre ressonância nas áreas citadas acima, mas que sobretudo fomentem novos debates e ideias.

O que se desenvolve nos próximos capítulos é uma discussão que traz elementos teóricos para se embasar a discussão do ato colecionador nos campos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Dessa forma, introduz o conceito de conhecimento aproximado em Gaston Bachelard e em sequência a formulação do conhecimento do criador em Ivan Domingues. O intuito neste caso é fundamentar a análise dos manuais desses campos como construções sociais que permitem a análise de suas representações em relação às suas construções colecionadoras. Neste caso, são introduzidos os autores Norbert Elias e Roger Chartier para caracterizar a idéia de representação social. Tendo estes aportes foi possível partir para a análise dos manuais em sentido estrito e depois conduzi-los para uma extrapolação dos mesmos no sentido de se buscar traçar alguns quadros mais amplos no cenário da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em relação ao ato colecionador.

Outro ponto importante de se esclarecer ainda em caráter introdutório diz respeito a duas questões que podem gerar alguma confusão. A primeira diz respeito ao entendimento de que os campos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são considerados neste trabalho como independentes e autônomos. A variação entre os termos: campo, disciplina e área, são apenas por uma questão de estilo e para evitar em muitos momentos uma repetição excessiva. O segundo ponto é sobre a diferença entre colecionismo e ato colecionador. O colecionismo se refere ao campo de estudos interdisciplinar que possui amplitude inclusive para além dos campos discutidos na tese. Embora em algum momento os termos apresentem relações de significado muito próximas o que possibilita que sejam tratados como sinônimos. No entanto, o que quer se marcar é a autonomia do conceito de ato colecionador, pois conforme se verificará adiante, trata-se de uma definição construída exclusivamente para este trabalho e que está de acordo com toda proposta desenvolvida aqui.

Dessa forma, a tese se estrutura nos seus aspectos introdutórios e essenciais no capítulo 1; segue com a discussão da relação entre coleção, documento e cultura; avança na caracterização dos aspectos metodológicos do trabalho; parte para a análise de 09 manuais de três grandes períodos históricos: Renascimento, Iluminismo e Contemporâneo: rediscute a relação dos manuais à luz das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tentando perceber suas relações e diferenças e por fim chega (ou tenta chegar) a algumas conclusões. Sobre os manuais é importante ressaltar que foi escolhido um manual de cada área para cada período histórico com o intuito de tentar captar o fazer colecionador desses campos do conhecimento em seus momentos de passagem. Assim, tendo feito este breve incursão introdutório seguimos na caracterização do tema, problema e justificativas deste trabalho.

1.1 Apresentação e contextualização do tema

O “coleccionismo” como conceito ligado à acumulação e organização de objetos e ideias pode ser considerado como anacrônico ou no mínimo localizado e restrito a determinados lugares e abordagens. Esta aceção se deve em parte pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias da informação em âmbito mundial onde o acesso foi por vezes deflagrado como substituto do conceito de posse e por extensão das coleções.

Paralelamente a este desenvolvimento pudemos observar também uma crescente retomada de interesse pelas coleções de toda ordem, sejam de objetos históricos e culturais, sejam de repertórios privados de música, livros entre outros. Este movimento pode ser observado pelo grande movimento de expansão de criação de museus e centros de memória, pela crescente preocupação da estruturação de fluxos documentais e arquivísticos nas instituições e pela grande procura por boas bibliotecas e espaços de estudo. Estas sinalizações, no entanto, são destacadas de percepções do cotidiano e aqui tem o objetivo de introduzir e ilustrar a discussão.

Outro ponto de observação pertinente é a própria *web* com a retomada dos repertórios em todo tipo de assunto. Ou seja, existe uma retomada pela relevância do mediador que, ancorado em sua coleção (repertório) de conteúdos (conhecimento) fornece base para outros sujeitos interagirem e formarem novos estoques culturais e assim sucessivamente.

Por outro lado, poderíamos pensar na grande massa de conhecimento, experiências e representações identitárias que provocam a criação e organização de coleções em todos os segmentos e contextos sociais. Dizendo de outra forma, podemos apreender o mundo através das nossas representações e práticas culturais acumuladas:

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que,

paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse. (CHARTIER, 1990, p. 19).

Caberiam então, pensar quais os aparatos e técnicas que ordenam este discurso. Surge assim, a primeira inferência em relação a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como as disciplinas que, a *priori*, têm, entre outras, a tarefa de organizar o conhecimento acumulado. Neste caso a inferência é apenas para localizar a discussão no terreno da concretude das relações sociais em suas manifestações mais emblemáticas do ponto de vista cultural.

Neste sentido, o colecionismo (ato colecionador) se revela um contexto muito apropriado para reafirmar a importância das coleções enquanto reflexo da cultura, do *modus vivendi* de determinada sociedade do passado, mas também do presente e conseqüentemente do futuro.

Outro ponto a ser observado diz respeito à diferença de entendimento e adesão ao tema do colecionismo por parte das disciplinas abordadas no trabalho. Dessa forma, conforme a localização da discussão pode se perceber alterações na intensidade e relevância conferida a esta discussão. Contudo, o ato colecionador proposto aqui pretende fazer uma reflexão mais ampla sobre a ideia do colecionismo que transcende os procedimentos de organização das áreas e sinaliza na direção de uma compreensão do fazer humano na perspectiva da cultura representada e vivenciada através das instituições de arquivo, biblioteca e museu¹.

Enfim, a questão da atualidade e pertinência do conceito, somadas à possibilidade de observar relações entre as disciplinas em questão são as perguntas inaugurais deste trabalho.

¹ Quando se faz referências às instituições de arquivo, biblioteca e museu não se tem a pretensão de reduzir as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia a estas instâncias da cultura.

1.2 Problema de pesquisa

O problema que norteia esta tese de doutorado diz respeito ao estudo do colecionismo como conceito que encontra terreno e horizonte nas disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Nesta perspectiva pergunta-se:

- Em que medida o conceito de colecionismo se revela pertinente para uma discussão que envolva as disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia?
- Quais os tipos de relações que podem ser observadas entre as disciplinas a partir dessa discussão?
- E por fim, em que medida o conceito de colecionismo se revela importante e atual para cada uma dessas áreas do conhecimento?

1.3 Justificativa e relevância do tema

A discussão em torno de uma aproximação entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do ponto de vista teórico é uma preocupação iminente no Brasil, em parte pela nova configuração institucional dessas áreas no cenário brasileiro.

A criação de cursos, sobretudo de Arquivologia e Museologia em escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação vem forçando uma discussão em torno de temas transversais para as áreas. Ressalta-se, entretanto, que o estudo proposto aqui se situa na esfera dos trabalhos em “pesquisa básica”, o que por vezes, não pode ser dimensionado de imediato a ponto de possibilitar um instantâneo desdobramento dos resultados da pesquisa. Contudo, suas construções, discussões e até mesmo refutações, de alguma forma, alimentam o debate científico e podem gerar, fomentar ou incitar incontáveis abordagens e aplicações. De qualquer forma, pretende-se alcançar algum nível de entendimento sobre as possíveis relações entre as áreas tendo como norte e medida o conceito de ato colecionador.

A proposta é apresentar um conceito, no caso o colecionismo, que traga contribuições para o desenvolvimento epistemológico do campo como um todo, sem, no entanto cair em reducionismos, pois,

No caso das áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia, como vimos, o senso-comum não demora em associá-las ao estudo de bibliotecas, arquivos e museus, respectivamente. Ora neste caso, o que está acontecendo é o desenvolvimento de uma abordagem imediatista e reducionista que fixa o objeto de estudo das áreas citadas nos aspectos institucionais. (CHAGAS, 1994).

Podemos concordar com a argumentação, apesar da redução, a que se refere o autor, ter o potencial de se tornar um bom recorte de problematização dessa questão. Para este trabalho tais lugares (de cultura, diríamos) representam aspectos do ato colecionador e podem fornecer bons indícios para uma discussão de fundo epistemológico.

O tema proposto aqui possui ainda grande relevância social, uma vez que transita num universo permeado pela cultura, conhecimento e informações que possuem demandas concretas ou potenciais por parte da sociedade em escala global. Perceber os arranjos do conhecimento colecionado é de alguma forma buscar o entendimento da nossa sociedade enquanto reflexo de uma cultura que se organiza e se estrutura pelas práticas dos indivíduos que agem sobre ela.

Por fim, temos um horizonte interessante a ser explorado, quer seja pela maior amplitude do campo quer pela incongruência e divergência de olhares sobre o objeto dado na relação entre informação e cultura. Não podemos deixar, entretanto, de mencionar que essa “nova amplitude” nos revela um caminho em direção a uma ciência comprometida com o social e com a cultura permeando o seu centro de questões e problemas. Dessa forma, o projeto pode trazer tanto ganhos epistêmicos quanto sociais e culturais.

Nesse sentido, algumas questões, para cada uma das disciplinas, podem ser colocadas no sentido de aprimorar o entendimento das coleções vistas em sua

organicidade, abrangência e objetivos. Para a Biblioteconomia, apesar de se ter a questão do estudo do “desenvolvimento das coleções”, os aspectos históricos de constituição da mesma ficaram em segundo plano por conta da influência da administração no trato com a coleção:

Decorrente dessa influência da Administração, as coleções bibliográficas foram estudadas de forma a-histórica, como se elas sempre tivessem existido dessa forma, esquecendo suas origens e seus percursos. Interessante que, para conceber os objetivos de uma biblioteca, de um museu e mesmo da política de suas coleções necessitamos saber, antes, como essas coleções se formaram. Pois é exatamente o “vaivém” dessas coleções que imprimem seus objetivos e suas políticas. Assim, a Biblioteconomia se interessou em menor escala pela formação das coleções, sem perceber que é justamente o motivo que leva alguém a colecionar que, posteriormente, determinará os objetivos da coleção. (MURGUIA, 2007).

Esses estudos de constituição das coleções nas bibliotecas são algo que realmente merecem mais atenção, pois poderiam desvelar diversas questões que vão desde parcerias intelectuais (através de dedicatórias, por exemplo) até o entendimento mais complexo das relações de poder representadas pelas “escolhas” sobre determinadas correntes do pensamento e assuntos na composição do acervo.

A escolha pela Biblioteconomia para demonstrar esta relação neste primeiro momento, se dá justamente por ser a temática: “desenvolvimento de coleções” tão consolidada na área. Os estudos denominados como “desenvolvimento de coleções” na Biblioteconomia se referem às análises dos procedimentos de gestão das coleções envolvendo os processos de aquisição, avaliação e desbastamento do acervo (VERGUEIRO, 1989). De qualquer forma, esta preocupação pode e deve ser estendida para as outras disciplinas como veremos adiante.

Assim, na tentativa de avançar na construção de um conceito mais amplo e, portanto adequado à proposta deste trabalho, buscou-se um entendimento de coleção que caiba nas disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

É portanto possível circunscrever a instituição de que nos ocupamos: uma coleção, isto é, qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN, 1994, p. 53).

Observa-se que a definição de Pomian mostra um caminho muito interessante para a construção do argumento deste trabalho, uma vez que coloca a coleção numa relação que cabe nas três áreas em discussão, dentro dos aspectos básicos de constituição e armazenamento dos objetos. Acrescenta-se aí a noção de temporalidade da guarda, tão cara para a Arquivologia, mas também importante para a Biblioteconomia e Museologia em suas avaliações específicas das coleções visando evidentemente propósitos distintos.

O colecionismo ou o ato colecionador é tema de várias áreas do conhecimento e prática que remonta aos primórdios da civilização humana. Colecionar pode inclusive se fazer análogo à condição da razão e à ordenação do discurso, pois,

Colecionar, do latim *collectio*, possui em seu núcleo semântico a raiz *leg, de alta relevância em todos os falares indo-europeus – e mesmo antes, pois esta raiz está entre as poucas que conhecemos do proto-indo-europeu, há mais de 4 mil anos atrás, com sentidos ordenadores. No grego clássico, em seu grau “o”, produz o morfema *log*, avizinjado, em seu grau “e”, de *leg*, ambos repletos de derivados. Nesta família lingüística, aparece o núcleo semântico e significativo do colecionismo: uma relação entre pôr ordem – raciocinar – (*logein*) e discursar (*legein*), onde o sentido de falar é derivado do de coletar: a razão se faz com o discurso. (MARSHALL, 2005, p. 15).

Tendo essa referência etimológica, pode-se associar a ideia de colecionismo com as disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia porque todas elas se ocupam de alguma forma na ordenação do conhecimento, dos documentos, informações e da cultura. Por outro lado, essa imediata associação pode se revelar frágil e imediatista, posto que baseada em um único argumento e tomando apenas uma referência etimológica. De qualquer forma, não se pode ignorar o potencial desta referência e o indício para um princípio de discussão. Sobretudo porque o conhecimento organizado pode ser considerado como uma das maiores referências

e campo de estudo para as três áreas. Em cada uma delas, no entanto a ordenação do conhecimento e das coisas se desenvolve de maneira específica e com propósitos distintos, mas sempre na direção de construção, de conectar e ligar os pontos e construir ou representar uma realidade.

No sentido de trazer mais argumentos para a discussão, o próprio autor (MARSHALL, 2005) amplia o argumento, mostrando a anterioridade do termo colecionismo e extrapolando a definição para além da discussão etimológica:

Coletando e, logo, colecionando, nossos ancestrais aprenderam a discernir recursos naturais e a selecionar possibilidades vitais do mundo; desde a pré-história e a cada nova geração, conseguimos organizar sons e sinais sob a forma de discurso. Com estes dois dons, coletar e falar, abrem-se diante de nós as condições essenciais da vida comunitária: sustentabilidade e comunicação. (MARSHALL, 2005, p. 14).

Assim, com base nestas referências torna-se possível esboçar o entendimento do que seja o ato colecionador para este trabalho. Trata-se de um conceito amplo que incorpora as definições de colecionismo nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, mas não fica restrita às mesmas. Dessa forma o ato colecionador se refere à condição humana de retomar a sua história através das representações da cultura e, ao mesmo tempo como agentes do processo as resignificando através de suas práticas, do seu estar no mundo, tornando-se, portanto, ato.

Diante destes argumentos, e de forma sintetizada, sinaliza-se na direção de uma construção do colecionismo (ato colecionador) em seu lastro de conformação histórica. Evidentemente esse percurso precisa ser mais bem elucidado, o que ficará como proposta para os próximos capítulos.

1.4 Coleções

Outra possibilidade de análise do tema é pensar como são formadas as coleções que posteriormente serão abrangidas nas instituições colecionadoras abordadas aqui. Se o nosso caminho de argumentação for a literatura específica de cada uma das disciplinas (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) pode-se alcançar respostas mais ou menos seguras. Por outro lado, vendo o tema de forma ampla, pode-se ter uma visão menos ingênua a respeito das coleções:

Este é o meu ponto de partida: a de que todo arquivo é uma invenção e toda narrativa é uma construção composta por um conjunto de documentos selecionados por um grupo e/ou indivíduo que lhes dá forma e conteúdo. (CARNEIRO, 2011, p. 328).

Pode-se facilmente, na formulação de Carneiro (2011) estender a palavra arquivo para biblioteca e museus, pois toda coleção pode ser considerada uma invenção, uma representação da cultura humana ou no máximo uma aproximação da realidade. Neste sentido, a relação destas instituições com a cultura fica bem evidente, pois,

Bibliotecas, arquivos e museus são instituições cuja origem se confunde com a própria ideia de cultura. Desde as sociedades da Antiguidade, existe a preocupação com a preservação e transmissão das experiências e conhecimentos acumulados, implicando algum tipo de inscrição material destas experiências e conhecimentos. A origem das bibliotecas e arquivos é comumente relacionada à origem da passagem da oralidade para a escrita; a dos museus, associada ao colecionismo que marcou as grandes civilizações da Antiguidade. (ARAUJO, 2010, p.176-177).

Em termos de problematização da gênese das coleções, Araújo (2010) nos fornece mais elementos colocando a biblioteca e o arquivo como provenientes da passagem da oralidade para a escrita e os museus associados ao colecionismo. No entanto, como vimos neste trabalho o próprio discurso como conhecimento registrado e sistematizado está ligado à essência da palavra “coleção”. De qualquer forma, a distinção não deixa de ser interessante e frutífera para se problematizar outros aspectos do ato colecionador no contexto apresentado neste trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado é a relação dessas instituições com a cultura, o que desvela uma série de questões epistemológicas, sobretudo, na problematização dos objetos das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

No intuito de ampliar o debate, uma definição relevante para a sistematização da cultura como conceito central para as três instituições, nos fornece:

O museólogo Homulos (1990) sinaliza pistas norteadoras para o debate, ao recusar o estabelecimento de fronteiras rígidas entre museus, arquivos e bibliotecas e propor uma organização destas instituições ao longo de um grande contínuo tendo as bibliotecas numa extremidade, os museus na outra e os arquivos no meio do contínuo. Na acepção do autor cada instituição, de acordo com o momento, se colocaria preponderantemente numa lógica ou noutra. O autor menciona, dentre outros, um critério que distingue as instituições, ou seja, o "conteúdo informacional" de cada uma: na biblioteca a coleção dos documentos representa a própria informação estocada ao passo que no arquivo os documentos informam sobre a instituição que os acumulou. Homulos denomina o conjunto formado pelos arquivos, bibliotecas e museus "Instituições coletoras de cultura". Se o texto de Homulos significou um grande avanço, ao tornar as fronteiras entre as instituições fluidas, a expressão "coletor de cultura" direciona novamente para o estoque, ou o acervo. Em função do acima exposto, embora as diferenças entre instituições existam, e não possam ser ignoradas, as mesmas encontram sua fundamentação teórica principal no paradigma do acervo. (SMIT, 2003).

Essa expressão a qual Smit (2003) se refere no texto de Homulos (1990): "coletor de cultura", nos auxilia para pensar na gênese das coleções como produto da cultura. Ou seja, cultura é um elemento central para as áreas em discussão neste trabalho quando se analisa a gênese das coleções, pois ao final quando tratamos de informação, documento ou qualquer que seja o termo utilizado na área, em última instância estamos falando de produtos culturais; ou da ordem da cultura. E, uma vez inseridas neste quadro, suscetíveis às relações de contradição e poder na sociedade gerando inclusive algumas incongruências entre as destinações das coleções.

São muitos os motivos que levam determinados conjuntos de documentos pessoais e profissionais a se dividirem em coleções distintas abrigadas em instituições com perfis diversos. Todavia, uma dimensão política parece

sempre constituir a dinâmica desses trânsitos, traslados e seccionamentos. Por serem registros consagrados da "história", os acervos documentais, transformados em arquivos ou coleções, são elementos cobijados de políticas de representação contemporâneas à sua "institucionalização" e posteriores ao seu processo de construção e sedimentação, por vezes aleatório, micro-histórico e pessoal. (CUNHA, 2005, p. 12).

Essa questão, pontuada no trabalho de Cunha (2005), pode ser facilmente visualizada nas nossas instituições brasileiras. É comum a coleção (ou arquivo pessoal) de um autor ficar em uma biblioteca e as suas correspondências serem destinadas a um arquivo e ainda alguns objetos a um museu. Ou seja, os princípios de coesão e identidade das coleções acabam por serem determinados, em alguns casos, por razões políticas em detrimento das técnicas ou científicas.

Neste sentido, e a título de exemplificação podemos recuperar as situações dos acervos familiares que são doados para as bibliotecas, por vezes desmembrados de seus arquivos e mobiliários que tardiamente serão doados e, nem sempre, para as mesmas instituições. Outra situação comum é o desafio de elucidação de acervos que guardam poucas, e por vezes nenhuma, relação com os objetivos da instituição onde estão abrigados. Soma-se a isso a questão da "hibridez" ou multiciplidade de formatos e contextos das coleções fazendo com que as bibliotecas tenham objetos de arte, os arquivos tenham livros e os museus documentos de arquivo. Essas questões evidentemente possuem soluções de tratamento em cada das disciplinas, mas a prática revela que nem sempre as decisões são as mais adequadas.

Essa fragmentação por vezes não está minimamente referenciada gerando algumas coleções de "exceções" ou "arquivos-relicários":

Daí o meu conceito de arquivos-relicários como um acervo distinto por suas preciosidades (ou maldades), nem sempre interpretadas como tais; um depositário de lembranças ou um conjunto complexo de emblemas que, em um determinado momento, deram brilho à vida de um indivíduo, de uma comunidade ou de uma instituição. (CARNEIRO, 2011, p. 332).

Esse fragmento final nos fornece mais uma dimensão da constituição das coleções, por vezes formada com o residual de outras, mas que, sobretudo, devem ser lidas com olhar crítico sobre a sua representatividade de uma realidade ou mesmo como invenção do espírito, posto que sempre intencionado.

Após a localização das coleções nos arquivos, bibliotecas e museus ficam algumas questões sobre a abrangência e relevância destas questões para as respectivas disciplinas científicas. Uma primeira visão indica a importância destas coleções para diversas áreas do conhecimento, sobretudo as disciplinas histórico-culturais. De certa forma, os arranjos e estratégias ordenadoras das coleções acabam por criar o próprio discurso.

Todo discurso, por outro lado, como toda sistematização do conhecimento, é passível de questionamento. Nesse ponto em específico, notamos que alguns cânones das disciplinas em questão precisam ser pensados numa relação dialética entre o conceito *ad hoc* e os usos que se fazem dele, posto que,

Nessas operações tanto arquivísticas quanto museológicas de tratamento dos fundos documentais dos arquivos literários é que nos deparamos freqüentemente com aqueles resíduos inclassificáveis que denunciam os limites, o fora da atividade escrituraria, desestabilizando os saberes disciplinares especializados. E não apenas a arquivística, a museologia, a biblioteconomia, como também aqueles saberes próprios do campo disciplinar dos estudos literários: a crítica genética, a crítica textual e a crítica biográfica. (MARQUES, R., 2011, p. 196).

Tais desestabilizações, de que fala o autor, Marques, R. (2011) podem ser vistas como boas oportunidades de questionamento e, portanto, aprimoramento dessas estratégias organizadoras do conhecimento.

Pomian (1994), no entanto, faz distinção entre os tipos e finalidades de biblioteca para a caracterização de coleções:

Neste caso, o problema não existe, como não existe quando uma biblioteca desempenha a função de arquivo ou quando contém apenas obras de entretenimento. Existem todavia bibliotecas que recolhem unicamente livros de onde se extraem as informações necessárias ao exercício das actividades económicas; estas bibliotecas não podem ser assimiladas às colecções. (POMIAN, 1994, p. 53).

O que o autor parece querer pontuar é uma finalidade mais utilitarista do acervo de determinadas bibliotecas, algo que parece ser difícil de determinar pela dinamicidade das colecções e dos interesses dos usuários. Contudo, pode-se pensar em uma biblioteca especializada de uma empresa com esta finalidade utilitarista e extremamente pré-determinada, mas, de qualquer forma, os objetivos desta empresa e sua relação com o mercado de capitais por exemplo, denotam tipos específicos de interesse. Ou seja, neste caso quem coleciona é a empresa, uma vez que faz um recorte da realidade e define um foco de atuação. Esta ação não deixa de ter um caráter colecionador por parte da empresa o que acaba por caracterizar o seu tipo de coleção.

A Museologia parece fazer também um exercício crítico dos seus arranjos do conhecimento e da cultura representada. Muitas são as abordagens que questionam os “valores” representados nos museus como produto daquilo a que a sociedade elege como relevante.

Concretamente, trata-se de transformar a própria memória consagrada em colecções em objeto de conhecimento crítico, compreendo o processo histórico de incorporação de objetos e colecções como formas específicas de legitimar determinadas representações e identidades sociais nos museus. (JULIAO, 2001, p. 101).

Outro aspecto importante dos museus é o constante estudo dos objetos ali referenciados, tanto do ponto de vista histórico quanto da cultura entendida como representação daquilo que se mostra ao mesmo tempo em que se cria uma ausência do objeto referenciado.

Focalizando as colecções, os museus baseiam e desenvolvem seu trabalho segundo resultados produzidos por muitos outros ramos independentes de pesquisa, equivalentes ao próprio objeto científico de estudo das colecções. Contribuições amadorísticas do curador não são mais [consideradas]

adequadas pela comunidade atual. Exigir que o curador deva ser qualificado e esteja familiarizado em todos os ramos da ciência que dizem respeito ao trabalho no museu seria, entretanto, absurdo. (SOFKA, 2009, p. 82).

Para a Arquivologia, e aqui é importante pontuar, que embora os conceitos aqui empreendidos possam ser tomados de forma ampla, a maior adequabilidade do ato colecionador proposto aqui se dá com os chamados arquivos históricos (incluindo aqui os arquivos pessoais), uma das questões é a dificuldade em lidar com a artificialidade (representatividade) das coleções:

Qual a diferença entre coleções e arquivos? Não muita, parece, pelo menos não na medida em que se tornou axiomático que objetos, assim como coleções, podem ser “documentados”. Uma boa coleção vem acompanhada de seu arquivo. (FABIAN, 2010, p. 62).

Evidentemente, não se trata de questionar os princípios arquivísticos, mas de ampliar o olhar em direção a uma visão mais crítica dos arranjos institucionais quer sejam do Estado ou do próprio mercado, posto que, “o arquivamento, talvez mais do que o próprio arquivo, poderia ser definido então como o processo de preservar imagens de valor sagrado para uma cultura (...)”. (ANTELO, 2011, p. 155). Por outro lado, esta discussão, é relevante na medida em que “a consideração da função cultural como uma tarefa substancial dos arquivos, não é atualmente um objetivo assumido de maneira unânime pela comunidade arquivística” (ALBERCH I FUGUERAS et al., 2001, p.18).

Essa crítica, no sentido de uma autoavaliação, é fundamental para entendermos o processo de legitimação de determinados valores e até mesmo direitos em detrimento de outros. Quando estruturamos a coleção, organizando os seus fundos, definindo os seus tempos de guarda, estamos na verdade atendendo a preceitos definidos pela sociedade, sobretudo pelo Estado como fomentador dos “direitos”. Ou seja, existe sempre uma artificialidade na representação, assim como o

conhecimento é sempre aproximativo e para alguns não existe sequer a possibilidade de se conhecer².

Em relação às bibliotecas apesar dos estudos em desenvolvimento de coleções pontuarem a importância da racionalização dos acervos, para o escopo do trabalho interessa extrapolar a dimensão administrativa desses estudos na atualidade. Neste sentido Azevedo (2012) faz um trabalho interessante sobre a gênese da primeira biblioteca pública do Brasil onde pontua: “sabemos que a pesquisa retrospectiva em Biblioteconomia ainda é um campo pouco explorado pelos bibliotecários brasileiros”. Certamente, este é um dos sentidos que este trabalho quer recuperar acerca das coleções no escopo dos estudos da Biblioteconomia.

Noutra vertente um bom aporte para o ato colecionador nas bibliotecas é enxergar a dimensão simbólica das coleções:

A biblioteca é, assim, simultaneamente, coleção de leituras, arquivo de saberes, lugar de memórias, enciclopédia que compila e perpetua ao mesmo tempo em que cresce e renova, assim como o são as obras de Borges e Calvino, espaços de diálogo, textos desbordantes que transitam entre ficção e ensaio, reflexões criativas na qual ciência, literatura e arte são inventariados e transformados em elementos para a composição de um saber outro, que incorpore a diversidade e a certeza de sua impossibilidade de totalização, como abordaremos no capítulo seguinte. (MOREIRA, 2012, p.85).

Dessa forma, podemos concluir que os arranjos possíveis a partir das coleções para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia estão em permanente construção. Por outro lado, a categorização do ato colecionador em seus momentos de passagem nos permite um amplo espectro de análises no contexto das disciplinas propostas aqui.

² Prefere-se a aceção do conhecimento formulada como conhecimento do criador presente na obra de DOMINGUES (2004, p.34), “... para o qual não há em verdade uma fórmula canônica, mas um conjunto de ideias e proposições mais ou menos implícitas – , do real só podemos conhecer efetivamente aquilo que nós mesmos criamos”.

Ao mesmo tempo, cumpre destacar alguns cuidados na maneira como a questão do ato colecionador é trabalhada na perspectiva de possíveis diálogos entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. É comum se ver uma apresentação das áreas como ciências que necessitam se adequar à emergência do novo, sobretudo do digital, em relação aos documentos e demais registros do conhecimento humano. Tal apresentação busca marcar uma diferenciação: uma preocupação mais acentuada com a promoção do acesso aos documentos e/ou ao seu conteúdo em diferentes suportes, a resumos, índices ou inventários em que estejam presentes, ou seja, aos instrumentos e processos de recuperação da informação e também de sua disseminação. Naturalmente essa distinção é importante, mas muitas vezes é tomada em detrimento de entendimento cultural mais amplo, isto é, tomando como ponto de partida um rompimento com a acumulação e ordenação de objetos, registros e documentos físicos. Em parte, tal ideia se assenta numa tentativa de dar uma identidade mais contemporânea para o campo, buscando desligá-lo das instituições do passado, das “coisas velhas”. Mas também é consequência de uma compreensão apressada do virtual, como se a migração dos registros para o meio digital promovesse uma desmaterialização que significasse ausência de existência sensível e não sua migração para uma nova condição de existência.

Neste sentido, ressalta-se que a opção pela valorização das coleções e do ato colecionador por extensão não exclui as demais preocupações das áreas. Ao contrário, resgatar essa perspectiva reposiciona o discurso das áreas em direção à uma valorização de suas características fundadoras e portanto vitais para o desenvolvimento dos demais processos ligados ao uso dos acervos colecionados. Daí a importância de se resgatar a discussão sobre o ato colecionador numa perspectiva contemporânea.

Sob estas lentes pode-se avançar na conceituação do ato colecionador no contemporâneo, ou seja, o que significa colecionador hoje. Antes, porém, precisamos explorar ainda mais o conceito de coleção:

A coleção está, portanto, regida por princípios mais espaciais que temporais, podendo se circunscrever à caixa, ao álbum, ao armário e à serialidade das gavetas, num jogo de dentro e fora, exposição e ocultamento. (MACIEL, 2009, p.27).

Este jogo de exposição e ocultamento é extremamente relevante quando pensamos nas três instâncias aqui abordadas (arquivo, biblioteca e museu), pois saímos em determinados casos da ampla exposição para o oposto total. Existem casos em que a coleção é intocável, inatingível e outros onde tudo é permitido. Evidentemente que os graus de raridade e temporalidade dos objetos exercem influência, mas em outros casos são fatores como controle do Estado, violação das individualidades e outros. Enfim, o jogo existe e tem regras.

Tendo o jogo sido evocado cabe ainda pensar no significado do ato colecionador em termos de sua relação ambígua:

As relíquias fazem pensar numa curiosa dialética do ato de colecionar: tudo que colecionamos, seja o que for, precisamos matar; literalmente, no caso de borboletas e besouros, metaforicamente no caso de outros objetos, que são tirados do seu ambiente, de suas funções e de sua circulação de costume, e, postos num ambiente artificial, despidos de sua antiga utilidade, transformados em objetos de uma ordem diferente, mortos para o mundo. (BLOM, 2003, p. 177).

Esta “morte anunciada”, no entanto, permite o renascimento de outras possibilidades, pois,

Ao mesmo tempo, esses objetos adquirem uma nova vida, como parte de um organismo, como parte da imagem duplicada do colecionador, entidades que fazem suas próprias regras e transpiram seu próprio poder. (BLOM, 2003, p. 177).

Importante não ignorar a dimensão da memória, enquanto possibilidade de nos salvar do esquecimento, posto que,

Cada coleção é um teatro da memória, uma dramatização e uma *mise-en-scène* de passados pessoais e coletivos, de uma infância relembrada e da lembrança após a morte. Ela garante a presença dessas lembranças por meio dos objetos que as evocam. É mais do que uma presença simbólica: é uma transsubstanciação. O mundo além do que podemos focar está dentro de nós e através delas, e por intermédio da comunhão com a coleção é possível comungar com ele e se tornar parte dele. (BLOM, 2003, p. 219).

Este jogo da memória que evoca situações de vida e morte é a apaixonante arte de colecionar que nos permite “preencher o vazio” (BLOM, 2003). Este espírito colecionador segundo Pearce (1995) pode ser dividido em três aspectos do colecionismo: como uma prática social, como política e como poética.

If practice shows us what kinds of meanings objects and collections have been given in social tradition, and poetics tells us how individuals have worked within and through these institutions to make meaning for themselves, a discussion of the politics of collecting brings these two together to show why and how collected objects are subject to different valuations and the importance which this has. Politics asks questions like: by whom and how are collecting values recognized? What is the ideal career of a collection? And how does our judgement of material change?³ (PEARCE, 1995, p. 33).

Pearce conduz todo um raciocínio para mostrar o desenvolvimento do colecionismo na Europa e com isso fornece bases muito interessantes para se pensar o colecionismo, pois recupera dimensões como a poética que vai tratar das relações psicológicas do indivíduo com a coleção e a política que envolve questões de julgamento na formação de coleções e sua intencionalidade. A abordagem como prática social (traçando um percurso histórico do colecionismo) nos parece ser a mais difundida e estudada de forma geral. Contudo, seus argumentos acrescentam outras dimensões ao conceito:

Collecting and collections are part of our dynamic relationship with the material world. Object groupings, like all other social constructs, are born from the essentially mysterious workings of the communal and individual imagination, sanctified by social custom but capable of growth and change⁴. (PEARCE, 1995, p. 33).

³ Se a prática nos mostra os tipos de significados dados na tradição social a objetos e coleções, e a poética nos diz como os indivíduos têm trabalhado de dentro das instituições e através delas na construção de sentido para si mesmos, a discussão da vertente política do colecionismo une esses dois aspectos para mostrar por que e como os objetos colecionados estão sujeitos a diferentes valorações e qual a importância disso. A política coloca questionamentos como: por quem e como são reconhecidos os valores de uma coleção? Qual é o perfil desejável de uma coleção? E, ainda, como se modifica o nosso julgamento do material colecionado?

⁴ O colecionismo e as coleções são parte da nossa relação dinâmica com o mundo material. Agrupamentos de objetos, assim como todos os demais construtos sociais, nascem da dimensão essencialmente misteriosa do funcionamento da imaginação individual e coletiva, santificada pelo hábito social, mas capaz de crescimento e de mudança.

Dessa forma, se permite pensar em outras possibilidades de associação do ato colecionador, como por exemplo, da ficção, posto que as coleções podem também ser vistas como a narrativa de experiências:

Collections are essentially a narrative of experiences; as objects are a kind of material language, so the narratives into which they can be selected and organized are a kind of fiction, and it is no accident that both fiction and collection are a characteristically modernist European way of telling experience, with their formal and imaginative roots deep in cultural traditions of the long term⁵. (PEARCE, 1995, p. 412).

Essa história contada pelas coleções permite, segundo Pearce, evocar ou perceber visões de mundo e portanto de juízo de valor ou moral nestas construções sociais:

Like fiction, collections narrate world-views of knowledge and moral understanding in relation to the individual hero or heroine, family and society, the past and the exotic. Like a fiction, too, their ways of creating the narrative flow are open to analysis, and prove to be not a reflection of the nature of things, but a social construct in which apparent sense is created from a range of possibilities and discontinuities⁶. (PEARCE, 1995, p. 412).

Esta última noção é fundamental para este trabalho uma vez que evoca a ideia de representação social no sentido de perceber as visões de mundo, os juízos de valor e conotações de moral e até mesmo de heroísmo quando pensamos nas coleções particulares. Dessa forma podemos avançar na concepção de ato colecionador, ou seja, o colecionismo percebido na interdependência do indivíduo em relação ao contexto social mais amplo configurado.

⁵ As coleções são, essencialmente, narrativas de experiências; como os objetos são uma espécie de linguagem material, as narrativas em que eles podem ser selecionados e organizados constituem uma espécie de ficção. E não é por acaso que ambas, ficção e coleção, representam um modo característico da modernidade europeia de se relatar experiências, cujas raízes reais e imaginadas estão profundamente ligadas a tradições culturais de longa duração.

⁶ Como ficções, coleções narram visões de mundo do conhecimento e da compreensão moral em relação ao herói ou à heroína individuais, à família e à sociedade, ao passado e ao exótico. Como em uma ficção, também, suas maneiras de criar o fluxo da narrativa encontram-se abertas para análise, demonstrando não ser um reflexo da natureza das coisas, mas uma construção social em que o sentido aparente é criado a partir de um leque de possibilidades e discontinuidades.

2 RELAÇÕES ENTRE COLEÇÃO, DOCUMENTO E CULTURA: EM BUSCA DE ARGUMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

2.1 A problemática da episteme

A busca por uma base epistemológica que sustente a discussão sobre o ato colecionador na seara das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia desencadeia de imediato ilações sobre quais argumentos sustentariam uma discussão que extrapolasse a base disciplinar de cada uma das disciplinas em questão. Um caminho possível seria de discutir as relações interdisciplinares e as agendas comuns de pesquisa. No entanto, a opção aqui é apresentar um conceito, no caso do ato colecionador ou do colecionismo como um aporte inicial para a discussão que não necessariamente apontaria pontos convergentes de estudo.

Essa imprecisão inicial nos leva a especular sobre uma ideia de conhecimento aproximado com o qual Bachelard nos brinda:

Em resumo, a qualquer atitude filosófica geral, pode opor-se, como objeção, uma noção particular cujo perfil epistemológico revela um pluralismo filosófico. Uma só filosofia é, pois, insuficiente para dar conta de um conhecimento preciso. Se então se quiser fazer, a diferentes espíritos, exatamente a mesma pergunta a propósito de um mesmo conhecimento, ver-se-á aumentar singularmente o pluralismo filosófico da noção. (BACHELARD, 1978, p. 29).

Neste sentido, essa formulação se aproxima do objetivo proposto para este trabalho que é de apresentar um conceito em relação a outros e tentar extrair deste processo novas contribuições para os estudos que estão envoltos nesta abordagem. Por outro lado, em se tratando de um projeto científico é preciso estabelecer vínculos, alicerces para fundamentar a discussão. Dessa forma, um primeiro aporte importante de sedimentação conceitual diz respeito a adequabilidade da proposta epistemológica de Bachelard em relação à abordagem do colecionismo⁷

⁷ A abordagem sobre o colecionismo será mais bem explicitada no capítulo 3, mas resumidamente se refere a caracterização do colecionismo nos períodos do Renascimento, Iluminismo e Contemporâneo.

empreendida neste trabalho, onde a distinção em períodos históricos possui convergências importantes:

Entretanto, para obter uma clareza provisória, se fôssemos forçados a rotular de modo grosseiro as diferentes etapas históricas do pensamento científico, seríamos levados a distinguir três grandes períodos: O primeiro período, que representa o estado pré-científico, compreenderia tanto a Antiguidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas como os séculos XVI, XVII e até XVIII. O segundo período, que representa o estado científico, em preparação no fim do século XVIII, se estenderia por todo o século XIX e início do século XX. Em terceiro lugar, consideraríamos o ano de 1905 como o início da era do novo espírito científico, momento em que a Relatividade de Einstein deforma conceitos primordiais que eram tidos como fixados para sempre. (BACHELARD, 1996, p. 9).

No entanto, para Bachelard o espírito contemporâneo é extremamente caro para a sua análise do conhecimento, a ponto de nomeá-lo de “novo espírito científico”. Para a análise do colecionismo, ao contrário, o “espírito” contemporâneo do ato colecionador é apenas mais uma possibilidade de análise, não necessariamente preponderante para caracterização do conceito.

O imperativo do novo espírito científico passa primordialmente pelo reconhecimento das limitações do ato de conhecer porque “(...) é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos.” (BACHELARD, 1996, p. 17). O reconhecimento destas limitações levaria o cientista a produzir uma análise mais crítica e portanto mais próxima da realidade ou de sua construção, posto que, “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído.” (BACHELARD, 1996, p. 18). Essa ideia de construção é outro ponto convergente com a proposta deste trabalho visto que o ato colecionador é um conceito que prevê a ação do sujeito, mas não um sujeito isolado, desencarnado do seu contexto e sim em conexão com o seu ambiente social. Entre outros desdobramentos, essa questão, possui conexões e convergências com a abordagem do sujeito construtor do conhecimento apresentada nesta tese pela interlocução com Domingues (2002;2004). Basicamente a ideia geral que se quer pontuar aqui é a de que o ato colecionador prevê um sujeito (ou vários) que interfere, modifica a realidade ao mesmo tempo em que também é modificado por ela.

A busca de uma pergunta, por vezes é uma questão mais central para o pesquisador que a resposta encontrada. Neste espírito, Bachelard relativiza a noção de fato, mostrando a importância da problematização das questões, ainda que representem um obstáculo:

O historiador da ciência deve tomar as ideias como se fossem fatos. O epistemólogo deve tomar os fatos como se fossem ideias, inserindo-as num sistema de pensamento. Um fato mal interpretado por uma época permanece, para o historiador, um fato. Para o epistemólogo, é um obstáculo, um contra-pensamento. (BACHELARD, 1996, p. 22).

A aparente inoperância ou atraso na construção do conhecimento em verdade pode livrar o cientista da saturação ou limitação de sua análise posto que:

O conhecimento adquirido pelo esforço científico pode declinar. A pergunta abstrata e franca se desgasta: a resposta concreta fica. A partir daí, a atividade espiritual se inverte e se bloqueia. Um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado. Hábitos intelectuais que foram úteis e sadios podem, com o tempo, entravar a pesquisa. (BACHELARD, 1996, p. 18-19).

O conhecimento visto desta forma permite uma formulação com contornos aproximativos ou em permanente construção. Permite ainda uma autoanálise profunda e sobretudo a superação da visão positivista e cartesiana por vezes posta na busca de respostas precisas para problemas que extrapolam as categorias de simples antagonismos (sim ou não, preciso ou impreciso etc.). Em suma, o obstáculo, a pergunta (mais do que a resposta) são estágios desejáveis e produtivos e portanto, contribuem de forma significativa para o avanço, crítica e fortalecimento da ciência e do conhecimento humano de modo geral.

Pontuado este primeiro aspecto ou ponto de partida para a formulação da epistemologia Bachelardiana, ou seja a evocação da filosofia do inexato, busca-se a elucidação da construção do objeto:

A epistemologia bachelardiana inaugura a filosofia do inexato, na qual o conhecimento constitui-se por meio de aproximações contínuas, viabilizadas, simultaneamente, pelo conhecimento teórico e pela aplicação técnica. O objeto não é mais dado, mas construído (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 394).

A princípio, quando se apresenta a noção de incerteza ou imprecisão temos a impressão de aproximação do senso comum e, conseqüentemente o afastamento da busca pelo conhecimento científico. Contudo, é preciso entender, em primeira instância o que significa conhecer:

Conhecer é descrever para re-conhecer. Às vezes, a descrição é a tarefa dominante, chega a parecer exclusiva, e a ideia de utilização não surge como imediata. Mas há ciências em que as noções se entrelaçam com tal força que a descrição pode ser restrita e bastam definições sumárias, certo que se está de encontrar no devido lugar, em ordem lógica, no âmbito do espírito, as diversas e sucessivas qualidades dos seres definidos. Mas, num exame mais acurado, em ambos os casos aparece uma dupla necessidade: é preciso ser exaustivo, mas é preciso manter a clareza. (BACHELARD, 2004, p.13).

Descrever é de fato um procedimento fundamental para a construção de um objeto de pesquisa. A descrição é um ponto de partida para ampla gama de construções científicas, pois o reconhecimento do terreno de ancoragem das discussões é que fornece sustentação para os processos posteriores de compreensão ou até mesmo de explicação dos fenômenos, posto que

Para resistir à tendência de sistematizar, tão sedutora ao filósofo, devemos conferir todo o sentido à descrição inicial e não esquecer que a descrição é a finalidade da ciência. É dela que se parte. É a ela que se volta. (BACHELARD, 2004, p.14).

A autonomia do pensamento em Bachelard permite a construção de uma epistemologia audaciosa, ao mesmo ciente de suas limitações, pois “o ato de conhecimento não é um ato pleno. Se é realizado com facilidade é porque se desenvolve num plano irreal. Essa irrealidade é o preço de sua facilidade”. (BACHELARD, 2004 p. 17).

Este posicionamento revela uma amplitude de pensamento que em verdade problematiza as vertentes do conhecimento, quais sejam realistas, idealistas, empiristas ou racionalistas:

A obra bachelardiana defende uma polaridade epistemológica, mostrando que, para se adequar à ciência atual, a filosofia das ciências deve ser uma filosofia de dois pólos: realista e idealista, empirista e racionalista, ao mesmo tempo. Não significa um dualismo, mas sim, o reconhecimento de

que a alternância do *a priori* e do *a posteriori* representa a própria dinâmica do conhecimento e que esses pólos, em lugar de se oporem, completam-se, oferecendo à ciência o seu verdadeiro dinamismo. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 394).

Neste sentido, o projeto epistemológico do autor se aproxima das propostas contemporâneas de análise e método científico onde a pluralidade de abordagens tem sido muito bem vista e exercitada por exemplo, na adoção de aspectos quantitativos e qualitativos (ao mesmo tempo) nas pesquisas. Para Bachelard, desde que a utilização do método seja consciente, o objetivo da ciência está resguardado:

A utilização consciente de um método de pesquisa, como a construção do objeto científico, leva o cientista a chegar mais próximo possível da verdade do seu objeto, sem com isso entender o esgotamento do seu estudo, dada a característica dialética da sociedade e do conhecimento. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 400).

A dicotomia entre empirismo e racionalismo é particularmente interessante para as ciências aplicadas, uma vez que apresenta em uma grande gama de suas pesquisas um viés essencialmente empírico, voltado para a apresentação e supervalorização da experiência, contudo,

A superação do empirismo, para Bachelard, dá-se através do racionalismo. A sua visão é a de uma interação, ou seja, uma dialética entre razão e experiência, de coisas opostas que se integram no todo. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 400).

Essa “tentação” para se voltar à experiência criou um estigma de uma ciência tecnicista, pouco preocupada em discutir os seus fundamentos enquanto campo. Bachelard, resume assim o fetiche tecnicista:

O real, para o pesquisador, está envolto no possível, e o estudo do possível é uma tentação da qual o cientista, por mais positivo que seja, não escapa. É muito difícil adequar o Espírito à Realidade presente. A técnica, ao contrário, realiza plenamente seu objeto. (BACHELARD, 2004, p. 157).

Mas, se o projeto epistemológico não é desvelar a experiência, qual seria o *modus operandi* de uma pesquisa que se propõe a este projeto tão ambicioso? Para

responder a esta pergunta primeiro é importante tentar entender o que temos em mãos para tentar compreender o fenômeno que lançamos olhar. Partimos então de um dado ou um conjunto deles:

O dado é relativo à cultura, está necessariamente inserido numa construção. Se não tivesse nenhuma forma, se fosse puro e irremediável caos, a reflexão não teria nenhum poder sobre ele. Mas, inversamente, se o espírito não tivesse nenhuma categoria, nenhum hábito, a função “dado”, na acepção exata do termo, não teria sentido. É preciso que um dado seja recebido. (BACHELARD, 2004, p. 18).

Este aporte nos remete aos estudos que tratam da quantificação de dados, ou mesmo do seu uso aferidor absoluto da “verdade”. Contudo, Bachelard, de imediato, já afirma que o dado é relativo à cultura, ou seja propenso à construção e conseqüentemente envolto no ambiente de luta e contradição do qual são marcadas as construções sociais e culturais. Outro aspecto importante é o surgimento do sujeito na discussão, uma vez que afirma que o dado precisa ser recebido, diríamos também interpretado ou compreendido. Assim, o primeiro olhar que lançamos ao dado que por sua vez é relativo ao objeto é permeado por contradições e assumidamente intencionado e em permanente construção, posto que,

A retificação parece-nos não um simples retorno a uma experiência malograda que pode ser corrigida por uma atenção mais forte e mais competente, mas sim o princípio fundamental que sustenta e dirige o conhecimento e o instiga sem cessar a novas conquistas. (BACHELARD, 2004, p.19).

A consideração do erro como forma de aprimoramento científico é um conceito muito importante na obra de Bachelard a ponto de considerar que “a retificação é uma realidade, ou melhor, é a verdadeira realidade epistemológica, já que é o pensamento em ato, em sua dinâmica profunda”. (BACHELARD, 2004, p. 300). E o fundamental a se reter deste conceito é a ideia de movimento, de construção, pois é desta forma que a epistemologia bachelardiana analisa o conhecimento.

O conhecimento então, sob este domínio teórico, é algo em permanente construção, sujeito às contradições da sociedade e dotado de historicidade. Na perspectiva histórica, inclusive, um termo recorrente é a busca de fatos para fundamentar as

análises historicistas. Contudo, é importante ressaltar que toda o pensamento de Bachelard conduz uma autocrítica profunda e até mesmo o fato pode ser realocado, retificado quando posto à luz da percepção ou da compreensão da realidade:

O fato conserva nesses limites um tipo de liberdade que nos autoriza a falar de sua deformação. Aliás, deformação que é muito aparente quando se recoloca o fato em seu verdadeiro domínio, isto é, no mundo da percepção. O conhecimento consiste precisamente em regular essa deformação de modo a transformá-la em retificação. (BACHELARD, 2004, p. 248).

A condução deste tipo de raciocínio pode levar o observador mais apressado a apontar fragilidades no argumento, ou no mínimo uma perda de objetividade, uma vez que considera o erro e a inexatidão como processos fundamentais da construção científica. No entanto, é justamente o processo de retificação que permite a busca da objetividade científica:

Essa retificação leva à objetividade. Não há objetividade na percepção utilitária porque ela é essencialmente uma relação entre a coisa e o sujeito em que o sujeito tem um papel primordial. Só se adota a via da objetividade estabelecendo uma relação entre duas coisas – sem dúvida, por intermédio do sujeito – , mas reduzindo o papel do sujeito e cuidando para que esse papel seja idêntico nos dois casos, a fim de permitir sua correta eliminação. É a ideia da medida. (BACHELARD, 2004, p. 248).

A solução proposta por Bachelard é bem curiosa, uma vez que ao problematizar a relação entre o sujeito e o objeto visa evitar a interferência dos juízos de valor e das extrapolações exageradas por parte do pesquisador. Neste caso, fica patente sua preocupação em preencher possíveis lacunas na sua proposta de análise do conhecimento, sem contudo abandonar a ideia de retificação e de permanente construção do conhecimento.

Adiante, pode-se perceber uma tentativa de aprimoramento da epistemologia proposta por Bachelard no sentido de instrumentalizar o pesquisador com bons aportes metodológicos para garantir consistência ao objeto. Neste sentido, o conceito de verificação é mais uma contribuição:

A verificação é, em todos os níveis, o instante decisivo do conhecimento da realidade. Não é uma informação posterior, suplementar, que vem consagrar uma certeza; é um elemento da representação, é até seu

elemento orgânico; ou seja, pela verificação é que a “apresentação” torna-se uma “representação”. (BACHELARD, 2004, p. 273).

Esta linha de pensamento percorre todo o trabalho do filósofo ao enunciar que é justamente a inexatidão e a imprecisão que se aproximam mais da realidade e por assim dizer da “verdade”. Outro ponto interessante é sua definição (ainda que colateral) de representação ao dizer que a verificação torna a apresentação uma representação. Uma definição simples, mas que possui grande profundidade, pois uma representação em outro contexto só é possível quando se verifica ou se retorna ao objeto e a partir daí se exprime a sua representação. Contudo, Bachelard faz a ressalva de que os conceitos de verificação e posteriormente de validação só fazem sentido se estiver implícita a ideia de aproximação:

(...) A partir daí, validação e verificação deixam de ser sinônimos. Nosso conhecimento ainda é válido para fins específicos, mas já não pode ser rigorosamente verificado; em termos absolutos, ele já não é verificável, pois a experiência minuciosa torna as aberrações cada vez mais sensíveis. A verificação só vale, portanto, nos limites que um juízo auxiliar de aproximação. (BACHELARD, 2004, p. 274).

Conclui-se então que o conhecimento aproximado é o que possibilita a utilização dos conceitos propostos pelo filósofo, posto que, “a aproximação é a objetivação inacabada, mas é a objetivação prudente, fecunda, verdadeiramente racional, pois é ao mesmo tempo consciente de sua insuficiência e de seu progresso”. (BACHELARD, 2004, p. 300) :

Logo, a aproximação é a única feição fecunda do pensamento. Um conhecimento só é claro em sua aplicação ao real quando se podem distinguir, como marcos naturais, os diversos estágios de seu progresso. Por outro lado, é conhecimento aproximado que põe no justo lugar uma Realidade que conserva sempre em alguma parte, como tentamos mostrar, características individuais e movediças. (BACHELARD, 2004, p 279).

A obra de Bachelard produziu também uma série de conceitos marcantes que são amplamente difundidos no mundo acadêmico. Resumidamente pode-se dizer que os conceitos fundamentais de sua obra são: Ruptura, Corte Epistemológico, Obstáculo Epistemológico, Problemática, Vigilância e Recorrência.

O conceito de Ruptura é bem parecido com a ideia de quebra de paradigma de Thomas Kuhn, posto que,

A ruptura epistemológica pode ser definida como fenômeno que determina o nascimento de uma nova ciência. Diz respeito a um rompimento com o saber passado. Indica uma forma mais científica de produzir ciências; a noção de processo dialético na produção de um conhecimento científico e a concepção de conhecimento como progresso contínuo de retificação. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 403).

Na análise de Bachelard, no entanto, a quebra de paradigma se daria de um modo geral com um novo olhar para se fazer ciência. Ao contrário de Thomas Kuhn que estruturou uma teoria em torno das revoluções científicas, Bachelard propunha uma única grande mudança e ele próprio formulou as bases para a mesma.

Os conceitos de Corte Epistemológico e Obstáculo Epistemológico são observações de Bachelard sobre o fluxo do conhecimento científico. Os cortes epistemológicos são descontinuidades na produção do saber; pontos de não retorno enquanto que o obstáculo epistemológico diz respeito a preconceitos que impedem e bloqueiam o surgimento do real e de novas ideias, representando um imobilismo da ciência, impedindo o seu progresso. Para o filósofo era muito importante apontar as causas do imobilismo da ciência com o intuito de possibilitar os pensamentos críticos, livres e audaciosos.

Temos ainda que “a problemática é um dos conceitos fundamentais na epistemologia bachelardiana. O pensamento científico começa com um problema, porém esse problema a razão não detecta, a razão o formula”. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 404). Este aspecto tem ampla adesão e difusão na ciência contemporânea, basta folhear alguns manuais de metodologia científica para atestar o quanto a formulação do problema é relevante para produzir pesquisas científicas nos dias de hoje.

“Quanto à vigilância, apresenta-se como um comportamento, uma atitude do pesquisador frente ao seu objeto de estudo, exercendo especial atenção em relação

à aplicação do método”. (LIMA; MARINELLI, 2011, p. 404). A vigilância epistemológica é outro conceito muito importante da obra de Bachelard e é interpretado como a necessidade do cuidado, do zelo, na formulação metodológica dos trabalhos acadêmicos. De fato, o filósofo tinha a intenção de justificar o seu método aberto de aceitação do fazer científico mostrando que é possível conciliar o pensamento livre e crítico com critérios de objetividade e profundidade argumentativa.

Um último conceito, mas menos importante diz respeito às certezas, sempre provisórias do saber científico, é o que o filósofo chamou de Recorrências. Este círculo a que Bachelard se refere mostra a fragilidade de se ater a pontos de vistas e teorias de forma niilista ou definitiva sendo que o próprio ciclo do conhecimento mostra que o saber é sempre uma busca, uma tentativa que resulta em aproximação, daí a sua formulação de conhecimento aproximado. De certa forma, o que se pode concluir é que o conhecimento está sempre em aberto, mas isto não significava que menos fundamentado ou objetivo.

Tendo apresentado os conceitos principais e o norte da filosofia de Bachelard parte-se para o aprofundamento da abordagem epistemológica proposta neste trabalho. Bachelard propõe o conhecimento como construção contínua, um projeto inacabado que devidamente talhado pelas mãos do cientista pode trazer bons frutos ainda que provisórios, mas relevantes para o avanço da ciência e da discussão filosófica. No entanto, muitos teóricos contemporâneos apontam uma certa crise do conhecimento (o que Bachelard também já denunciava em seus textos) que se acirra ainda mais com o advento do século XXI:

Para entender o que se passou, gerando essa situação de crise, a hipótese que eu gostaria de avançar - já prenunciada antes, em outros contextos, por Pe. Vaz, H. Arendt e mesmo Heidegger - é a seguinte: na origem da crise da verdade, em sua vertente moderna e contemporânea, encontra-se a ideia do conhecimento como construção e seus correlatos (criação, produção, invenção), dando ensejo, em suas múltiplas variantes, à noção da verdade como obra, produção, práxis, operação, ação (pragma), etc. (DOMINGUES, 2002, p. 2).

A figura do construtor do conhecimento surge então com grande força, inspirados em filósofos como Bachelard (embora Ivan Domingues não o cite nominalmente), Vico e outros tantos. Seria a abordagem do sujeito construtor do conhecimento que visto sob a perspectiva do sujeito:

Este não é senão o homo faber, que ficou no lugar do homo sapiens (ou antes, do animal racional) dos antigos, além da criatura decaída dos medievais. No plano do conhecimento, a comandá-lo de dentro, em sua total imanência a si, como correlato do novo Prometeu, encontra-se o sujeito-demiurgo moderno, vale dizer, um sujeito ativo e intervencionista, um sujeito cheio de si que se envereda em todos os domínios do real, certo de que mais dia menos dia tudo submeterá a si e instaurará o reino de si mesmo – do mundo dos homens, passando pelo mundo da vida, ao mundo das coisas. (DOMINGUES, 2002, p. 3).

O homem da cultura (ou Homo faber), poderíamos também dizer, é um indivíduo em conflito, pois emerge de situações de contradição, posto que,

Sua grande deficiência, já antevista por Platão, vem todavia a lume quando à noção de produção (pois criar quer dizer também produzir) opõe-se a ideia de consumo ou de uso do objeto: a aporia que daí surge é saber quem de fato melhor conhece o objeto ou o artefato fabricado, uma flauta por exemplo – aquele que a usa (o flautista), ou aquele que a produz (o artesão)? (DOMINGUES, 2002, p. 5).

Este dilema entre a *expertise* de quem utiliza para quem produz o objeto acompanha uma série de discussões na esfera da cultura e também da ciência. Domingues (2002) quer mostrar justamente que apesar de o argumento do sujeito-construtor possuir lastro e uma certa centralidade nas discussões epistemológicas ele também possui falhas o que levou a uma certa crise nas ciências de modo geral:

A explicação ou a resposta – tal é o sentido geral de minha argumentação - está no fato de a verdade e seu métron (a verificação), ao serem procurados no sujeito-construtor, terminaram por se exaurir na imanência da ação e das obras de tal sujeito, por terem perdido todo padrão normativo e elemento ideal, ficando no lugar de sua pergunta a indagação pela funcionalidade dos processos e pela eficiência dos instrumentos, de sorte que o raio de ação do princípio de verificação resultou fortemente restringido. (DOMINGUES, 2002, p. 7).

É importante notar que a verificação é um tema muito caro na obra de Bachelard e Domingues (2002) mostra como a serialidade dos objetos e o fetiche pela criação de produtos originados pela pesquisa científica limitou o conceito de verificação, o que levou a uma crise da verdade:

Não perguntando pelos fins, valores e sentido do conhecimento e seus efeitos, ou deles apenas retendo seus aspectos pragmáticos e funcionais, a verdade perde sua densidade e significação, ao mesmo tempo que está selada a cisão entre a ética e o conhecimento. (DOMINGUES, 2002, p. 7).

Mas, qual o objetivo de apresentar esta crítica ao conhecimento científico, depois de uma longa tentativa de apresentar os sedimentos epistemológicos deste trabalho por intermédio de Bachelard? Em primeiro lugar, porque Bachelard é o filósofo do inexato, da crítica e do conhecimento aproximado. Então, poderíamos dizer, seria uma contradição apresentar sua epistemologia como algo ideal ou acabado. Outro ponto interessante é mostrar a convergência do que Bachelard propôs com o atual *status quo* do pensamento filosófico, sobretudo a atualidade e aplicabilidade da epistemologia Bachelardiana de acordo com aquilo que propunha que é o conhecimento em permanente construção.

O surgimento do sujeito construtor é algo que está implícito no pensamento de Bachelard e explícito na obra de Domingues. Neste último, nota-se um aporte muito interessante para o escopo desta tese que é o protagonismo das tecnociências na construção (e posterior decadência) do sujeito construtor do conhecimento;

Contudo, o sujeito construtor das tecno-ciências modernas não estava só nem agiu sozinho, gerando a crise da verdade e do pensamento. Em realidade, a origem desse estado de coisas é bem mais remota, tendo-se iniciado na aurora da filosofia, no dia em que Platão distinguiu o verdadeiro da verdade e Aristóteles separou a verdade da realidade e do juízo (ou pensamento). (DOMINGUES, 2002, p. 8).

No entanto, tomando-se de forma isolada pode-se pensar que Domingues se ocupou apenas da desconstrução do argumento do sujeito construtor do

conhecimento, o que não corresponde à verdade como veremos adiante.⁸ Nas palavras do próprio autor:

Não podendo me estender mais, eu diria para concluir que a saída está em revincular tudo, manter a ideia do conhecimento-construção (afinal o conhecimento é uma aquisição e resulta de uma elaboração, de um labor da razão ou do trabalho do pensamento, e por isso a ideia deve ser mantida) e reintroduzir no limiar do conhecimento, na imanência do sujeito construtor, a transcendência: não sendo encontrada do lado do objeto, na ausência do ser transcendente, deverá ela ser procurada do lado do sujeito, no ser que transcende, que é o próprio homem, ou antes o homo duplex, como duplo empírico-transcendental. (DOMINGUES, 2002, p. 8).

A introdução da abordagem de Domingues, acrescida da discussão apoiada em Bachelard demonstra sobretudo a importância do sujeito na construção do conhecimento. É sobre ele que são lançadas as bases de argumentação do conhecimento. Dessa forma, surge uma dupla constatação, a adequabilidade de uma epistemologia construtivista (ancorada na ideia do sujeito construtor ou criador do conhecimento) e o forte componente cultural que está implícita na análise deste processo de construção:

É então que o sujeito-construtor se revelará como demiurgo-legislador e gerador dos valores, permitindo a rearticulação entre a ética e o conhecimento: sendo este integralmente sua obra, caberá ao sujeito zelar por sua guarda e responder por suas aplicações. Eis, junto com o sujeito epistemológico, instalado no umbral do conhecimento o sujeito ético - uma só e mesma coisa. (DOMINGUES, 2002, p. 9).

Tendo delineado estes traços (inacabados como diria Bachelard) da proposta epistemológica do trabalho passamos à discussão (ainda de fundo epistemológico) dos aportes culturais que irão nortear o trabalho. Assim, após apresentar a noção de conhecimento aproximado, conciliada com a ideia de construção do conhecimento partimos para o contexto dessas abordagens, ou seja o terreno onde é construído o conhecimento.

⁸ Domingues (2004) apresenta o argumento do sujeito construtor do conhecimento retomando a Vico e segmentando o conceito para mostrar as várias possibilidades de análise do tema.

2.2 Aportes (elementos) culturais para a discussão

Após a delimitação do “espírito” que rege este trabalho, partimos para a descrição da matéria ou o terreno onde a discussão será empreendida. Em se tratando do colecionismo ou da análise do ato colecionador não há como fugir da conceituação da cultura como processo de análise fundamental para se perceber a formação de coleções tendo como base os sujeitos que as edificaram. Cultura, para Williams (2000) é algo compartilhado por todos e que atravessa a prática cotidiana dos sujeitos. Neste sentido, cultura assume uma dimensão que ultrapassa a ideia de localização e restrição para sua fruição se tornando objeto de análise e produção em todos os espaços da atividade humana

Dessa forma, faz-se necessário dizer da importância, ou melhor, da centralidade da cultura na atualidade:

Nestes diferentes exemplos reconhecemos que a “cultura” não é uma opção *soft*. Não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior. (HALL, 1997, p. 6).

A discussão de Stuart Hall perpassa outros aspectos que não serão abordados nesta tese como a relação entre a linguagem e a cultura, contudo a sua construção sobre a centralidade da cultura no contemporâneo é algo que reforça a necessidade deste conceito para o trabalho empreendido aqui.

No intuito de aprofundar a compreensão do conceito temos que “toda sociologia da cultura, para corresponder ao que dela se espera, parece dever ser uma sociologia histórica”. (WILLIAMS, 2000, p. 33). A abordagem do autor, no entanto, vai muito além de uma sociologia histórica e procura delinear todo o processo de “fabricação” da cultura na sociedade:

Propomos o seguinte, como distinção inicial: por um lado, as relações variáveis entre “produtores culturais” (termo deliberadamente neutro, embora abstrato) e instituições sociais reconhecíveis em que os “produtores culturais” têm sido organizados ou se têm organizado eles próprios, suas formações. (WILLIAMS, 2000, p. 35).

Williams (2000) traça uma espécie de quadro esquemático do processo de produção cultural, indo desde os produtores da cultura chegando até as instituições ou conformações culturais como por exemplo as academias de arte, passando pelos meios de produção e por fim de expressão e reprodução da cultura como por exemplo a escrita. Em suas palavras:

Podemos progredir muito na sociologia da cultura, com o estudo de instituições, formações e meios culturais de produção. Num determinado ponto, porém, somos levados a parar e a indagar se o que estamos estudando, por mais importante que possa ser em seus próprios termos, é suficiente importante para seu pretense objeto. Às vezes se diz: agora temos a sociologia, mas onde está a arte? (WILLIAMS, 2000, p. 119).

Esta sua preocupação final (onde está a arte?) sobre os aspectos intrínsecos da cultura faz com que a sua abordagem seja ainda mais completa, pois propõe uma análise que contemple também o indivíduo e não só o contexto em que a cultura se estabelece e se desenvolve.

Outro tema, bastante recorrente neste trabalho é sobre a questão da reprodução ou ainda da representação da cultura no qual Williams (2000) também define:

Desse modo, uma forma é implicitamente reproduzível; essa é sua definição necessária como forma. Sinais e convenções são implicitamente reprodutivos, ou perdem a significação. A linguagem como tal, ou qualquer língua ou sistema de comunicação não-verbal, só existe na medida em que é passível de reprodução. Uma tradição é o processo de reprodução em ação. Assim, muitos dos elementos-chave do processo cultural são reunidos por este conceito. (WILLIAMS, 2000, p. 182).

O conceito explorado aqui é o de “forma” que passa ser então passível de reprodução. Este argumento é largamente explorado quando observamos o estado atual da cultura no mundo contemporâneo, onde a questão da produção em larga escala inaugura a possibilidade de reprodução (ou talvez até a necessidade) em diversos segmentos da cultura.

Em sua procura pelo processo de produção da cultura, Williams pontua a importância do estudo das instituições, das práticas que acabam por se cristalizar em modos e meios de cultura:

Assim, o que se pretende é que a distinção da cultura, no sentido mais amplo ou mais restrito, como um sistema de significações realizado, não só abra espaço para o estudo de instituições, práticas e obras manifestamente significativas, mas que, por meio dessa ênfase, estimule o estudo das relações entre essas e outras instituições, práticas e obras (WILLIAMS, 2000, p. 207-208).

A palavra sistema é extremamente oportuna para tentarmos elucidar a teoria de Williams sobre cultura, pois é justamente a mecânica do processo de cultura a sua grande contribuição e o que faz da sua abordagem algo extremamente atual:

Desse modo, embora a sociologia da cultura tenha muitos tipos de trabalho a seu alcance imediato – no estudo das instituições e formações e de sistemas e formas significativas – deve também, necessariamente, envolver-se com essas relações contemporâneas em ação, numa ordem social hoje baseada de maneira mais direta numa generalização prática de seus processos e preocupações específicas. (WILLIAMS, 2000, p. 231).

Partindo então deste entendimento mais geral sobre a cultura e seus processos desloca-se a discussão para uma tentativa de localizar o conceito nos estudos ligados ao documento ou à informação em certos contextos. Enfim, a materialidade mais concreta com que a cultura se manifesta no ato colecionador.

Neste sentido Saldanha (2012) ao tentar evocar a relação entre homem e cultura na busca pelo humano na Ciência da Informação faz uma distinção interessante entre campos historicamente imbricados (como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação) localizando neles uma clara distinção de objetos, pois,

Enquanto campos como Biblioteconomia, Bibliologia e Bibliografia tenderiam para as políticas de cultura e educação, a CI voltar-se-ia para as políticas de ciência e tecnologia (o modelo disciplinar claro desta dicotomia está na Bibliografia textual, tomada como crítica textual, de um lado, enquanto, de outro, encontramos a Bibliografia estatística, que resultaria na bibliometria). A Documentação, por sua vez, estaria em um estado de interseção entre os dois pólos, tendo importantes elementos de C&E, mas orientando-se para a construção de plataformas de C&T. (SALDANHA, 2012, p. 90).

Neste sentido, podemos evocar a contribuição de Marteleto (2002) numa definição de informação que possa ir de encontro a um aspecto cultural, posto que, “informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais”. (MARTELETO, 2002, p. 102).

Este entendimento da cultura como conceito importante para a área de informação (documentação) é o de que fica mais relevante das abordagens de Saldanha (2012) e Marteleto (2002), embora saibamos que as construções teóricas sejam diferentes, fica patente a importância dessa abordagem cultural nos dois trabalhos. No entanto, ainda é preciso esclarecer o conceito de cultura para a(s) área(s) de informação (documentação):

Cultura é aqui entendida no seu sentido antropológico mais geral como o “modo de relacionamento humano com seu real”, ou ainda como o conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica. (MARTELETO, 1995).

Aparece aqui um conceito importante para este trabalho que é a ideia de construção do conhecimento através de artefatos. Essa abordagem introduz o conceito de ato colecionador que se estabelece através dos artefatos (que emergem da cultura) e que são intencionalmente colecionados.

Estes conceitos formulados por Marteleto (1995) fazem parte de uma construção que possuem o intuito de contextualizar a informação como parte importante de sua abordagem teórica:

Informação diz respeito não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais. Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma “probabilidade de sentido”. (MARTELETO, 1995).

Essa formulação de informação como probabilidade de sentido pode ser estendida ao documento como define Meneses (1998):

O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. (MENESES, 1998, p. 95).

Ao se aproximar do conceito de documento, em consonância com o desenho dos processos de cultura de Williams (2000), parte-se para a elaboração do objeto, que após ser “talhado” pelo sujeito apresenta-se para ser potencialmente entendido, representado ou colecionado:

Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos - base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto. (MENESES, 1998, p. 91).

Dessa forma, o objeto ou o artefato traz consigo a soma de aspectos sociais e culturais do período em que é construído ou talhado. Na sociedade contemporânea, que prima pelo acirramento da individualidade e consumismo, o objeto adquire de forma mais intensa a qualificação de *status* social:

Nesse contexto, mais e mais individualista, os objetos materiais funcionam como veículos de qualificação social. No entanto, deve-se notar que essas funções novas não alteram uma qualidade fundamental do artefato: ele não mente. A integridade física do artefato corresponde sua verdade objetiva. Os discursos sobre o artefato é que podem ser falsos. (MENESES, 1998, p. 91-92).

Pode-se perceber, no entanto, que Meneses (1998) resguarda as características intrínsecas do objeto e com isso sinaliza a importância da questão da contextualização do artefato num dado momento. Dessa forma, admite-se a característica do objeto em si de forma atemporal, ao mesmo tempo entendendo que

a pergunta que se faz sobre o mesmo determina em grande parte a sua interpretação:

No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. - este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (MENESES, 1998, p. 95).

Neste caminho de condução do tema, Meneses (1998) abre a discussão para os estudos do colecionismo ou do ato colecionador como propomos neste trabalho. O artefato, objeto, ou documento, construído (ainda que somente como representação em alguns casos) pelo sujeito adquire uma dimensão ampla de olhares e possibilidades de estudo:

Os estudos de coleção se têm desenvolvido muito, estas últimas décadas, sobretudo na antropologia e na sociologia (a história, por sua vez, tem sido muito reticente, a respeito). Assim, já foram explorados não só o caráter metonímico de representação que a coleção pode desempenhar (de um grupo, cultura, fenômeno), mas, também, de auto-representação. (MENESES, 1998, p. 97).

O ato colecionador se instaura definitivamente como um processo da cultura e que, portanto, pode ser representado ou até mesmo reproduzido. Sobretudo, o fator mais relevante que diz respeito à latência de significado do artefato que, por sua vez, se potencializa quando reunido na organicidade de uma coleção:

A primeira inferência é que a coleção, por mais personalizada e centrada no indivíduo, se faz sempre em relação ao outro. É, portanto, um suporte de interação. Ainda que o colecionador paroxisticamente tente restringir o desfrute de sua coleção por outros beneficiários que não sua própria e exclusiva pessoa, o que se tem é a reiteração de que a coleção está vocacionada para o 'espaço público'. O esforço de manter em segredo a coleção é apenas uma tentativa de anular ou neutralizar sua natureza visceral de enunciado, suprimindo pela violência as redes de interação. (MENESES, 1998, p. 97).

Em busca ainda de uma certa coesão dos conceitos de documento, cultura e coleção (não necessariamente nesta ordem de ocorrência) uma primeira impressão é a de que a relação entre cultura e coleção é realmente muito forte, permitindo uma série de estudos e olhares sobre o ato colecionador. Desta relação, outra inferência é a de que são de fato os documentos (mesmo admitindo que o termo informação em alguns casos possa ser usado também) que se apresentam para os sujeitos como potencialidades de sentido e possibilitam assim os arranjos a que denominamos coleções. Dessa forma, podemos concluir que os documentos ou os artefatos estão longe de se apresentarem como objetos neutros a que podemos ler, interpretar ou representar sem ter em conta o contexto da cultura:

Com efeito, o artefato neutro, asséptico, é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem, no museu, desde os processos, sistemas e motivos de seleção (na coleta, nas diversificadas utilizações), passando pelas classificações, arranjos, combinações e disposições que tecem a exposição, até o caldo de cultura, as expectativas e valores dos visitantes e os referenciais dos meios de comunicação de massa, a doxa e os critérios epistemológicos na moda, sem esquecer aqueles das instituições que atuam na área, etc. etc. (MENESES, 1998, p. 98).

Por fim, após os apontamentos sobre a relevância da cultura para o ato colecionador parte-se para o aprofundamento da materialidade do ato colecionador instaurada, neste caso, no documento.

2.3 Em busca da materialidade: a questão do documento

Com a finalidade de encontrar a materialidade dos objetos que se apresentam para o ato colecionador humano, optamos pelo conceito de cultura material por considerar adequado à proposta empreendida neste trabalho. Neste sentido,

Inicialmente, no entanto, apenas frisemos que a formulação dos diversos conceitos de cultura material está sempre intimamente ligada à visão que os autores têm da própria noção de cultura; por assim dizer, corresponde-lhe organicamente. Ao mesmo tempo, as posições sobre as relações entre o universo material e a cultura definirão, de algum modo, os limites das propostas de estudo e as formas de mobilização dos elementos físicos na compreensão dos fenômenos históricos. (REDE, 1996, p. 267).

Dessa forma, vemos que reside aqui “a fortuna do termo cultura material além das ambiguidades possíveis: ele denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material”. (REDE, 1996, p. 274). Ou seja, não se trata de considerar que se está trabalhando exclusivamente com a materialidade dos objetos e sim que esta dimensão material tem uma importância especial para este tipo de abordagem:

Bastaria dizer que não existem sentidos, valores ou mensagens culturais que sejam completamente internalizados na consciência (individual ou coletiva), que sejam criados em uma matriz que dispense a materialidade ou que sejam vetorizados apenas por circuitos operacionais imateriais. A cultura material é, por excelência, matriz e mediadora de relações. (REDE, 1996, p. 274).

A cultura material, ao contrário do que se possa imaginar, não se restringe ao objeto isolado de um contexto, pois emerge sempre de um todo (cultura), contudo, é necessário sempre se ater ao objeto (material) para desvelar a sua concretude e características intrínsecas:

Fala-se corriqueiramente de objetos ou artefatos, mas a cultura material tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado. Embora as considerações feitas sobre cada unidade isoladamente sejam, a princípio, extensivas a conjuntos, a complexidade e a amplitude exigem reflexões específicas: a lógica da composição não é dada pela somatória das lógicas das suas partes. (REDE, 1996, p. 278).

O documento, surge então, no contexto deste trabalho, como artefato “ideal” para representar o ato colecionador em suas diversas faces e possibilidades. A concretude do documento dá ensejo para se pensar na formação de coleções, através é claro, da intervenção construtora do sujeito. O documento, no entanto,

Por um lado, o documento é compreendido como "aquilo que ensina" (doccere) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter. Por outro lado, o documento é compreendido como "suporte de informações" que só podem ser preservadas e resgatadas através do questionamento. (CHAGAS, 1994, p. 34).

É preciso, no entanto, indicar em que momento ou que contexto o documento passa a existir, pois uma caneta pode tanto ser objeto de uso diário quanto estar associada à declaração de independência de um país ou assinatura de algum tratado internacional. Desta forma,

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc. (CHAGAS, 1994, p. 35).

Outro grande nome quando se pensa na questão do documento é o de Paul Otlet. Seu nome é associado inclusive com a criação de uma área específica de estudos, para alguns um campo independente do conhecimento que seria a Documentação. Em sua definição:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia) (OTLET, 1937).

Otlet (1937) seria retomado mais tarde para dizer do conceito de documento para além de sua materialidade imediata, ou seja o documento assume também a noção de representação como válida. Dessa forma, o documento adquire uma dimensão mais ampla, para além de um suporte específico e passa a se manifestar (e ser percebido) no seio da atividade cultural como um todo. Seus conceitos foram tão influentes que produziram uma série de seguidores que se denominaram documentalistas e mais tarde neodocumentalistas (Ortega; Lara 2010).

Como então definir o documento? E aonde encontrá-lo?

Como vimos, os documentos são representações de memória e estão articulados à ideia de preservação. Ao se constituir um documento, de imediato se coloca com esta constituição a necessidade de preservá-lo. Ao longo do tempo essa necessidade exige permanente confirmação. (CHAGAS, 1994, p. 38).

Essa confirmação de que fala Chagas (1994) é na verdade a intervenção humana que evidentemente está posta nas relações de contradição da sociedade e cultura e, portanto, sujeitas à interpretação e a imprecisões. Contudo, esta dimensão não invalida a ideia do documento em si, ao contrário, é justamente esta intervenção que possibilita a inserção da cultura como forte elemento de análise desses objetos:

Assim, os objetos, que podem ser naturais ou produzidos pelo homem, pertencem ao universo social que se apresenta como uma dimensão virtual para a memória. A interferência do homem como agente de transformação do objeto em documento é representada pelo universo cultural, onde as instituições de memória se inserem. (DODEBEI, 1997, p. 171).

Bernd Frohmann (2008), define o documento como sendo a “materialidade da informação”. Esta é mais uma noção (conceito) interessante pois localiza a relação entre documento e informação em instâncias de passagem e qualifica a opção do documento como possível de ser atribuída às coleções.

Por fim, após a elucidação da materialidade do documento e sua relação com a cultura, parte-se para a questão do conjunto destes objetos. Ou seja, o documento foi apresentado através do conceito de cultural material do ponto de vista de sua unicidade sem deixar de relacioná-lo com o todo, mas o que representa a coleção de objetos? Dodebei (1995) salienta a questão da seleção como fator importante para discussão da configuração dos documentos relacionados (coleccionados):

Tanto para a História quanto para a Arqueologia e para a Ciência da Informação não basta apenas a existência de uma ação do Homem para configurar a memória social mas, sobretudo, é necessário haver uma seleção, essa ação que pinça do tecido social um nó, arbitrariamente escolhido, para representar um aspecto do conhecimento. Quanto à organização desses nós, já configurados como documentos, os discursos teóricos nos apontam para a mobilidade destes dentro da memória documental, não importando qual o seu suporte material ou quem os presenteou com o atributo de documento mas, tão somente, como podem se relacionar uns com os outros, e assim gerar novos conhecimentos representados por novos objetos e, conseqüentemente, talvez, novos documentos. São as insistências no tempo. Assim, são configuradas as memórias temáticas, tal como imaginado por Otlet e modelo atual dos hipertextos. A horizontalidade, o cotidiano dos espaços de memória, a predisposição para o relacionamento constante confirmam que a unicidade, a virtualidade ou mobilidade e a significação são inerentes ao conceito de documento. (DODEBEI, 1997, p. 175).

Lançadas as bases do conceito de documento e sobretudo, da sua possibilidade de representação e análise do ponto de vista da constituição de arranjos (coleções) propicia-se os alicerces para o preparo da “coleta”.

2.4 Preparando a coleta

As bases para o desenho do ato colecionador foram lançadas. Tendo como norte e sedimento a discussão epistemológica, passando pela argumentação das relações culturais em que os objetos estão inseridos e por fim buscando a concretude do documento para localizar a discussão da formação de coleções.

Importante ressaltar que a busca pela materialidade do documento não está dissociada do seu contexto cultural e de sua possível imaterialidade. Ou seja, os significados, interpretações e compreensões estão inseridos na discussão. A questão da materialidade do documento (objeto ou artefato) se faz presente para pontuar o lugar do ato colecionador na discussão empreendida neste trabalho que olha para os arquivos, bibliotecas e museus e, portanto, diz respeito a coleções que priorizam a descrição material de seus objetos. Neste sentido, o argumento do sujeito criador do conhecimento emerge como substancial para mapear a materialidade daquilo que foi construído, talhado pelo demiurgo, pelo *homo faber*.

Dessa forma, cabe ressaltar que os documentos ainda que concretos do ponto de vista de sua materialidade cultural podem se apresentar também no formato virtual, pois a construção do conhecimento pelas mãos do demiurgo se dá através do objeto em si ou de suas representações.

Por fim, ficamos com a possibilidade de iniciar a coleta dos objetos, documentos ou artefatos que se apresentam na seara da cultura e possibilitam assim a instauração do ato colecionador ainda que impreciso, aproximado e sobretudo vigilante e crítico de suas limitações.

3 DO ARRANJO (OU MÉTODO COLECIONADO)

Neste capítulo serão abordados os conceitos e métodos que fundamentam a escolha dos manuais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia como representativos das práticas colecionistas ao longo de três períodos históricos: renascimento, iluminismo e idade contemporânea. Os manuais foram escolhidos tendo como referência a sua representatividade para cada período acima descrito. A escolha é intencional e poderia ser conduzida de forma diferente, produzindo provavelmente outras reflexões e resultados. Contudo, a essência fundamental é a tentativa de capturar o fazer colecionador de cada uma das áreas em períodos distintos através da representação desses fazeres que por sua vez estão consolidados nos manuais.

Fazendo referência às bases lógicas de investigação desta tese o método empregado é o fenomenológico, pois,

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, se realiza para cada pessoa. Interessa aquilo que é sabido, posto em dúvida, amado, odiado etc.(Bochenski, 1962). O objeto de conhecimento para a Fenomenologia não é o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito. (GIL, 2008, p. 14).

Evidentemente, esta categorização é provisória e se estabelece apenas para fins de melhor compreensão deste trabalho, pois existem diversas abordagens do que seja conhecimento e portanto de métodos científicos, levando a uma multiplicidade de olhares e metodologias utilizadas por vezes, mesmo que aparentemente antagônicas, ao mesmo tempo. Contudo, optou-se pela definição de Gil (2008), uma vez que a abordagem de representação social baseada em Elias e repercutida por Chartier se encaixa melhor nessa definição, posto que, “para Elias o mundo é fenômeno (fenomenologia), não-essência, por isso vê o espaço e o tempo dessa

maneira, buscando por intermédio das descrições fenomenológicas um coerente e ordenado sistema de valores”. (PEREIRA, 2002, p.33).

Poderíamos levar a discussão para outras correntes de pensamento, como o materialismo dialético, por exemplo, mas a concepção epistemológica do trabalho se adequa melhor a uma visão fenomenológica uma vez que o “argumento do conhecimento do criador” tem melhor encaixe nesta perspectiva sobretudo no arranjo proposto com a ideia de representação social como veremos abaixo.

Por outro lado, é importante ressaltar a originalidade do trabalho de Elias que procurou superar dicotomias, sobretudo da relação indivíduo – sociedade:

A perspectiva de Elias é claramente de síntese e não de análise – não no sentido das grandes sínteses explicativas, mas seguindo um esforço para evitar a compartimentalização das pessoas ou das sociedades humanas pelas categorias já mencionadas. Sua síntese é buscada na observação e na experimentação, demonstrando, de um lado, sua preocupação em evitar a separação entre teoria e metodologia, o que o transforma em grande historiador; de outro, demonstra sua particular teoria sobre o ser humano, entendendo-o em sua dimensão biológica e cultural, interrelacionadas. (PEREIRA, 2002, p.26).

Enfim, a categorização da concepção de Elias como projeto sociológico como um todo é uma difícil tarefa. Para este trabalho interessa pontuar a abordagem de representação social como central para a justificativa da análise dos manuais das áreas como representativos de práticas colecionistas de determinada época. Cabe ainda elucidar a natureza qualitativa do trabalho que enseja uma perspectiva teórica de análise, buscando através do estudo do ato colecionador nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia confrontar argumentos epistêmicos de constituição destas áreas que se consolidaram, sobretudo, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial em meados de 1945.

Em relação aos procedimentos o trabalho será realizado da seguinte forma:

1. Identificação de três manuais de cada uma das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia tendo como parâmetro a temporalidade proposta por Blom (2003): Renascimento, Iluminismo e o Contemporâneo;
2. Análise dos manuais tendo como eixo os parâmetros encontrados na concepção teórica do ato colecionador e tendo como justificativa a sua representatividade social no contexto de cada uma das áreas;
3. Discussão teórica sobre as relações entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tendo como mote os conceitos de Colecionismo (ato colecionador) apresentados no trabalho.

3.1 Epistemologia do conhecimento colecionado (criado) ou do argumento do sujeito criador (coleccionador) do conhecimento

A variante epistêmica que conduz o trabalho se orienta pela concepção do sujeito como construtor do conhecimento. Nesta perspectiva é possível avançar na direção do conceito de representação social, pois nesta abordagem do conhecimento é possível conhecer através do que o homem cria, seja objetivamente, seja através de suas representações.

Na mesma perspectiva, Souza Filho (1999), afirmou que se observam quatro variantes do argumento do conhecimento do criador. Em primeiro lugar o sentido religioso, no qual só Deus pode conhecer a natureza porque só Deus é seu criador. Em segundo, o sentido técnico no qual o homem pode conhecer aquilo que cria, tornando-se assim um imitador Dei, para o qual haveria um conhecimento operacional ligado às técnicas e não às essências. Em terceiro, um sentido humanista segundo o qual:

O homem deve dedicar-se à investigação do mundo humano, daquilo que cria, a realidade social e política, a história e a linguagem, porque estas são criações humanas e portanto podem ser conhecidas, e não ao mundo natural. A verdadeira ciência é a ciência da realidade humana, desde a retórica e a filologia, até a política e a moral. (SOUZA FILHO, 1999, p.21).

Esse sentido parece ser o que Domingues (2004) incorporou em sua obra, pois um dos representantes dessa abordagem, Giambattista Vico, foi para o autor, quem melhor formulou o argumento do conhecimento do criador. A quarta variante seria então o sentido epistêmico, segundo o qual “o homem não conhece diretamente a realidade natural porque não a cria e, portanto não tem acesso à sua essência, à sua natureza última, mas a conhece através de suas ideias ou representações que são produções suas”. (SOUZA FILHO, 1999, p.22). Domingues (2004) operou uma espécie de junção dessas duas últimas abordagens, preferindo a formulação de Vico e, portanto, ficando mais atrelado ao sentido humanista do argumento, até porque o seu horizonte de análise foram as ciências humanas (englobando as sociais também). Embora, pudéssemos observar que as duas últimas abordagens, em suma, afirmam que o homem só pode conhecer aquilo que efetivamente cria, seja através de ideias e representações, seja naquilo que cria objetivamente.

3.2 Representar

Na perspectiva da possibilidade do conhecimento é preciso então que o homem crie representações para conhecê-las. De outra forma, somente naquilo que o homem cria diretamente seria possível o conhecimento. No entanto, a representação ao mesmo tempo em que permite conhecer também cria outra possibilidade de conhecimento. Em suma, a questão fundamental nesta acepção da representação é, a exemplo do argumento do conhecimento do criador, apresentar uma alternativa para superação de um argumento ceticista (onde não é possível conhecer) e a crença na possibilidade do conhecimento, isso porque “(...) na modernidade, como vimos, foi possível conciliar o argumento cético do conhecimento do criador com a confiança na linguagem” (EL-JAICK, 2007, p. 18).

O entendimento das representações como forças reguladoras da vida coletiva e exercício do poder permite o diálogo com vários autores – Marx, Durkheim, Mauss, Weber, Elias, Marin, de Certeau, Bourdieu, Chartier – e uma alternativa teórica possível diante do ceticismo instaurado pelo linguistic turn nas ciências sociais. (CARVALHO, 2005, p. 152).

Norbert Elias, sociólogo alemão, fornece elementos basilares para o posicionamento epistemológico, especificamente nos desdobramentos metodológicos deste trabalho. Isto porque sua concepção está direcionada para a superação da dicotomia indivíduo-sociedade e, portanto, sua noção de representação social considera a dimensão do indivíduo em relação ao seu contexto social, o que enriquece a noção de representação como reprodução trivial do objeto em questão.

Um dos conceitos mais importantes formulados por Elias é o de “processo civilizador” para mostrar a relevância das construções sociais como elemento fundamental para compreender o fenômeno cultural humano:

(...) o processo específico de "crescimento" psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. (ELIAS, 1990-93, v.1, p. 15).

Ou seja, ele considera a dimensão psicológica ou individualista do sujeito no processo de formação cultural, mas submete isto a um contexto mais amplo chamado de processo civilizador que possui também uma dimensão social e outra individual, mas sempre vistas numa relação de interdependência:

Uma real compreensão, mesmo de mudanças de ideias e formas de cognição, só será possível se levarmos em conta, também, as mudanças da interdependência humana em conjunto com a estrutura da conduta e, na verdade, todo o tecido da personalidade do homem num dado estágio do desenvolvimento social. (ELIAS, 1990-93, v.2, p. 236).

Complementando:

A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa "civilização". Por efeito de uma "lei sociogenética" básica, o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez através de alguns dos processos que a sociedade experimentou em sua longa história. (ELIAS, 1990-93, v.1, p. 15).

Para Elias a superação da dicotomia entre uma visão individualista em contraposição ao foco exclusivo na sociedade pode ser construída com o conceito de configuração.

O conceito de configuração serve portanto de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o "indivíduo" e a "sociedade" fossem antagônicos e diferentes. (ELIAS, 2005, p. 141).

Neste sentido o que existe de fato é uma interdependência humana que se expressa em todas as relações sociais ampliando o olhar para a construção de conceitos que considerem as perspectivas do sujeito em sua relação com a sociedade.

Uma das maiores lacunas das teorias mais antigas da sociologia contemporânea é o facto de investigarem essencialmente as perspectivas sociais do "eles", quase não se servindo de instrumentos conceptuais rigorosos para investigar a perspectiva de "eu e nós". (ELIAS, 2005, p. 151).

"Socialização e individualização de um ser humano são, portanto, nomes diferentes para o mesmo processo". (ELIAS, 2006, p. 26). Neste sentido, o que está em jogo é a própria relação entre sujeito e objeto, ou seja, nesta perspectiva o resultado da representação (configuração) de determinado contexto, período ou situação será sempre passível de uma análise mais abrangente, sem com isso desconsiderar as relações difusas, isoladas ou individuais, posto que,

Uma análise configuracional mostra-nos muitas vezes porque é que isto tem que ser assim. Embora tais tendências não sejam independentes das intenções e acções dos indivíduos que constituem as configurações, a forma que a configuração toma não será determinada por planos deliberados ou pelas intenções dos seus membros, nem por grupo deles, nem mesmo por todos eles em conjunto. (ELIAS, 2005, p.180).

A noção portanto de representação social dos manuais estudados nesta tese seria vista como um processo e nunca como um fim em si mesmo. Dessa forma, o que se quer pontuar é que outras singularidades poderiam ser percebidas tanto na escolha quanto na análise do objeto deste trabalho. Sobretudo, porque a dinâmica do processo civilizador está sempre em constante mutação quer seja pela temporalidade, espaço geográfico ou dentro da dinâmica do sujeito.

Para os interesses desta discussão, parte-se da hipótese de que o aporte teórico eliasiano é um grande auxiliar para se compreender, identificar e analisar os processos socializadores, que nada mais são do que as relações entre singularidades individuais com o entorno e/ou a ambiência objetiva e subjetiva que as envolvem. Nada mais são do que as conexões de sentido de indivíduos entre si, num enredo contínuo, intenso e tenso de uma multiplicidade de dimensões e diferenças sociais. (SETTON, 2013, p. 204).

Conclusivamente, o que temos de fato, é uma possibilidade de compreender o fenômeno social em termos de sua representatividade em uma perspectiva que considera a dimensão coletiva, mas entendida na relação com os seus sujeitos edificadores da cultura (conhecimento):

As configurações, segundo Elias, têm de ser interpretadas como representações de seres humanos ligados uns aos outros no tempo e no espaço. A sequência de movimentos entre os seres só pode ser compreendida e explicada em termos da dinâmica imanente de sua interdependência simbólica. (SETTON, 2013, p.204).

Roger Chartier, historiador francês, com grande inserção nos estudos sobre história da leitura no Brasil, desenvolve o conceito de representação social, tendo entre outros a influência marcante de Elias em seu trabalho.

Para o escopo desta tese, optou-se por recuperar a linha de raciocínio de Elias em direção a Chartier, ou seja, primando pelo aporte teórico de Elias e utilizando da abordagem de Chartier para contribuir com a demonstração do conceito de representação social:

Então, tal como a entendo, a noção de representação não está longe do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a desfazerem-se de sua “muito pobre ideia do real”, como escreveu Foucault, colocando o centro na força das representações, sejam interiorizadas ou objetivadas. (CHARTIER, 2011, p. 22).

Dessa forma, a formulação de Chartier se aproxima muito de Elias, pois considera a superação da dualidade real – ideal e coloca a categoria da representação na mesma instância da configuração de Elias e com a mesma proposta do argumento do conhecimento do criador, ou seja, o real não é oposto à representação posto que a última é também efetiva, ou seja criada pelo homem e portanto, passível de ser conhecida, pois "o conceito de representações coletivas proposto por Chartier contribui para a formulação renovada do estatuto do real, não mais entendido como oposto às representações". (CARVALHO, 2005, p. 152).

Estes conceitos trazem o fundamento necessário para pensar os manuais vistos sob a ótica das representações sociais desvelando todo um conjunto de práticas que captam a essência do fazer científico e técnico em relação à concepção de suas coleções. Dessa forma, em cada uma das áreas observadas podemos extrair uma "configuração" específica do ato colecionador representada em diferentes épocas e contextos.

3.3 Os Manuais como representação do ato colecionador: uma visão em três tempos

Antes de adentrar nos parâmetros de observação dos manuais cabe aprofundar nas categorias do ato colecionador que serão verificadas no trabalho. O Colecionismo pode ser estudado sob diferentes perspectivas e abordagens conduzindo a diversos campos do conhecimento. Sem se prender a nenhuma disciplina em específico o conceito utilizado procura estar coerente com o de representação social. Ou seja, interessa perceber nos manuais a consolidação de práticas e fazeres de determinada época através da representatividade dos manuais nas suas respectivas áreas de inserção. Dessa forma, a abordagem escolhida tem um viés historicista, uma vez que tenta captar a essência do ato colecionador em tempos distintos:

Sabe-se que a história do ato de colecionar é a narrativa de como os seres humanos se apropriam, na esfera particular, dos sistemas de classificação que herdaram. Podendo tomar distintas funções, desde o acúmulo até a ordenação simétrica, de feição estética, o colecionismo é amplo e complexo. (MACIEL, 2009, p. 27).

Dessa forma, do ponto de vista do método torna-se necessário categorizar o ato colecionador historicamente buscando desvelar o “espírito” da época em que cada um dos manuais foi escrito. Por questões de adequabilidade o colecionismo da idade “antiga”, sobretudo nas civilizações gregas e romanas não será objeto do trabalho. Dessa forma, parte-se do renascimento, pois é nesta época que surgem os primeiros grandes manuais das áreas de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia.

O espírito colecionista da renascença⁹, que foi o período da história da Europa compreendido entre os séculos XIV e XVII, pode ser caracterizado entre outros aspectos como um período de grande curiosidade pelo desconhecido e retomada dos ideais humanistas e naturalistas da antiguidade clássica. A curiosidade em se conhecer, explorar o mundo em suas possibilidades e amplitudes levou à formação de coleções de verdadeiras “monstruosidades”. Tal como Aldrovandi e o seu dragão em 1572. Era um espírito renascentista onde o empírico era muito importante para confrontar as “teorias”. Neste sentido as coleções tinham uma relevância e uma orientação para a descoberta (desbravamento) do mundo até então desconhecido. Surge então este novo espírito, que pode ser chamado de renascentista, e que não mais se prende à visão de mundo da igreja e, muda, portanto sua concepção de vida e morte, sagrado e profano, realidade e fantasia. “A nova estirpe de colecionadores deixara de apelar para a autoridade da igreja. Enquanto corriam para ver o dragão de Aldrovandi, e outras maravilhas que ela juntara em casa (...)”. (BLOM, 2003, p. 38-39).

No entanto, essa superação do dogmatismo imposto pela igreja criou um dualismo em relação ao ato colecionador, de um lado uma busca pela mística do mundo e de outro de explicações e arranjos racionais do conhecimento. Com o passar dos anos, o segundo modelo triunfa sobre o primeiro e acaba por se consolidar com a chegada do Iluminismo, o período das “luzes”.

⁹ Tal como ilustrado no anexo 1.

No entanto, outro aspecto importante que caracteriza o ato colecionador renascentista é a valorização do indivíduo frente ao cosmos, possibilitada, diz Janeira (2005) pelo novo espírito investigativo que desmistificava os dogmas da igreja e criava, portanto as condições para o surgimento de novos atores sociais:

Assim sendo, é no quadro da trajetória do individualismo moderno nascente que os dois rostos começaram a adquirir contornos tendendo a uma concretização social: no conjunto da comunidade produtiva, passou a haver lugar para actividades individualizadas, como a do cientista e a do pintor, frequentemente aproximados do colecionador. (JANEIRA, 2005, p. 27).

Em síntese o espírito renascentista do ato colecionador se caracterizava por uma valorização do indivíduo, que movido pela curiosidade colecionava o máximo de itens possíveis, pois, segundo Pearce (1995) a tentativa era de criar um microcosmo, contudo é importante lembrar que começa aqui uma tentativa de sistematização mais racional, pois a visão racionalista (ainda que reconhecida por alguns autores como pré-científica e essencialmente empirista) superou uma visão mais mística ou intuitiva do ato colecionador.

A chegada do período Iluminista¹⁰, que surgiu por volta do século XVIII na Europa e sobretudo na França, trouxe para o ato colecionador uma visão mais sistematizada das coleções, pois havia um espírito de racionalização do conhecimento e a necessidade de se categorizar de forma cada vez mais precisa o conhecimento objetivado:

Já na época em que Sloane viveu, o ato de colecionar sofrera uma brusca mudança de natureza. O Iluminismo e o surgimento das academias, onde estudiosos se reuniam para discutir e compartilhar suas pesquisas, conduziram a formas mais metódicas de abordar o mundo material e a formas mais especializadas de colecionar. A ambição de colecionar tudo que fosse digno de nota, natural em Aldrovandi e Tradescant, cederá a vez a uma divisão de disciplinas, e dentro delas um novo projeto surgiu: a classificação racional e a descrição completa da natureza e, finalmente, da arte. (BLÔM, 2003, p.145).

¹⁰ Tal como ilustrado no anexo 2.

Este novo empreendimento humano denotava novas formas de pensar e conceber o ato colecionador, agora acrescido de novos elementos, onde a curiosidade por si só não bastava para motivar a concepção de coleções:

O espírito colecionador tinha percorrido uma grande distância dos armários de curiosidades de duzentos anos antes, que tentara ampliar as fronteiras, descobrir e documentar o raro e o monstruoso. Agora era a vez do comum, não do que estava fora do alcance da compreensão humana, mas do que já fora submetido a ela. (BLOM, 2003, p. 145).

Neste segundo momento, esta observação necessitava ser mais sistemática e específica e tendia para um deslocamento que vai colocar os “objetos” numa vitrine acessível, numa mesa de trabalho ou sobre uma bancada (JANEIRA, 2005). Essa nova necessidade de observação levou a um novo projeto epistemológico para o ato colecionador:

Como este deslocamento espacial correspondia a um deslocamento epistemológico, porque a configuração epistemológica apresentava mudanças, estavam ali reunidas as condições para que surgissem os Gabinetes de História Natural, mais adequados para as actividades em prol da observação-comparação entre os seres e mais operativos em termos das exigências taxionômicas. (JANEIRA, 2005, p. 31).

Sob este mesmo “espírito” surgiram também os *ateliers* de arte e mais tarde os museus, tanto de história natural quanto museus de arte. Apesar das controvérsias sobre a relação causal entre os Gabinetes de Curiosidades e os Museus, não há dúvida de que existe aí uma relação de proximidade tendo como elo o ato colecionador, mas que também é extensiva às Bibliotecas e Arquivos como instituições que vão se ocupar de sistematizar estas coleções guardadas as suas devidas especificidades e contextos de institucionalização.

Por fim temos a idade contemporânea, como caracterização do ato colecionador empreendido em nossa sociedade atual¹¹. Onde:

Objetos produzidos em massa são a face mais comum do ato de colecionar nos dias de hoje, apesar de dificilmente ser a mais espetacular: a prateleira povoada de porcos de cerâmica, o armário com prato Sheffield, o álbum com velhas cenas urbanas, a estante com taças de vinho ou alfinetes de

¹¹ Tal como ilustrado no anexo 3.

chapéu ou animais fofos, a caixa com velhos canhotos de ingressos de futebol, programas de teatro ou passagens de trem de vários lugares do mundo; todos pequenos santuários de diferentes passados, fugas do presente, afirmações de individualidade, de saudade e esperança. (BLOM, 2003, p. 188).

Essa característica do ato colecionador contemporâneo leva a constatação da relevância do consumo como um dos elementos centrais da prática colecionista. Este esquema de repetição e diluição de fronteiras conduz a perspectivas de ruptura com certos conceitos, relativizando inclusive a importância cultural de determinados objetos. Neste sentido Baudrillard (2009) fala do conceito de serialidade, onde a motivação serial é visível em toda parte e, muitas vezes, o colecionador se motiva mais pela completude da série do que pelo conteúdo do objeto em si. “Todo objeto tem desta forma duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra a de ser possuído”. (BAUDRILLARD, 2009, p. 94).

A reprodução em massa de objetos designa toda uma nova forma do ato colecionador marcado pela serialidade e pela redefinição de valor de certos objetos, contudo,

Primeiro é preciso constatar que o conceito de coleção (*colligere*: escolher e reunir) distingue-se do de acumulação. O estado inferior é de acumulação de materiais: amontoamento de velhos papéis, armazenamento de alimento – a meio caminho entre a introjeção oral e a retenção anal – depois a acumulação serial de objetos idênticos. (BAUDRILLARD, 2009, p. 111).

Os argumentos para uma mudança conceitual da perspectiva colecionista são inúmeros, levando inclusive ao argumento do fim das coleções e da emergência do acesso imediato. Evidentemente a crítica de Baudrillard não é neste sentido, pois percebe que,

A coleção emerge para a cultura: visa objetos diferenciados que têm frequentemente valor de troca, que são também “objetos” de conservação, de comércio, de ritual social, de exibição, – talvez mesmo fonte de benefícios. (BAUDRILLARD, 2009, p. 111).

Justamente neste ponto é que a crítica se dirige, pois os elementos da cultura contemporânea levam a uma forte individualização dos sujeitos que acaba por gerar um consumo exacerbado de bens e portanto a uma produção em massa de objetos

serializados que se estabelecem e proliferam em escala globalizada. Apesar desta relação de forças externas, torna-se importante ressaltar a motivação interna das coleções:

Contudo, mesmo quando a motivação externa é forte, a coleção jamais escapa à sistemática interna, constitui da melhor maneira possível um compromisso entre os dois: mesmo se a coleção se faz discurso aos outros é sempre primeiro discurso a si mesma. (BAUDRILLARD, 2009, p. 111).

Neste sentido o ato colecionador reafirma, ainda que no contexto contemporâneo, o caráter personalista de suas coleções. O que fica muito marcado neste caso é a relativização da cultura no sentido estético para a sociedade como um todo. As coleções de raridades, ou de objetos de grande e estimado valor estético ou cultural, ficariam circunscritas a determinados espaços e a produção em série como um valor ampliada para um público muito maior. Dessa forma, resquícios destes traços serialistas poderiam ser vistos em muitas das coleções atuais.

No extremo poderíamos pensar em uma anticoleção, que poderia ser o começo do fim das mesmas?

(..) Uma anticoleção, a primeira do mundo, talvez. Todo copo é igual a todos os outros copos, igualmente útil, igualmente belo. Tudo exatamente igual. Não faz sentido colecionar, nem parar de colecionar. Pode-se comprá-los barato, a qualquer momento, um suprimento ilimitado. Deliciosos pela pura perversidade da coisa. Posso encher todas as minhas estantes de copos de plástico, em filas perfeitas de idêntica chatice (...). (BLOM, 2003, p. 265).

Esta visão aterrorizante estaria sendo “praticada” nos nossos arquivos, bibliotecas e museus? A pergunta retórica neste caso é apenas para chamar a atenção para um dos traços mais marcantes do ato colecionador contemporâneo que é a repetição, a serialização dos objetos. Contudo, esta situação remete a uma escolha secular que nos conduziu para este caminho:

Permitam, também, uma chamada de atenção para deixar transparecer uma sensação de perda, ao sugerir como o mundo viu nascer a divisão das maravilhas e das curiosidades, entre as ciências, por um lado, e entre as artes, por outro lado, fez uma escolha de onde saiu empobrecido, em si mesmo e no legado pelo qual transmitiu a sua posteridade cultural. (JANEIRA, 2005, p. 33).

Por outro lado, esta tentativa de caracterização do ato colecionador não é estanque em suas temporalidades, pois podemos encontrar traços característicos de determinada época em outras completamente distintas, posto que,

O ato de colecionar, como projeto filosófico, como tentativa de dar sentido à multiplicidade e ao caos do mundo, e talvez até descobrir seu significado oculto, também sobreviveu até nossa época, e encontramos ecos da elaborada alquimia de Rodolfo em todas as tentativas de capturar a maravilha e a magnitude de tudo para incluí-las no reino dos bens pessoais. (BLOM, 2003, p. 61).

Tendo esta ressalva pontuada, pode-se por fim caracterizar o ato colecionador em três momentos:

1. Renascentista: caracterizado por um espírito pré-científico¹² em torno da empiria e movido por uma curiosidade que levava a colecionar os objetos em exaustividade, porém tendendo à unicidade;
2. Iluminista: tendo como principal característica o acirramento do espírito científico e o aprimoramento dos arranjos das coleções. Foi neste período que surgiram os primeiros grandes sistemas classificatórios orientados por parâmetros científicos;
3. Contemporâneo: marcado pela serialização dos objetos e pelo acirramento do consumo.

¹² Esse espírito pré-científico de que fala Blom deve ser tomado com ressalvas, pois era a ciência praticada naquele período. Outro ponto importante de se ressaltar é do pioneirismo do Renascimento como período histórico desvelando grande acervo de conhecimento e idéias que foram retomadas depois, inclusive no próprio iluminismo.

3.4 O quê representar (sobre a escolha dos manuais)

Tomando como referência os conceitos apresentados sobre o desenvolvimento do ato colecionador em três tempos: renascimento, iluminismo e idade contemporânea foram selecionados três manuais de cada uma das áreas:

1. Arquivologia

- De Archivis Liber Singularis – Baldassare Bonifacio (1632): ligado a uma visão renascentista, trata-se de um manual muito influente tendo sido publicado em latim para facilitar a sua difusão mundial à época;
- Manual dos Arquivistas Holandeses (1898): apesar de já estar no século XIX pensamos que ainda guarda importantes traços do iluminismo. Trata-se de um dos manuais mais importantes para a Arquivologia e que vai servir de base para os novos manuais que iriam surgir pouco tempo depois e que iremos caracterizar como contemporâneos;
- Manual ICA (terceiro) - International Council on Archives - Committee on Appraisal - Guidelines on Appraisal (2003-2005): busca capturar uma visão atual da área de Arquivologia naquilo que tem de central para a formação das “coleções” arquivísticas que é a seleção e avaliação dos documentos.

2. Biblioteconomia

- Advis por dresser une bibliothèque (1627) Gabriel Naudé: manual importantíssimo na área da Biblioteconomia, sendo Gabriel Naudé um expoente da biblioteconomia francesa;
- A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library (1876) Melvil Dewey: a opção por este manual se dá por conta da caracterização do espírito iluminista com o acirramento do espírito científico demonstrado na busca por arranjos mais elaborados. Esta obra antecipa talvez o mais reconhecido código de classificação de todos os tempos “Dewey Decimal Classification”;
- Manuais IFLA (2001; 2008) - Guidelines for a collection development policy e using the conspectus model e Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries: o objetivo é captar o espírito contemporâneo do ato colecionador na Biblioteconomia através de manuais contemporâneos a exemplo do que ocorre com a Arquivologia e Museologia neste trabalho.

3. Museologia

- The First Treatise on Museums: Samuel Quiccheberg's Inscrptiones, 1565 (Texts & Documents) (1565): talvez o primeiro registro em forma de manual sobre museus no mundo. Possui uma notável influência em todo o mundo e o mais importante produzido no auge do colecionismo e renascimento europeu;
- Museographia Oder Anleitung Zum Rechten Begriff Und Nutzlicher Anlegung Der Museorum Oder Raritäten-kammern: Darinnen Gehandelt Wird I. Von Denen ... (1727) Kaspar Friedrich Jencquel: manual importantíssimo para a museologia sobretudo por conta da aparição do termo museografia que inaugura um novo campo de pesquisa para a área. Importante fazer ressalva que frequentemente o autor desta obra aparece como Caspar Freidrich Neickel que é na verdade seu pseudônimo;
- Manual ICOM – Como gerir um museu ICOM (2004): a exemplo dos manuais anteriores este se encaixa no trabalho como um exemplo do ato colecionador contemporâneo. Importante ressaltar que para permitir certa coerência entre os manuais contemporâneos utilizados neste trabalho nos valem de instituições congêneres, ou seja, que tenha abrangência internacional em suas respectivas áreas.

Uma vez apresentados os manuais que serão analisados no capítulo seguinte restamos fazer pequenas ressalvas que já foram pontuadas na identificação de alguns destes, mas que valem para o todo elencado. A primeira diz respeito à questão das datas de publicação de alguns dos manuais, pois alguns poderiam ser arranjados em períodos históricos diferentes. Contudo, o que se mostrar não é a relação cartesiana entre a publicação da obra e o período histórico e sim recuperar o espírito colecionista de determinada época que reverberou em cada uma das áreas. Dessa forma, o arranjo busca analisar objetos similares para possibilitar uma análise representativa de determinada época. Outra distinção importante a se pontuar se refere aos critérios de escolha de determinado manual em detrimento do outro. Evidentemente que haveria outras possibilidades de arranjo, mas o que se busca alcançar é o que de mais representativo do ato colecionador em cada período abordado possa se apresentar. Para tanto buscou-se referência em artigos que abordam a influência destes autores para cada uma das áreas e, no caso dos manuais “renascentistas” a referência mais remota encontrada em cada uma das

áreas que fosse digna de relevância (citada por outros autores da área e detentora de certa influência no campo). No caso dos manuais “iluministas” a referência é a influência e relevância que estes manuais tiveram para o desenvolvimento de seus respectivos campos científicos para além do aprimoramento de melhores práticas nos arquivos, museus e bibliotecas. Dessa forma, foram escolhidos: Dewey para a Biblioteconomia, o Manual dos Arquivistas Holandeses para a Arquivologia e a Museografia (que inaugurou o termo à época) do Jencquel (Neickel). Em relação aos contemporâneos a ideia foi buscar as instituições internacionais de cada uma das áreas que notoriamente exercem grande influência em suas áreas de atuação.

Assim, espera-se que os caminhos para a análise dos manuais, tendo como referência o ato colecionador, estejam abertos no capítulo que segue.

4 REPRESENTAÇÕES DO COLECIONISMO E DO COLECIONAR

Tendo apresentado as bases para a análise dos manuais parte-se para a efetiva tarefa de estudo dos mesmos. Porém, antes de proceder ao exercício da compreensão da representatividade dos manuais frente ao seu tempo e contexto cabe definir alguns parâmetros de análise para os mesmos. Dessa forma, apresenta-se as referências norteadoras para análise dos manuais tendo como fundamento os conceitos apresentados sobre o colecionismo (mais precisamente do ato colecionador) e os aportes epistemológicos fundamentais pontuados no capítulo 2 (dois) deste trabalho:

- Buscar definições de coleção ou colecionismo no intuito de estabelecer comparações entre os manuais no que diz respeito à sua concepção de coleção e/ou de colecionismo dependendo do caso;
- Avaliar critérios de seleção dos objetos que possam compor as coleções, pois dessa forma pode-se perceber qual a concepção de formação (origem) da coleção é trabalhado pelo manual;
- Avaliar, quando possível, critérios de acesso à coleção, pois dessa forma busca-se a noção do ato colecionador em relação ao contexto social dos bens, ou seja, coleciona-se para quem?
- Por fim e não menos importante busca-se a percepção dos arranjos destas coleções, pois o arranjo diz muito sobre o ato colecionador no que diz respeito às possibilidades de acesso e concepção categórica do “conhecimento” (ou potencial de) colecionado.

4.1 Arquivando

4.1.1 Baldassare Bonifacio e o caráter divino dos arquivos¹³

FIGURA 1 – Folha de rosto do manual de Baldassare Bonifacio

BALTHASSARIS
BONIFACII I. C.
 In Venetorum Gymnasio Iuris Ciuilis
 Interpretis,
DE ARCHIVIS
 Liber Singularis.

EIVSDEM
PRÆLECTIONES,
Et Ciuilium Institutionum
 EPITOME.



ver ilg. 2.1

Fonte: BONIFACIO, 1632.

¹³ Utiliza-se como apoio para análise a tradução do Manual de Bonifacio Baldassare publicada na revista American Archivist de Lester K. Born em 1941.

Bonifacio traça um quadro histórico que remonta aos gregos e romanos mostrando que sempre existiram registros de arquivo, ainda que não reconhecidos com este nome, mas com funções e características arquivísticas, que segundo o autor resguardaram boa parte da história da humanidade em suas diferentes passagens. Em uma dessas incursões recupera a origem da palavra arquivo:

The later Greeks used the word *archeion*; the later Latin writers, following the same idea and using almost the same letters, used *archivum*. But the more ancient Greeks preferred the terms *grammatofhylakion* and *charto-phylakion*; the more ancient Romans, *tabularium* and *tablinum*. But that *camera* was also equivalent to *archivum* is clear from the rescript of Innocent III in which he says, "We have not suspected the census book although it is not found in our *camera* but in that of Cardinal S. Adrian, who, when he was *camerarius* took it from the *camera* of St. Peter." An *archivum*, however, according to the definition of Servius Maurius, is "a place in which public records are preserved"; or, according to the glossaries of the juriconsults, a public repository of records and documents; or, finally, as Ulpian decided, "a public place in which instruments are deposited."¹⁴ (BONIFACIO, 1632).

O autor constrói toda uma retórica para afirmar a importância dos arquivos e dos profissionais que ali deveriam trabalhar. Evocando a responsabilidade dos príncipes, chamando a atenção sobre a importância do trabalho de arquivo (e de seus profissionais) para a preservação da história:

Therefore, in accordance with the best of advice, skilled and painstaking men were put in charge of libraries and archives, and by public funds, through the generosity of princes, were induced to enter upon a careful undertaking of the task enjoined. These men used to be called archivists (*archivista*), or librarians (*bibliothecarius*), or custodians (*custos*), or guardians of the writings (*grammatophylax*), or keepers of the chests (*scrinarius*)¹⁵. (BONIFACIO, 1632).

¹⁴ Os gregos tardios utilizaram a palavra *archeion*; os escritores latinos tardios, seguindo a mesma ideia e quase com as mesmas letras, utilizaram *archivum*. Mas os gregos do início da antiguidade preferiam os termos *grammatofhylakion* e *charto-phylakion*, enquanto os romanos mais antigos optaram pelas palavras *tabularium* e *tablinum*. Mas o fato de que *camera* também equivalia ao termo *archivum* fica claro a partir do rescrito de Inocêncio III, no qual ele diz: "não suspeitamos do livro do censo, embora não seja encontrado em nossa *camera*, mas naquela do Cardeal S. Adrian, que, quando foi *camerarius*, tomou-o da câmara de São Pedro". Um *archivum*, no entanto, de acordo com a definição de Servius Maurius, é "um lugar em que os registros públicos são preservados"; ou, de acordo com os glossários dos juriconsultos, um repositório público de registros e documentos; ou, finalmente, como Ulpiano decidiu, "um local público em que instrumentos são depositados".

¹⁵ Portanto, de acordo com os melhores conselhos, homens qualificados e atentos foram colocados no controle de bibliotecas e arquivos. Por meio de financiamento público obtido pela generosidade de príncipes, eles foram convencidos do zelo com o qual deveriam tratar a tarefa que lhes era confiada. Estes homens eram chamados

A coleção neste caso era vista como essencial para a edificação da história e, conseqüentemente para registrar os grandes feitos da realeza. Contudo, para construir a retórica do passado era preciso dar ordem (divina) ao caos:

To dispose in perfect order is a quality of God alone, and order itself is something divine. When all things were disordered and confused, not only inharmonious and without proper relation to each other, but even violently at odds with each other, God brought order to confusion¹⁶. (BONIFACIO, 1632).

A ordem dos arquivos decorria da natural providência divina em dar ordem ao caos. Neste caso o arranjo colecionista deveria se adequar à naturalidade que subjaz todo universo criado para assim edificar a harmonia e preservar a história:

We would rightly say that the soul of archives, too, is nothing else than order. Bricks, beams, and tiles, as we learn from a famous statement of Xenophon, set up to no purpose, and scattered without order, are unpleasant to look at, useless to employ, yet, fitted into their proper places, they rise up into very beautiful and magnificent buildings¹⁷. (BONIFACIO, 1632).

Neste caso, o ato colecionador renascentista, na seara dos arquivos, demonstra um espírito “naturalista” muito forte. A concepção da centralidade da ordem dos arquivos evoca conceitos “pré-socráticos” (*physis*) que foram retomados em outras abordagens filosóficas (inclusive no renascimento) onde a ordem das coisas humanas deveria se assemelhar à ordem divina ou do universo, construindo uma lógica que, se bem engendrada, tenderia à perfeição:

That order is certainly to be kept in archives is demonstrated to everyone by Nature herself: first it is proper to divide up locations, then affairs, and finally times. If we aid this division by means of indexes arranged alphabetically, nothing will be difficult for us find. First then, for example, let us separate

de arquivistas (*archivista*), bibliotecários (*bibliothecarius*), protetores (custos), guardiões das escrituras (*grammatophylax*), ou mantenedores dos cofres (*scrinarius*).

¹⁶ Dispor as coisas em perfeita ordem é uma qualidade exclusiva de Deus, e a ordem tem, em si mesma, algo de conotação divina. Quando todas as coisas eram desordenadas e confusas – não apenas desarmoniosas e sem relação apropriada umas com as outras –, mas mesmo em violento conflito, Deus trouxe ordem à confusão.

¹⁷ Poderíamos dizer de maneira acertada que a alma dos arquivos, também, nada mais é do que a ordem. Tijolos, vigas e telhas, conforme aprendemos com a famosa afirmação de Xénophon, quando estruturados de maneira despropositada e dispersos desordenadamente, são desagradáveis ao olhar e inúteis aos nossos empreendimentos. No entanto, se encaixados em seus devidos lugares, erguem-se em edifícios bonitos e grandiosos.

what pertains to the city of cities, Venice, then what pertains to Padua, then to Verona¹⁸. (BONIFACIO, 1632).

Por outro lado, ainda que vagamente o manual de Bonifacio traz alguns conceitos que posteriormente seriam ampliados no estudo dos arquivos como o caráter probatório dos documentos e portanto a sua condição de preservação (inviolabilidade):

The very sanctity of the place demonstrates the inviolability of archives, for they used to be in temples, as we have already said. Nor have archives ceased to be inviolate even though today they are not in temples. Rightly, says Ulpian do we call inviolate those things which are neither sacred nor profane, but confirmed with a certain inviolability¹⁹. (BONIFACIO, 1632).

O caráter probatório mais uma vez enfatizado acaba por testar a “fé” dos sujeitos guardiões dos documentos de arquivo:

So great is the respect for archives that credence is obviously to be given to instruments produced from a public archives, and they make, as the juriconsults say, full faith²⁰. (BONIFACIO, 1632).

Estes preceitos, no entanto, ainda não possuíam a consistência e a profundidade teórica que a Arquivologia alcançaria mais tarde. Evidentemente o período considerado de escrita do manual trazia ainda uma ideia embrionária dos arquivos de acordo com as características da sociedade da época. De qualquer forma, o manual recebe críticas sobre sua postura erudita:

¹⁸ Que a ordem deva ser, certamente, guardada em arquivos é algo que está demonstrado a todos pela Natureza em si. Em primeiro lugar, é apropriado dividir os locais, em seguida os assuntos e, finalmente, as temporalidades. Se auxiliarmos essa divisão por meio de índices organizados alfabeticamente, não teremos dificuldades para encontrar nada. Em primeiro lugar, portanto, separemos aquilo que pertence à cidade das cidades, Veneza, e, depois, o que pertence a Pádua e, então, a Verona.

¹⁹ A própria santidade do lugar demonstra a inviolabilidade dos arquivos, já que costumam estar em templos, como já dissemos. Tampouco os arquivos deixaram de ser inviolados, embora hoje eles não se encontrem em templos. Com razão, diz Ulpiano, chamamos invioladas aquelas coisas que não são sagradas nem profanas, mas confirmam uma certa inviolabilidade.

²⁰ Tão grande é o respeito para com os arquivos, que a credibilidade deve ser obviamente aferida a instrumentos produzidos a partir de um arquivo público. E é o que fazem: como os juriconsultos dizem, dou fé.

É uma desilusão a leitura do muito conhecido tratado de Baldassare Bonifacio. Embora avance com observações curiosas sobre a terminologia e história dos arquivos, o autor mantém-se numa postura estritamente erudita, na tradição do humanismo renascentista. É uma obra laudatória, dedicada ao seu patrono, o senador Domingos Molino. (SILVA et al., 2009, p.94).

Por outro lado, observa-se uma concepção do ato colecionador que remete ao divino e, portanto tanto a seleção quanto o acesso aos arquivos são construídos tendo a sua imagem como referência. No período renascentista a imagem divina estava ancorada nos reis e, portanto, era seu dever selecionar e guardar a história de seus reinos contra os homens perversos que porventura se interponham à ordem divina (natural) dos seus feitos registrados (arquivados):

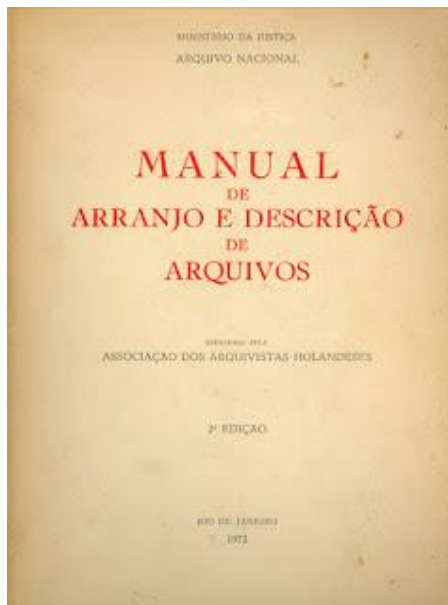
And that no sin should be committed against the inviolability and sanctity of archives through the wrongs done by wicked men, and that whatever was left of public instruments should not perish through lack of care or from neglect²¹(...). (BONIFACIO, 1632).

Por fim, fica-se com a imagem de um manual interessantíssimo e curioso para começar a engendrar o ato colecionador renascentista no escopo dos arquivos, tendo a referência “divina” especialmente instigante e passível de inúmeras associações e interpretações.

²¹ E que nenhum pecado deva ser cometido contra a inviolabilidade e a santidade dos arquivos através das injustiças feitas por homens maus, e que tudo aquilo que foi deixado por meio de instrumentos públicos não deva perecer por falta de cuidados ou de negligência (...).

4.1.2 O famoso Manual dos Arquivistas Holandeses

FIGURA 2 – Capa do “Manual dos Arquivistas Holandeses”



Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973.

O manual dos arquivistas holandeses, como é conhecido no Brasil, a exemplo do que ocorre com o Manual de Dewey para classificação de livros corrobora toda uma articulação do movimento de afirmação destas disciplinas, pois,

A posição instrumental dos arquivos face à Paleografia e à Diplomática altera-se e a Arquivística ensaia a sua afirmação autonomizando-se daquelas disciplinas, embora ainda numa situação de “auxiliar” relativamente à História. O facto que pode ser considerado um marco na evolução da Arquivística, por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina, foi, sem dúvida, a publicação em 1898 do Manual de Muller, Feith e Fruin, também correntemente conhecido como o “manual dos arquivistas holandeses”. (SILVA et al., 2009, p.115).

Neste novo contexto a Arquivística prenunciava a incorporação de métodos mais científicos e caminhava para a sua emancipação enquanto disciplina. É considerado inclusive o primeiro manual dedicado à disciplina arquivística:

O primeiro manual dedicado inteiramente à disciplina é o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven), comumente chamado de “Manual dos Arquivistas Holandeses”, publicado em 1898, por S. Muller, T. Feith e J. Fruin, e considerado por muitos o mais importante manual arquivístico de

todos os tempos, uma vez que exerceu uma maior influência – por ser o primeiro, e por ter sido traduzido para mais de 60 idiomas. (TOGNOLI, 2010, p.24-25).

Fato é que o manual capturou a essência do ato colecionador iluminista no que diz respeito à consolidação dos métodos científicos e ênfase na sistematização do conhecimento. Apesar desta constatação é importante ressaltar a recusa da arquivística em reconhecer coleção (no sentido colecionista) como parte de seu escopo de estudos, pois, “(...) Nem «grupo» nem «coleção» devem, naturalmente, ser tomados aqui no sentido de coisas reunidas pelos colecionadores. A própria definição exclui tal interpretação”. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Essa distinção, no entanto, tinha clara intenção de se diferenciar arquivos de bibliotecas, o que para a época era muito natural, uma vez que as bibliotecas eram mais conhecidas e por vezes abrigavam documentos que deveriam estar confiados aos arquivos. Para o escopo deste trabalho essa distinção não ocupa a centralidade das discussões, uma vez que o ato colecionador diz respeito a uma intencionalidade mais ampla que escapa às especificidades dos fazeres de cada uma das instituições abordadas. Neste sentido, interessa, ainda que reconhecendo o contexto original da palavra “coleção” no Manual dos Holandeses, pontuar algumas passagens importantes. A primeira delas pontua a “vontade” do ato colecionador arquivista em reconstituir a sua ordem “original”:

Pelas marcas externas, por fim, é dado aos documentos revelarem a que arquivo pertenceram. De costume apostas ao verso, tais marcas são, normalmente, muito breves, mas de grande significação. Assim, por exemplo, documentos do arquivo do mosteiro de Selwerd (Groninga), disseminados por várias coleções particulares, reintegraram-se na coleção original do mesmo, e isto após verificação de que todos os documentos do convento traziam, no verso, a mesma anotação «uut des convents kiste» (da caixa do convento). (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 30).

No seio da eclosão dos modelos de sistematização das coleções (e do conhecimento por extensão), o ato colecionador iluminista, em sua vertente arquivista, demonstra o seu desejo em representar a natureza das coisas. O espírito científico aqui está fortemente demonstrado com a racionalização dos espaços

mediante o lastro documental. Neste sentido, os movimentos de conflito, ruptura e confrontações sociais ficariam apaziguados desde que retornem à sua condição comprobatória inicial, posto que os arquivos não se prestam exclusivamente ao papel de documentar a história:

Em tempos aliás não muito recuados, quando prevalecia a ideia de que o arquivo constituía uma coleção de fontes históricas, pensava-se que bastava fazer calendários em vez de inventários. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 130).

O ato colecionador iluminista quando submetido ao arranjo arquivístico potencializa a sua vontade de permanência, pois resguarda a integralidade dos documentos, requerendo dessa forma uma sistematização bem específica, posto que,

Aqueles que os dividem segundo o conteúdo dos documentos combinarão numa simples divisão, tanto quanto possível, todos os papéis que tratam da mesma matéria. Mas como o sistema de ordenação por nós adotado (a restauração da organização antiga do arquivo) se baseia essencialmente na disposição primitiva, adotada pelo órgão administrativo da entidade coletiva, urge, como é natural, que os papéis sejam arranjados conforme o fato de se endereçarem a um dos ramos da administração ou, se produzidos por um deles, segundo a decisão tomada de guardá-los no arquivo. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 58).

Nesta condução, interessante notar que embora se auspicie a condição de neutralidade na formação da coleção surgem as primeiras conotações de julgamento humano, quando da “decisão de guardá-las no arquivo” por exemplo. Essa afirmação, por outro lado, está muito longe de caracterizar uma intervenção de grande vulto na constituição dos arquivos, pois os mesmos possuem uma preponderância em relação aos indivíduos:

O arquivista, pois, não pode estabelecer a priori as normas relativas à composição, arranjo e formação do arquivo, mas somente estudar o organismo e fixar as regras consoante as quais foi este criado. Cada arquivo possui, por assim dizer, personalidade própria, individualidade peculiar, com a qual é mister se familiarize o arquivista antes de proceder à sua ordenação. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 18).

Posto dessa forma, poderíamos ser tentados a caracterizar os arquivos como autossuficientes e excluir o propósito fundamental do ato colecionador que é para

quem? Erro crasso, no entanto seria, pois, o manual pontua a necessidade da facilitação deste encontro:

Cumpra, contudo, facilitar e simplificar ao máximo a consulta do arquivo. Para tanto, há vários meios: índices, calendários, códices diplomáticos, etc. Tais instrumentos, no entanto, possuem um escopo diverso do inventário, e o que se lhes requer é também diverso — razão a mais para não inseri-los no inventário, como às vezes se faz. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 79).

Sob que bases então se sustentariam a caracterização do ato colecionador iluminista na vertente arquivista? Em primeiro lugar, pelo forte espírito científico que levou à sistematização e organização das coleções face ao grande impulso científico que tomou todo o período. Impulso este inclusive que seria apenas o prenúncio, as bases para a especialização dos arranjos colecionistas que inaugurariam várias disciplinas científicas entre elas as tratadas neste trabalho (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia). Mas, o fundamental para a caracterização do ato colecionador arquivista neste período é a caracterização do sujeito colecionador (construtor do conhecimento), uma vez que o indivíduo parece estar alheio a este processo. Quando se afirma que o indivíduo não acumula, nem tampouco coleciona o documento de arquivo estamos retirando a intencionalidade do sujeito, ao mesmo tempo em que revelando o protagonismo da instituição, do Estado e do “Social” de modo geral. Negar isso seria o mesmo que dizer que não existe um “ente” social que se articula com o indivíduo (como demonstra Elias). Dessa forma, o ato colecionador iluminista em sua condição arquivística desvela o aparecimento das conformações sociais como sujeitos colecionadores inseridos agora num jogo de evocação de direitos e do crescimento da institucionalização dos indivíduos.

4.1.3 Comitê internacional

O passo contemporâneo do ato colecionador parece mesmo ser o caminho da internacionalização. A partir do século XX as disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se articularam no sentido de criar os seus organismos internacionais. No caso dos arquivos, foi em 1948 que Charles Samaran, Diretor-Geral de Arquivos da França assumiu como seu primeiro presidente. A partir daí o

ICA (International Council on Archives) começou a sua longa jornada de parceria com as co-irmãs IFLA, ICOM, and ICOMOS. (ICA, 2013).

As características que identificam esta nova abordagem devem em muito ao Manual dos Arquivistas Holandeses e na sequência ao Manual de Jenkinson e pouco depois de Schellenberg. Para o caso deste trabalho optou-se pela utilização do manual do ICA que é produzido pela instituição dentro do seu comitê de avaliação. O foco analisado nesta tese se consiste na parte 1 (um) que versa sobre os princípios gerais, pois é nesta parte que ficam mais evidentes os conceitos que subjazem o tema em seu aspecto contemporâneo. Trata-se da *“Part one. General Principles”* que é assim dividida internamente:

- II.1 Strategic Approaches to Appraisal por Tom Mills;
- II. 2 Selection Criteria por Vincent Doom;
- II.3 Sampling of records por Markku Leppanen;
- II.4 The Process of Appraisal por Cassandra Findlay;
- II.5 The Appraisal of Electronic records por Stephen Twigge.

A representação do conteúdo, no entanto, possui algumas diferenças nos títulos (como ser visto na figura abaixo), que para efeito de melhor entendimento apresentamos com as suas devidas correspondências:

- II.1 Différents approaches = Strategic Approaches to Appraisal por Tom Mills;
- II. 2 Selection Criteria = Selection Criteria por Vincent Doom;
- II.3 Sampling = Sampling of records por Markku Leppanen;
- II.4 Process = The Process of Appraisal por Cassandra Findlay;
- II.5 Appraisal in the electronic environment = The Appraisal of Electronic records por Stephen Twigge.

FIGURA 3 – Conteúdo do Manual do ICA

	International Council on Archives
	<i>Committee on Appraisal</i>
Guidelines on Appraisal	Framework
Introduction	
Definitions	
History	
Legal Environment	
Part one. General Principles	
II.1 Different approaches	
II.2 Selection criteria	
II.3 Sampling	
II.4 Processes	
II.5 Appraisal in the electronic environment	
Part 2. Case studies	
- Related records of elections in France	
- Documentation strategy in the State of New-York	
- Appraisal as part of the design of a new system for Fisheries in Australia	
- Appraisal in Spain	
- Prisoner files in Finland	
- An example from the UK	

Fonte: ICA, 2003-2005.

Na primeira parte escrita por Tom Mills temos a apresentação de abordagens de avaliação (*appraisal*), que segundo o mesmo seria:

Appraisal is the process of evaluating records to determine how long to keep them, including to decide if the records have sufficient long term value to warrant the expense of preservation in an archives. Appraisal is fundamental to the archival endeavor, because appraisal determines what records will be kept and what records can be disposed. An appraisal program is essential for organizations seeking to conform to the international standard for records management, ISO 15489²². (ICA, 2003-2005).

²² Avaliação é o processo de análise do valor dos registros para determinar quanto tempo mantê-los, inclusive para decidir se os registros têm suficiente valor a longo prazo para justificar a despesa de sua conservação em um arquivo. A avaliação é fundamental para o processo de arquivamento, porque determina quais registros serão mantidos e quais poderão ser eliminados. Um programa de avaliação é essencial para organizações que procuram estar em conformidade com a norma internacional de gestão de arquivos, ISO 15489.

Dessa forma, Tom Mills apresenta cinco variações de modelos para avaliação macro de documentos de arquivo: *inventory and scheduling records; functional appraisal; documentation strategy; Risk assessment e design or re-design of business systems*.

Em suma, o que é interessante pontuar é que:

The five strategies described above share a basic objective to obtain and organize information about the “records universe” so that archivists have sufficient information to conduct systematic analysis and make decisions. The strategy establishes a plan for collecting and analyzing information and for managing resources so that we can make sound, defensible appraisal decisions. There is no single right or wrong strategy. In fact, there are many options and the “correct” choice depends on the circumstances and needs of the specific organization and the regulatory environment in which it operates²³. (ICA, 2003-2005).

O ato colecionador contemporâneo arquivista se mostra aqui em sua complexidade, o que evoca a subjetividade e singularidade dos indivíduos em definir o que colecionar (guardar) e em que circunstâncias.

Adiante, na abordagem de Vincent Doom a problematização é sobre os critérios de seleção em específico tendo como fundamento para discussão dois importantes modelos teóricos: Teoria do Uso e da Teoria Arquivística Social:

The user theory dates from the 1950s. It is the work of the American archivist R. Schellenberg. It is a major contribution to modern archive work, and still remains today a basic point of reference. This theory takes in Hilary Jenkinson’s institutional approach, by combining the needs of record creators with two technical concerns well recognised by professionals – the primary value and the secondary value of the document²⁴. (ICA, 2003-2005).

²³ As cinco estratégias descritas acima partilham um objetivo fundamental: o de obter e organizar informações sobre o “universo dos arquivos” de modo que os arquivistas tenham informações suficientes para conduzir uma análise sistemática e tomar decisões. A estratégia estabelece um plano para a coleta e análise de informações, assim como para a gestão de recursos, de forma que se possa fazer uma avaliação sólida e fundamentada. Não existe uma estratégia certa ou errada. Na realidade, há muitas opções e a escolha “correta” depende das circunstâncias e necessidades da organização específica e da regulação do ambiente em que ela opera.

²⁴ A teoria do uso remonta à década de 1950, com o trabalho do arquivista americano R. Schellenberg. Trata-se de uma grande contribuição para os trabalhos com arquivos na modernidade, permanecendo, ainda hoje, como um ponto de referência fundamental. Essa teoria agrega a abordagem institucional de Hilary Jenkinson, ao combinar as necessidades dos criadores de registro com duas preocupações técnicas bastante familiares aos profissionais - o valor primário e o valor secundário do documento.

In the Society Theory, archivists have a fundamental role, that of preserving the memory, the heritage and the myths of the society within which they work. Archives should reflect the values of each generation. (ICA, 2003-2005)²⁵.

O modelo de Schellenberg nos parece ser o mais adotado e difundido na prática arquivista, contudo, o modelo de Arquivística Social evoca uma dimensão muito importante para a caracterização do ato colecionador, pois problematiza o papel social do arquivista e ainda desveste o arquivo de uma suposta neutralidade axiológica quando diz que é o reflexo dos valores da sociedade. Neste sentido Vincent Doom pontua o pensamento de Carol Couture para demonstrar esta perspectiva dentro da Arquivologia:

Carol Couture²⁶ suggests five guiding principles which help to give appraisal a proper theoretical basis. When he or she appraises, the archivist should make sure:

- that archives are evidence of the activities of society as a whole,
- that any judgement he or she makes is truly objective and up to date,
- that he or she respects the links between appraisal and other archival processes,
- that there is a balance in his or her work between administrative and heritage-based decisions,
- that there is a balance between considerations based on the context of record creation and those based on their use²⁷. (ICA, 2003-2005).

²⁵ Na teoria da Arquivística Social, os arquivistas têm um papel fundamental, o de preservar a memória, a herança e os mitos da sociedade em que atuam. Os arquivos devem refletir os valores de cada geração.

²⁶ Carol COUTURE and collaborators, *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*, Presses Universitaires du Québec, 199, p.110.

²⁷ Carol Couture sugere cinco princípios de orientação que ajudam a dar ao processo de avaliação uma base teórica apropriada. Quando o arquivista avalia, ele ou ela deve assegurar-se de que:

- os arquivos são evidências das atividades da sociedade como um todo;
- qualquer julgamento que ele ou ela faça seja realmente objetivo e atual;
- ele ou ela respeite as conexões entre a avaliação e os outros processos do arquivo;
- exista um equilíbrio entre os aspectos administrativos e patrimoniais em suas decisões avaliativas;
- exista um equilíbrio entre as considerações feitas com base no contexto de criação do registro e aquelas feitas com base em sua utilização.

Outra possibilidade de análise da avaliação dos documentos de arquivo é descrita por Markku Leppanen onde a amostragem pode ser uma possibilidade de método para avaliar os documentos quanto ao seu arranjo e destinação:

Sampling is a form of appraisal/disposal (a sort of compromise) which is used especially in connection with large series or other groups of records. Sampling aims at securing a sample the quantity and quality of which enable, with regard to the whole population, inferences (whether using statistical methods or not) about the records creator, its duties and tasks, its operational setting as well as about the form, functions and content of records²⁸. (ICA, 2003-2005).

Cassandra Findlay aborda na sequência do manual os processos de avaliação que, segundo a mesma, seriam:

The process of appraisal consists of three steps:

1. Gather and consider all available information
2. Make appraisal decisions based on this understanding of the context of the appraisal, including the identification of records for 'permanent' or 'archival' retention
3. Document appraisal decisions, communicate them to stakeholders and implement them²⁹. (ICA, 2003-2005).

Por fim, a quinta abordagem do manual em seu capítulo de princípios gerais é de Stephen Twigge e enfatiza a questão dos registros eletrônicos que na visão do autor se justifica porque:

The appraisal process has traditionally focussed on accumulations of non-current records. This approach has largely ignored electronic records believing that strategies developed for paper records are transferable to electronic environments. It is now apparent that the appraisal of electronic records requires new thinking³⁰. (ICA, 2003-2005).

²⁸ A amostragem é uma forma de avaliação/eliminação (uma espécie de compromisso) que é usada especialmente em conexão com grandes séries ou outros grupos de registros. A amostragem tem por objetivo garantir que a amostra tenha uma quantidade e uma qualidade que permitam, no que diz respeito ao conjunto total de documentos, fazer inferências (independentemente de estar usando métodos estatísticos ou não) sobre os registros criados, suas funções e tarefas, sua configuração operacional, bem como sobre sua forma, função e conteúdo.

²⁹ O processo de avaliação é composto por três etapas:

1. Coletar e analisar todas as informações disponíveis;
2. Tomar decisões de avaliação com base nesse entendimento do contexto da avaliação, incluindo a identificação de registros para retenção "permanente" ou para "arquivamento";
3. Comunicar as decisões de avaliação de documentos às partes interessadas e depois implementá-las.

³⁰ O processo de avaliação tem sido tradicionalmente centrado no acúmulo de registros não-correntes. Esta abordagem tem ignorado amplamente os registros eletrônicos, acreditando que as estratégias desenvolvidas

Esta abordagem é muito interessante e têm sido objeto de preocupação de muitos pesquisadores na área de Arquivologia, pois os arquivos eletrônicos possuem uma série de características que corroboram a visão de que é necessário se pensar em políticas específicas para os mesmos, sendo inclusive difícil de mapear os contextos originais de produção de determinados arquivos o que inviabilizaria uma avaliação consistente, pois,

Poor structuring in collections of electronic records prevents the consistent development of collections of records that can be managed as a group. It also prevents the easy allocation of individual documents to collections on creation by the end user. In such circumstances much of the context of an electronic record will be lost. If individual documents are appraised in isolation from their original context, consistent appraisal will not be possible³¹. (ICA, 2003-2005).

Tendo apresentado os cinco temas abordados no capítulo de princípios gerais do manual do ICA o que se pode perceber é uma complexidade do universo arquivístico contemporâneo, que tornam emergentes a figura do sujeito como balizador destas demandas. O ato colecionador contemporâneo arquivista não foge também da característica da serialidade da produção que leva ao refinamento dos processos de avaliação, seleção e eliminação de documentos. No contexto digital essa “explosão” parece ser ainda mais intensa e apesar da capacidade de armazenamento digital continuar se expandindo, cada vez mais corre-se o risco de perder o significado, o específico em meio à uma multiplicidade de informações que a sociedade atual (como colecionadora) “propicia” a cada um de nós (indivíduos e instituições) acumular em torno de nossas existências.

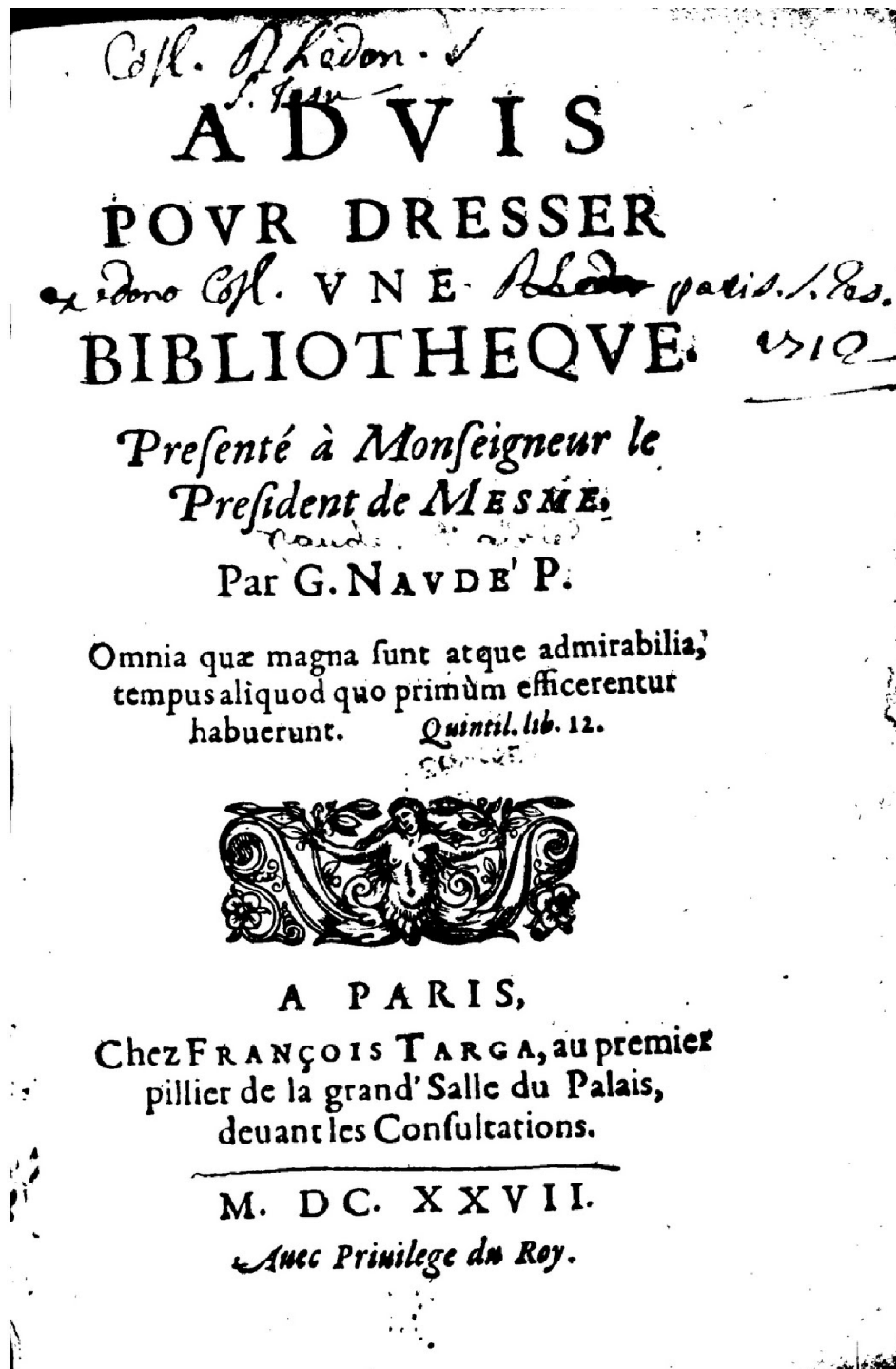
para registros em papel são transferíveis para ambientes eletrônicos. Agora, é evidente que a avaliação de registros eletrônicos exige novas formas de pensamento.

³¹ Estruturações malfeitas de coleções de registros eletrônicos impedem o desenvolvimento consistente das coleções de registros que podem ser administrados agrupadamente. Isso também impede a atribuição simples de documentos individuais a coleções em processo de criação pelos usuários finais. Em tais circunstâncias, grande parte do contexto de um registro eletrônico será perdida. Se os documentos individuais são avaliados isoladamente, fora do seu contexto original, uma avaliação consistente torna-se impossível.

4.2 Organizando as prateleiras

4.2.1 O manual de Naudé

FIGURA 4 – Folha de rosto do manual de Gabriel Naudé



O primeiro manual de Biblioteconomia que iremos abordar é o “pioneiro” *Advis dresser une bibliothèque* (1627) de Gabriel Naudé que causou à época enorme reboiço entre a comunidade francesa, pois o autor publicou a obra quando tinha apenas 27 anos e ainda não tinha larga experiência no exercício da função de bibliotecário:

No entanto, Naudé ainda não é um verdadeiro profissional. Falta-lhe experiência e a lenta acumulação do saber. Os mais autorizados de seus contemporâneos tiveram consciência disso. Em outubro de 1627, Jacques Dupuy – que é, com seu irmão Pierre, uma das maiores figuras desse pequeno mundo erudito – envia o *Advis* a Peiresc: “O autor é bem novato no que escreve. Fala de pessoas que não conhece, e que também nunca tinham ouvido falar nele” (...). (REVEL, 2008, p. 218).

Quais seriam então os traços que fizeram desta obra uma das mais emblemáticas para a Biblioteconomia moderna? Talvez o ponto mais importante dessa obra é a visão aberta de Naudé rumo a uma biblioteca mais preocupada com a difusão do conhecimento do que com a erudição confinada. O modelo de biblioteca que Naudé se inspira no seu manual é a biblioteca particular de Jacques- Auguste de Thou (1553-1617):

A biblioteca que Thou constituiu em condições extraordinariamente difíceis e precárias é uma das peças, a seus olhos essencial, de um projeto político geral. Ela é, por sua concepção e pela sociabilidade intelectual que ele quis provocar em torno dela, um lugar aberto de encontros e debates. (REVEL, 2008, p. 221).

Assim, temos indícios das causas da fama duradoura deste manual que é ainda citado contemporaneamente, pois a inspiração da biblioteca de Thou levou Naudé a inaugurar um olhar novo³² para a concepção colecionista da época buscando priorizar o acesso amplo e facilitado ao conhecimento:

Ela comanda também uma concepção totalmente pragmática do que se chamaria hoje de biblioteconomia. O tesouro dos livros deve ser ordenado segundo as classificações que serão, ao mesmo tempo, as mais simples, as de uso mais fácil, e, sobretudo, deve ser o mais largamente acessível. (REVEL, 2008, p. 222).

³² Neste sentido é importante lembrar que existiram manuais anteriores que já flertavam com esta perspectiva mais aberta, no entanto, o manual de Naudé foi o que conseguiu alcançar maior e mais duradoura repercussão na área.

Essa concepção “nova” de Naudé carregava muito do espírito renascentista a que nos referimos na categorização do ato colecionador, pois era norteado por uma visão pragmática em relação ao arranjo da coleção, onde a sistematização era importante, mas ainda não havia grandes esquemas ou arranjos científicos para classificar os livros. No entanto, em alguns aspectos o manual de Naudé se aproximava mais de uma visão que ficou mais solidificada na fase iluminista e contemporânea do ato colecionador, pois,

A relevância desse tratado está no reconhecimento da atividade de seleção enquanto procedimento técnico necessário para se organizarem coleções. Esse tema voltou a ser tratado com mais objetividade somente a partir do século XX, quando o termo selecionar já não expressava sozinho toda a complexidade das atividades correlatas necessárias para formar e desenvolver coleções.(WEITZEL, 2002, p. 61).

Neste sentido, o aspecto de uma acumulação irrestrita que era uma das características do ato colecionador renascentista não era corroborado por Naudé, embora a sua biblioteca modelo tinha como uma de suas grandes características a quantidade de obras expressivas para a época. Além disso, os conceitos e abordagens utilizados por Naudé seriam em muito aprimorados e sistematizados na fase “iluminista” do ato colecionador da Biblioteconomia no manual que escolhemos para a fase posterior que praticamente inaugura a fase científica desta área. Enfim, passemos a análise mais acurada do manual.

O manual de Naudé é composto de nove capítulos, assim dispostos:

- 1 On doit être curieux de dresser des bibliothèques, & pourquoi
- 2 La façon de s'instruire & savoir comme il faut dresser une bibliothèque
- 3 La quantité de livres qu'il y faut mettre
- 4 De quelle qualité & condition ils doivent estre
- 5 Par quels moyens on les peut recouvrer
- 6 La disposition du lieu où on les doit garder
- 7 L'ordre qu'il convient leur donner
- 8 L'ornement & la decoration que l'on y doit apporter

9 Quel doit estre le but principal de cette bibliotheque ³³

A concepção de coleção de Naudé é extremamente revolucionária para a época, porque prega além do acúmulo irrestrito de curiosidades, obras de caráter essencialmente utilitárias, no sentido de que o seu conteúdo deveria prevalecer sobre a forma.

(...) ne pouvant estre appliqué à ces livres monstrueux & gigantins : comme en effect il est presque impossible que l'esprit de meure tousjours tendu à ces grands labeurs, & que le ramas & la grande confusion des choses que l'on veut dire n'estouffent la fantaisie & n'embrouillent trop la racionation ; où au contraire ce qui nous doit faire estimer les petits livres, qui traictent, neantmoins de choses serieuses ou de quelque beau point relevé, c'est que l'auteur d'iceux domine entierement à son sujet, comme l'ouvrier & l'artisan fait à sa matiere, & qu'il peut mieux le remascher, cuire, digerer, polir & former à sa fantaisie, que non pas les vastes collections de ces grands & prodigieux volumes, qui pour cette cause sont le plus souvent des panspermies, des cahos & abysmes de confusion³⁴. (NAUDÉ, 1627).

Evidentemente, essa concepção não foi bem aceita à época, pois imperava a maestria na produção de livros belíssimos com as mais variadas e requintadas técnicas, obras que, ainda hoje gozam de prestígio acadêmico e estético. Naudé, ao contrário, estava interessado na difusão do livro e das bibliotecas como promotoras do acesso ao conhecimento. Ou seja, de certa forma, Naudé se apresentava como anacrônico de seu tempo e, por conseguinte, do enquadramento proposto aqui sobre o ato colecionador renascentista. Talvez esta seja uma abertura para associar

³³ 1º Temos que ser curiosos na concepção de bibliotecas, e por que; 2º a forma de se instruir e saber como deve ser concebida uma biblioteca; 3º a quantidade de livros que se deve colocar; 4º De que qualidade são e em que estado eles devem estar; 5º, de que forma é possível recuperá-los 6º a disposição do lugar onde devem ser mantidos 7º a ordem que deve dar-lhes 8º o ornamento e a decoração que se deve fazer 9º qual deve ser o principal objetivo desta biblioteca.

³⁴ (...) não podendo ser aplicado a esses livros monstruosos e gigantescos: como de fato é quase impossível que a mente permaneça sempre voltada para estes grandes trabalhos, e que o amontoado e a grande confusão das coisas que se quer dizer não oprimam a fantasia e não compliquem muito o raciocínio; ao contrário o que nos faz apreciar os pequenos livros, que tratam entretanto de coisas sérias ou de algum ponto importante é que o autor destes domina inteiramente seu assunto, como o obreiro e o artesão fazem com sua matéria e que ele o pode melhor ruminar, cozinhar, digerir, polir e dar forma segundo sua fantasia, diferentemente destas vastas coleções com volumes grandes e prodigiosos que por este motivo são mais freqüentemente panspermias, caos e abismos de confusão.

Naudé a algumas das características de uma Biblioteconomia mais pragmática que surgiria no século XIX.

Outra grande contribuição de Naudé diz respeito ao direcionamento das coleções particulares ao público. Ainda que esta noção de público ainda seja muito incipiente este tema não deixa de ser muito interessante no contexto de sua produção onde as grandes bibliotecas de Estado ainda não haviam surgido. Naudé, por outro lado, não via sentido em grandes e belas bibliotecas se não tivessem uma utilidade pública:

Combien d'estime devons-nous faire de ceux qui n'ont point recherché ces inventions superues & inutiles pour la plus-part, croyans & jugeans bien qu'il n'y avoit aucun moyen plus honnête & assur é pour s'acquérir une grande renommée parmi les peuples, que de dresser de belles & magniques bibliothèques, pour puis après les vouer & consacrer à l'usage du public³⁵ ? (NAUDÉ, 1627).

Ressalta-se, que junto com este conceito de utilidade pública apresentada no *Advis* emerge a noção de “espírito público” que Naudé captou muito bem:

Cette entreprise de longue haleine tendant à faire disparaître le caractère privé de ces riches collections de livres, il espère la mener à bien en s'employant tout d'abord à détourner leur propriétaire du goût du faste, mobile principal de ces bibliomanes, en leur faisant comprendre la valeur spirituelle des trésors amassés avec l'aide de leur bibliothécaire. Le courant de pensée de l'époque se reète non seulement dans son attitude envers la bibliothèque privée, mais également dans l'idée qu'il se fait de la notion “public”. Fortement marqué par les idées de la Renaissance, il considère que c'est parmi les “galands hommes” et “sçavans” capables d'élever leur pensée au-dessus des classes, que se trouveront les bénéficiaires d'une telle réforme. S'il est un fait que son cercle de lecteurs se distingue sensiblement de la vaste clientèle de nos bibliothèques convenant mieux à la conception démocratique moderne du mot “public”, il est un fait non moins certain que Naudé ne s'identifie en aucune façon avec la haute société, c'est-à-dire la classe régnante³⁶. (DUCROT, 2012,p. 87).

³⁵ Qual juízo devemos fazer desses que não pesquisaram essas invenções supérfluas e inúteis em sua maior parte, crendo e julgando que não há nenhum meio mais honesto e seguro para se adquirir uma grande reputação entre os povos senão concebendo belas e magníficas bibliotecas para depois devotá-las e consagrá-las ao uso do público?

³⁶ Este compromisso, em longo prazo, de erradicar o caráter privado destas ricas coleções de livros, ele espera conseguir trabalhando primeiro para desviar do seu proprietário o gosto pelo esplendor, principal motivo dos amantes de grandes bibliotecas enquanto construções, fazendo-os compreender o valor espiritual dos tesouros acumulados com a ajuda de seu bibliotecário. A corrente de pensamento da época concentra não só essa atitude em relação à biblioteca particular, mas também a idéia de reforçar o conceito do que é 'público'.

A noção de utilidade social ou pública no *Advis* se estende à concepção de arranjo estabelecida no manual, começando pela identificação dos catálogos em suas utilidades pragmáticas e não apenas por sua apresentação ou beleza, menos ainda pelo valor material das obras elencadas, posto que,

Ce qui ne semblera point estrange & nouveau si on considère quatre ou cinq raisons principales qui m'ont fait avancer cette proposition : la première desquelles est qu'on ne peut rien faire à l'imitation des autres bibliothèques si l'on ne sçait par le moyen des catalogues qui en sont dressez ce qu'elles contiennent : La seconde, parce qu'ils nous peuvent instruire des livres, du lieu, du temps & de la forme de leur impression : la troisième, d'autant qu'un esprit généraux & bien ni doit avoir le désir & l'ambition d'assembler, comme en un blot tout ce que les autres possèdent en particulier, *ut quæ divisa beatos efficiunt, in se mixtafluant* : la quatrième, parce que c'est faire plaisir & service à un ami quand on ne lui peut fournir le livre duquel il est en peine, de lui monstret & designer au vrai le lieu où il en pourroit trouver quelque copie, comme l'on peut faire facilement par le moyen de ces catalogues : finalement à cause que nous ne pouvons pas par notre seule industrie sçavoir & cognoistre les qualités d'un si grand nombre de livres qu'il est besoin d'avoir ; il n'est pas hors de propos de suivre le jugement dès plus versez & entendus en cette matière, & d'inferer en cette sorte³⁷. (NAUDÉ, 1627).

Assim, a visão de Naudé se estendia para um horizonte de acúmulo de conhecimento em detrimento de livros belos e folheados a ouro, contudo a curiosidade que movia o espírito colecionista da época encontrava aqui terreno, pois ambicionava-se uma grande biblioteca, mas não apenas de belos livros e sim de

Fortemente marcada pelas ideias do Renascimento, considera que é entre "grandes homens" e "cientistas" que estão os capazes de elevar o seu pensamento acima das classes, onde se encontram os beneficiários de tal reforma. Se é fato que o seu círculo de leitores difere significativamente da ampla base de clientes de nossas bibliotecas sendo mais adequada para o conceito democrático e moderno da palavra "público", também de fato não é menos certo que Naudé não possa ser identificado de forma alguma com a alta sociedade, ou seja, a classe dominante.

³⁷ O que me parece ponto estranho e novo se consideramos quatro ou cinco principais motivos que têm me motivado a fazer esta proposta: o primeiro deles é que não se pode fazer nada imitando outras bibliotecas, se não conhecermos os catálogos que repertoriam o que elas contêm: o segundo, esse catálogos podem nos informar sobre livros, lugares, tempos e formas das impressões: o terceiro, visto que uma mente boa e generosa não deve ter o desejo e a ambição de juntar como em um monte tudo o que as outras possuem em particular, *divididos sejam entre nós os benditos (tesouros) de acordo com o fluxo mixto* da vida: o quarto, porque é um prazer e um serviço a um amigo, quando não podemos lhe fornecer o livro do qual ele precisa, lhe mostrar e designar o verdadeiro lugar onde ele poderia achar alguma cópia, como pode se fazer facilmente por meio desses catálogos: finalmente é preciso saber que não podemos por nossa conta sozinhos pesquisar e conhecer as qualidades de um grande número de livros que se precisa ter; por isso não é irrelevante seguir a opinião da maioria dos especialistas nesses assuntos e inferir nesse sentido.

grandes e importantes obras do conhecimento humano. Têm-se assim, uma noção do ideal de Naudé na sua proposta de extensão de classificação dos livros:

(...) comme en theologie, par exemple, il faut mettre toutes les bibles les premieres suivant l'ordre des langues, par apres les conciles, synodes, decrets, canons, & tout ce qui est des constitutions de l'Eglise, d'autant qu'elles tiennent le second lieu d'autorité parmy nous : en suite les Peres grecs & latins, & apres eux les commentateurs, scholastiques, docteurs meslez, historiens ; & nalement les heretiques. En philosophie, commencer par celle de Trismegiste qui est la plus ancienne, poursuivre par celle de Platon, d'Aristote, de Raymond Lulle, Ramus, & achever par les novateurs Telesius, Patrice, Campanella, Verulam, Gilbert, Jordan Brun, Gassand, Basson, Gomesius, Charpentier, Gorlee, qui sont les principaux d'entre vne milliaice d'autres ; & faire ainsi de toutes les facultez : avec ces cautions qu'il faut observer soigneusement, la premiere que les plus universels & anciens marchent tousjours en feste, la seconde que les interpretes & commentateurs soient mis à part & rangez suivant l'ordre des livres qu'ils expliquent, la troisieme que les traictez particuliers suivent le rang & la disposition que doivent tenir leur matiere & sujets dans les arts & sciences, & la quatrieme & derniere que tous les livres de pareil sujet & mesme matiere soient precisément reduits & placez au lieu qui leur est destiné, parce qu'en ce faisant la memoire est tellement soulagee, qu'il seroit facile en vn moment de trouver dans une bibliotheque plus grande que n'estoit celle de Ptolomee, tel livre que l'on en pourroit choisir ou desirer³⁸. (NAUDÉ, 1627).

Em suma, o projeto do *Advis*, apesar de toda controvérsia em torno dele e da rejeição dos pares à época, pode ser considerado uma obra visionária, mas que ainda guardava contornos do espírito colecionador renascentista com sua proposição classificatória, por exemplo, ainda num momento embrionário. Contudo, o conceito de público proposto no manual pode ser considerado como pioneiro e visionário. De qualquer forma, a ambição em selecionar grandes obras no intuito de

³⁸ Como em teologia, por exemplo, inicialmente é necessário primeiro colocar todas as bíblias seguindo a ordem das línguas para depois os concílios, sínodos, decretos, canônicos, e tudo que faz parte das constituições da igreja, visto que elas tomam o segundo lugar de autoridade entre nós: depois os grandes gregos e latinos, em seguida os comentaristas, escolásticos, os doutores diversos, historiadores; e finalmente os hereges. Em filosofia, começando com Trismegisto que é o mais antigo, continuar por Platão, Aristóteles, Raymond Lull, Ramus, e terminar com os inovadores Telesius, Patrice, Campanella, Verulam, Gilbert, Giordano Bruno, Gassand, Basson, Gomesius, Charpentier, Gorlee, que são os principais entre muitos de outros; e fazer assim com todas as faculdades: com a precaução em observar cuidadosamente, primeiro que o universal e antigo estejam sempre na frente, segundo que os intérpretes e comentaristas sejam colocados à parte e organizando a ordem dos livros que eles traduzem, em terceiro lugar que cada tratado específico siga a fila e a disposição que deve manter sua matéria e assunto nas artes e ciências, a quarta e última, que todos os livros de mesmo material e assunto especificamente sejam reduzidos e colocados no local destinado a eles, porque assim facilita-se a memorização, e que seja fácil encontrar em pouco tempo um livro numa biblioteca maior, como aquela Ptolomeu, um volume que se queira escolher ou desejar.

formar uma grande coleção recupera uma noção importantíssima do renascimento que é de conhecer tudo. O ato colecionador renascentista instigava a curiosidade científica em direção a um espírito colecionador holístico (que no caso de Naudé visava ao conhecimento e ao conteúdo das obras), mas que já não se contentava em ficar restrito aos mosteiros e coleções particulares. Evidentemente esta noção será em muito consolidada e alargada no ato colecionador iluminista que, para a Biblioteconomia, representou a consolidação dos grandes arranjos classificatórios e o prenúncio de sua cientificidade.

4.2.2 O legado de Dewey

Melvil Dewey talvez seja um dos personagens mais influentes da história da Biblioteconomia mundial. O seu código de classificação decimal representou uma nova concepção dos arranjos das coleções bibliográficas e com isso modificou profundamente o ato colecionador bibliotecário.

Esse modelo de classificação veio a calhar dentro da concepção do ato colecionador iluminista onde a ciência tem uma grande expansão e profissionalização e com isso o conhecimento tende a ficar mais especializado. As bibliotecas precisavam então acompanhar estas novas divisões, por isso Dewey tinha bons motivos para acreditar que o seu modelo teria êxito:

In this study, the author became convinced that the usefulness of these libraries might be greatly increased without additional expenditure. Three years practical use of the system here explained, leads him to believe that it will accomplish this result ; for with its aid, the catalogues, shelf lists, indexes, and cross-references essential to this increased usefulness, can be made more economically than by any other method which he has been able to find³⁹. (AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876).

³⁹ Nesse estudo, o autor convenceu-se de que o uso efetivo dessas bibliotecas poderia ser grandemente aumentado sem despesas adicionais. Três anos de uso prático do sistema aqui explicado levaram-no a acreditar que este resultado seria alcançado; isso porque, com a ajuda desse sistema, os catálogos, listas de prateleiras, índices e referências cruzadas, essenciais para este aumento de utilidade, podem tornar-se mais econômicos que por meio de qualquer outro método encontrado.

No entanto, outros aspectos relativos à concepção do ato colecionador escapam ao manual de Dewey que se propunha tão somente a estabelecer o arranjo das coleções. Então, o que faz deste manual algo exemplar para indicar a passagem para o ato colecionador iluminista? Antes de responder a esta questão é preciso entender melhor os preceitos desta obra:

The library is first divided into nine special libraries which are called Classes. These Classes are Philosophy, Theology, &c., and are numbered with the nine digits. Thus Class 9 is the Library of History; Class 7, the Library of Fine Art; Class 2, the Library of Theology. These special libraries or Classes are then considered independently, and each one is separated again into nine special Divisions of the main subject. These Divisions are numbered from 1 to 9 as were the Classes. Thus 59 is the 9th Division (Zoology) of the 5th Class (Natural Science). A final division is then made by separating each of these Divisions into nine Sections which are numbered in the same way, with the nine digits. Thus 513 is the 3d Section (Geometry) of the 1st Division (Mathematics) of the 5th Class (Natural Science). This number, giving Class, Division, and Section, is called the Classification or Class Number, and is applied to every book or pamphlet belonging to the library⁴⁰. (AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876).

⁴⁰ Em primeiro lugar, a biblioteca é dividida em nove bibliotecas especiais, chamadas de classes. Essas classes se organizam em Filosofia, Teologia, etc., e são numeradas com os nove dígitos. Assim, a Classe 9 é a Biblioteca de História; a Classe 7, Biblioteca de Arte; a Classe 2, Biblioteca de Teologia. Tais bibliotecas especializadas, ou Classes, são, então, consideradas separadamente, e cada uma delas é separada novamente em nove divisões especiais do tema principal. Essas divisões são numeradas de 1 a 9, tal como as classes. Assim, 59 é a 9ª Divisão (Zoologia) da 5.ª Classe (Ciências Naturais). A separação definitiva é então feita, separando cada uma dessas divisões em nove seções, que são contadas da mesma maneira, com os nove dígitos. Portanto 513 representa a 3ª Seção (Geometria) da 1ª Divisão (matemática) da 5.ª Classe (Ciências Naturais). Esse número que inclui classe, divisão e seção, é chamado de classificação ou número de classe, e é aplicado a cada livro ou panfleto (documento) pertencente à biblioteca.

FIGURA 5 – Esquema de classificação proposto por Dewey

DIVISIONS.	
<p>0</p> <p>10 BIBLIOGRAPHY.</p> <p>20 BOOK RARITIES.</p> <p>30 GENERAL CYCLOPEDIAS.</p> <p>40 POLYGRAPHY.</p> <p>50 GENERAL PERIODICALS.</p> <p>60 GENERAL SOCIETIES.</p> <p>70</p> <p>80</p> <p>90</p> <p>100 Philosophy.</p> <p>110 METAPHYSICS.</p> <p>120</p> <p>130 ANTHROPOLOGY.</p> <p>140 SCHOOLS OF PSYCHOLOGY.</p> <p>150 MENTAL FACULTIES.</p> <p>160 LOGIC.</p> <p>170 ETHICS.</p> <p>180 ANCIENT PHILOSOPHIES.</p> <p>190 MODERN PHILOSOPHIES.</p> <p>200 Theology.</p> <p>210 NATURAL THEOLOGY.</p> <p>220 BIBLE.</p> <p>230 DOCTRINAL THEOLOGY.</p> <p>240 PRACTICAL AND DEVOTIONAL.</p> <p>250 HOMILETICAL AND PASTORAL.</p> <p>260 INSTITUTIONS AND MISSIONS.</p> <p>270 ECCLESIASTICAL HISTORY.</p> <p>280 CHRISTIAN SECTS.</p> <p>290 NON-CHRISTIAN RELIGIONS.</p> <p>300 Sociology.</p> <p>310 STATISTICS.</p> <p>320 POLITICAL SCIENCE.</p> <p>330 POLITICAL ECONOMY.</p> <p>340 LAW.</p> <p>350 ADMINISTRATION.</p> <p>360 ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS.</p> <p>370 EDUCATION.</p> <p>380 COMMERCE AND COMMUNICATION.</p> <p>390 CUSTOMS AND COSTUMES.</p> <p>400 Philology.</p> <p>410 COMPARATIVE.</p> <p>420 ENGLISH.</p> <p>430 GERMAN.</p> <p>440 FRENCH.</p> <p>450 ITALIAN.</p> <p>460 SPANISH.</p> <p>470 LATIN.</p> <p>480 GREEK.</p> <p>490 OTHER LANGUAGES.</p>	<p>500 Natural Science.</p> <p>510 MATHEMATICS.</p> <p>520 ASTRONOMY.</p> <p>530 PHYSICS.</p> <p>540 CHEMISTRY.</p> <p>550 GEOLOGY.</p> <p>560 PALAEONTOLOGY.</p> <p>570 BIOLOGY.</p> <p>580 BOTANY.</p> <p>590 ZOOLOGY.</p> <p>600 Useful Arts.</p> <p>610 MEDICINE.</p> <p>620 ENGINEERING.</p> <p>630 AGRICULTURE.</p> <p>640 DOMESTIC ECONOMY.</p> <p>650 COMMUNICATION AND COMMERCE.</p> <p>660 CHEMICAL TECHNOLOGY.</p> <p>670 MANUFACTURES.</p> <p>680 MECHANIC TRADES.</p> <p>690 BUILDING.</p> <p>700 Fine Arts.</p> <p>710 LANDSCAPE GARDENING.</p> <p>720 ARCHITECTURE.</p> <p>730 SCULPTURE.</p> <p>740 DRAWING AND DESIGN.</p> <p>750 PAINTING.</p> <p>760 ENGRAVING.</p> <p>770 PHOTOGRAPHY.</p> <p>780 MUSIC.</p> <p>790 AMUSEMENTS.</p> <p>800 Literature.</p> <p>810 TREATISES AND COLLECTIONS.</p> <p>820 ENGLISH.</p> <p>830 GERMAN.</p> <p>840 FRENCH.</p> <p>850 ITALIAN.</p> <p>860 SPANISH.</p> <p>870 LATIN.</p> <p>880 GREEK.</p> <p>890 OTHER LANGUAGES.</p> <p>900 History.</p> <p>910 GEOGRAPHY AND DESCRIPTION.</p> <p>920 BIOGRAPHY.</p> <p>930 ANCIENT HISTORY.</p> <p>940</p> <p>950</p> <p>960</p> <p>970</p> <p>980</p> <p>990</p> <p style="margin-left: 20px;">Moderns. {</p> <p style="margin-left: 40px;">EUROPE.</p> <p style="margin-left: 40px;">ASIA.</p> <p style="margin-left: 40px;">AFRICA.</p> <p style="margin-left: 40px;">NORTH AMERICA.</p> <p style="margin-left: 40px;">SOUTH AMERICA.</p> <p style="margin-left: 40px;">OCEANICA AND POLAR REGIONS.</p>

Fonte: AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876.

O nível de especialização do conhecimento demonstrado na concepção de Dewey reflete o que se esperava de uma biblioteca a partir dali como consequência da consolidação da ciência e da ramificação do conhecimento.

Mas, a pergunta sobre a relevância do esquema de Dewey para o ato colecionador ainda persiste, pois somente a categorização ampliada do conhecimento não seria o bastante para justificá-la. As tentativas de resposta somam-se a uma série de possibilidades inauguradas com a CDD (Classificação Decimal de Dewey). Uma

característica muito importante é a possibilidade de se organizar as estantes por assuntos mais gerais e ir especializando o tema de acordo com as suas subdivisões, mas ainda mantendo a singularidade da classificação do item:

In arranging the books on the shelves, the absolute location by shelf and book number is wholly abandoned, the relative location by class and book number being one of the most valuable features of the plan. The class number serves also as the location number and the shelf number in common use is entirely dispensed with. Accompanying the class number is the book number, which prevents confusion of different books on the same subject⁴¹. (AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876).

A concepção decimal de Dewey possibilitou uma recuperação muito mais efetiva dos livros, sobretudo em bibliotecas com número expressivo de itens que eram os modelos que estavam se estabelecendo em todo o mundo com a criação das bibliotecas de Estado. Evidentemente o acesso às coleções se tornaria mais fácil, embora necessite de outras questões políticas para se tornar efetivo. Entretanto, o que fica patente nesta análise é que o arranjo das coleções se modificara e com isso, o conceito, o acesso e a seleção também não seriam mais os mesmos. Qualificar esta mudança como boa ou ruim é uma outra questão, mas o que de fato temos é a expressão do ato colecionador iluminista no espaço de atuação bibliotecária demonstrado no manual de Dewey com a proposta de contínua especialização e aprimoramento da representação do conhecimento. O que vai deslocar a Biblioteconomia para a criação de grandes sistemas de catalogação e posteriormente de intercâmbio de dados. Ou seja, o ato colecionador se tornara orientado pela cientificidade, amplitude e pragmatismo das ações (o que influenciou fortemente toda a Biblioteconomia que surgia nesta época como disciplina científica), deixando de lado, um viés mais cultural e erudito que orientava o ato colecionador renascentista.

Dessa forma, é importante tentar entender porque esta concepção ganhou tanto amplitude em escala mundial:

⁴¹ No arranjo dos livros nas prateleiras, a localização absoluta por prateleira e número do livro é inteiramente abandonada, ao passo que a localização relativa por classe e número de chamada do livro representa um dos recursos mais valiosos do plano. O número da classe serve também como número de localização, ao passo que o número da prateleira de uso comum é totalmente dispensável. O número da classe é acompanhado pelo número de chamada, o que evita confusões entre vários livros sobre o mesmo assunto.

The structure of the DDC and the inclusion of the Relative Index made its acceptance (and endurance) possible. Other qualities contributed to the success of the first edition: 1. It was available and well promoted. 2. It was associated with an individual who was likely to be on the library scene for an extended period of time. 3. Most important, it provided a readily understood notation that was expandable at every level⁴². (COMAROMI, 1983, p. 144).

A partir daí, Dewey vai ganhar um espaço muito grande na Biblioteconomia mundial, sendo o seu manual referência (mesmo que como contraponto) para a formulação de outros manuais como a CDU por exemplo. Inicialmente, no entanto, seu projeto parecia não ter grandes ambições:

The author has no desire to claim original invention for any part of his system where another has been before him, and would most gladly make specific acknowledgment of every aid and suggestion were it in his power to do so. With these general explanations and acknowledgments he submits the scheme, hoping it may prove as useful to others as it has to himself⁴³. (AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876).

Fato é que Dewey se consolida na área da Biblioteconomia e lança as bases para “o ato colecionador pragmático”, que é extremamente organizado e sistematizado orientado para uma rápida recuperação da informação e aprimorado por grandes corporações e sistemas automatizados.

4.2.3 Padrões internacionais

Com o intuito de captar a essência do ato colecionador contemporâneo, optou-se por utilizar uma relevante instituição internacional que, no campo da Biblioteconomia representa, muitas vezes, além do papel profissional reconhecidamente comprovado uma atuação teórica também influente. Trata-se da IFLA (International Federation of

⁴² A estrutura da CDD e a inclusão do índice relativo tornaram sua aceitação (e durabilidade) possível. Outras qualidades contribuíram para o sucesso da primeira edição: 1. Ela estava disponível e foi bem divulgada. 2. Ela estava associada a um indivíduo que provavelmente viria a atuar na cena bibliotecária durante um período prolongado de tempo. 3. Mais importante ainda, ela fornecia uma notação facilmente compreensível e que poderia ser expandida em todos os níveis.

⁴³ O autor não deseja reclamar a originalidade da invenção por qualquer parte do seu sistema já elaborada anteriormente por outrem e daria, de bom grado, o devido reconhecimento a cada auxílio e sugestão que lhe foram dados, caso estivesse em seu poder fazê-lo. Com estas explicações gerais e reconhecimentos, ele apresenta o esquema, na esperança de que possa ser útil para outras pessoas, na mesma medida que lhe tem sido.

Library Associations and Institutions), instituição criada em 1927, mas concebida em 1926:

The first international meeting of librarians after the war was the "Congres International de s Bibliothécaires et des amis du Livre", held in Prague, 28th June till 3rd July 1926. At this meeting mr. Henriot revived the idea of an international organization for librarians⁴⁴. (VRIES, 1976, p. 3).

Importante ressaltar que, em 1976 a IFLA passou a aceitar outras instituições como filiadas passando a incorporar a palavra "*institutions*". Enfim, o escopo de atuações da IFLA é amplo e suas causas também, possuindo seções específicas para tratar de assuntos diversos no universo da informação e, sobretudo das bibliotecas. Exemplos disso temos em Kagan (2005) que aborda o papel social da IFLA e por extensão de toda classe bibliotecária frente às desigualdades enfrentadas em todo o mundo. Além é claro de outras seções da IFLA que possuem papel extremamente relevante em suas respectivas áreas de enfoque e atuação.

Após esta breve apresentação, vamos aos manuais da IFLA escolhidos para representar o ato colecionador contemporâneo na área da Biblioteconomia. Primeiramente, cabe apontar qual foi a seção de onde foram extraídos os manuais; que é a "Seção de Aquisição e Desenvolvimento de Coleções". Os manuais escolhidos foram: **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model** e **Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries** (ver figuras abaixo):

⁴⁴ O primeiro encontro internacional de bibliotecários após a guerra foi o "Congresso Internacional de Bibliotecários e Amigos do Livro", realizado em Praga, de 28 de junho a 3 de julho de 1926. Nesse encontro, o senhor Henriot retomou a ideia de uma organização internacional para bibliotecários.

FIGURA 6 – Manual IFLA 1

**GUIDELINES FOR A COLLECTION DEVELOPMENT POLICY
USING THE CONSPECTUS MODEL**

International Federation of Library Associations and Institutions
Section on Acquisition and Collection Development
2001

Foreword

This booklet is a brief guide on how to write a collection development policy, making use of the Conspectus methodology. It is the result of the recognition by the IFLA Acquisition and Collection Development Section that its worldwide members lacked a handy introduction to this important subject. The guide is intended to be of particular value to staff new to collection development and in areas where there is little written tradition of collection development. We hope that it will be of practical use to librarians setting out on the sometimes daunting task of writing a collection development policy.

The booklet was written by Dora Biblarz with the assistance of other members of the A&CD Standing Committee: Marie-Joelle Tatin, Jim Vickary and Tix Bakker. The text is also available, in both English and French, on the IFLA website at <http://www.ifla.org/VII/t14>.

Standing Committee of the IFLA Acquisition and Collection Development Section
March 2001

Contents

Why a written collection development policy?	1
Selection	
Planning	
Public relations	
The wider context	
Collection development policy elements	2
Introduction	
General statements	
Narrative statements	
Subject profiles	
Collection evaluation methods	
Collection depth indicators	
Language codes	
Policy implementation and revision timetables	
Appendix 1 WLN/OCLC Conspectus Divisions	6
Appendix 2 Conspectus collection depth indicator definitions	7
Bibliography	10

Fonte: IFLA, 2001

FIGURA 7 – Manual IFLA 2

International Federation of Library Associations and Institutions
IFLA Professional Reports, No. 112



112

**Gifts for the Collections:
Guidelines for Libraries**

Key Ann Cassell, Sharon Johnson, Judith
Mansfield, and Sha Li Zhang
for the IFLA Acquisition & Collection Development Section

Fonte: IFLA, 2008.

A inclusão do segundo manual se dá por conta da abordagem ser extremamente interessante e relevante no escopo das bibliotecas, pois as doações representam um importante fluxo de itens e que, por sua vez, influenciam bastante a formulação de políticas de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas.

O primeiro manual: **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model** consiste em um modelo extremamente elaborado sobre o processo de desenvolvimento de coleções. O método Conspectus foi elaborado da seguinte forma:

The following revised Conspectus collection depth indicator definitions were developed in 1996 and early 1997 under the auspices of the Association of Research Libraries with the help of WLN (Western Library Network). More than 30 active Conspectus users from the United States and abroad worked together to update the original language in a way that would improve the use of the definitions without diminishing the value of assessments that had employed the original definitions⁴⁵. (IFLA, 2001, p. 7).

O manual corrobora uma importante assertiva a respeito do papel fundacional do ato colecionador e ao mesmo define o que entende por coleção, pois considera:

The library's primary task is to select, maintain, and provide access to relevant and representative information resources. Due to technological developments, libraries are, in the main, moving from holdings ('just in case') to access ('just in time') strategies. This implies that collecting policies are significantly changing and that libraries need to disseminate widely information on their collecting policies⁴⁶. (IFLA, 2001, p. 2).

⁴⁵ O seguinte texto revisado do Método Conspectus de produção de indicadores de profundidade do acervo foi desenvolvido inicialmente entre 1996 e o início de 1997 sob a égide da Associação de Bibliotecas de Pesquisa, com a ajuda da WLN (Rede de Bibliotecas do Oeste). Mais de 30 usuários ativos do projeto Conspectus nos Estados Unidos e no exterior trabalharam em conjunto para a atualização da linguagem original, de forma a melhorar o uso das definições, sem diminuir o valor das avaliações que haviam sido empregadas nas definições originais.

⁴⁶ A tarefa principal da biblioteca é selecionar, manter e fornecer acesso a informações relevantes e representativas dos seus recursos. Devido à evolução tecnológica, as bibliotecas têm passado, sobretudo, de estratégias de retenção, com o objetivo de atender a demandas específicas ("just in case"), para assumir estratégias que favoreçam o acesso à informação de forma imediata ("just in time"). Isso sugere que as políticas de formação de coleções estejam mudando significativamente e que as bibliotecas precisem divulgar amplamente as informações sobre essas políticas.

A coleção nesta perspectiva contemporânea está fundada em sua política de seleção de materiais lidando agora com uma profusão de itens nunca vista antes na história acrescida da possibilidade do digital.

O ato colecionador, dessa forma, se torna fortemente marcado por uma série de procedimentos e técnicas que permitem segmentar a seleção de materiais em critérios mais gerais, contextuais e de assunto. Os critérios podem ainda se dividir em qualitativos ou quantitativos:

Quantitative Measures

Quantitative measures reveal size, age, use, costs and other numeric data. Examples of quantitative measures include inventory, or shelf list measures to determine actual title or volume counts, by segment or subject area. Median age or similar measures indicate the currency of the materials. Amount expended for acquisitions in a segment or subject area per year illustrates the ongoing commitment to develop that area. Percentage of titles owned by a library when compared to a standard list shows the breadth and depth of the collection. Use statistics (including internal library use and ILL) are both collection and client-centered⁴⁷. (IFLA, 2001, p. 4).

Qualitative Measures

Qualitative measures are obtained through subjective evaluation and involve the professional judgment of librarians, appraisal from subject experts, or the opinion of customers. These techniques include impressions of the condition, character and appropriateness of a section of the collection. Another qualitative technique is the judgment made by comparison of one subject in the collection to a similar subject in another library, or to a subject bibliography⁴⁸. (IFLA, 2001, p.4).

⁴⁷ As medidas quantitativas revelam tamanho, idade, uso, custos e outros dados numéricos. Exemplos de medidas quantitativas incluem o inventário ou, ainda, as medidas da lista numérica de uma prateleira para determinar quantos títulos ou volumes existem na biblioteca, por segmento ou área temática. A média de idade e outras medidas similares indicam a atualidade dos materiais. O montante gasto para aquisições em um segmento ou área temática por ano ilustra o compromisso contínuo com o desenvolvimento da área. A porcentagem de títulos da biblioteca, quando comparada a uma lista padrão, mostra a amplitude e a profundidade da coleção. Estatísticas de uso interno (incluindo uso da própria biblioteca e livros estragados) servem tanto para a própria coleção, como para a relação focada no usuário.

⁴⁸ Medidas qualitativas são obtidas mediante avaliação subjetiva. Elas envolvem a avaliação profissional dos bibliotecários, a avaliação de especialistas no assunto ou a opinião dos usuários. Tais técnicas incluem impressões sobre as condições, o caráter e a adequação de uma seção da coleção. Outra técnica qualitativa é o julgamento feito pela comparação entre um objeto da coleção com outro objeto similar em outra biblioteca, ou com bibliografias sobre o assunto.

Os critérios quantitativos e qualitativos são utilizados como complementares e tem o intuito de fornecer indicadores para se avaliar a coleção tanto de ponto de vista numérico quanto da possível qualidade do acervo. Evidentemente o método se coloca apenas como mais uma ferramenta de auxílio para se avaliar a coleção e pode ser combinado com outros procedimentos e técnicas.

O método “Conspectus” mostra claramente o nível de especialização das coleções e a complexidade que é transitar no contemporâneo, tendo que lidar com a serialidade de que nos fala Baudrillard (2009) e Blom (2003), com a profusão de estantes inteiras do mesmo item ou ainda de coisas muito semelhantes. O acesso a uma coleção contemporânea de uma biblioteca torna-se híbrido e a repetição excessiva faz necessário um mediador cada vez mais preparado sob pena das coleções sucumbirem ao acesso supostamente irrestrito e por vezes irracional.

Um aspecto curioso da produção em massa dos livros é a demanda gerada para o recebimento de doações não solicitadas. Onde os critérios e políticas têm de se tornar cada vez mais efetivos, detalhados e supostamente “racionais”:

Libraries may want to accept unsolicited gifts, but with no conditions attached, so that the library can decide whether it actually needs the donated material. Many gifts may duplicate materials already owned by the library or may be out-of-date or out-of-scope for the collections. Gifts that are not added to the collections could, for example, be donated to another library or sold at the library's book sale. Non-library materials which may be received as unsolicited gifts, or which may accompany collections of materials acquired for the library's collections, will be transferred to an appropriate repository, returned to the source, or disposed in a manner similar to that used for library materials⁴⁹. (IFLA, 2008, p. 3).

⁴⁹ As bibliotecas podem optar por aceitar doações que não tenham sido solicitadas, desde que não sejam colocadas condições, de maneira que possam decidir se realmente precisam do material doado. Muitas doações podem duplicar os materiais já pertencentes à biblioteca ou, ainda, podem estar desatualizadas ou fora do âmbito das coleções. As doações que não são adicionadas às coleções, por exemplo, poderiam ser doadas a outras bibliotecas ou vendidas em uma feira de livros da biblioteca. Materiais que não são característicos de biblioteca e que forem recebidos como doações não solicitadas, ou aqueles que acompanham coleções adquiridas para integrar a biblioteca, serão transferidos para um repositório adequado, devolvidos à sua origem, ou, ainda, eliminados de uma forma semelhante ao que é feito com os materiais da biblioteca.

Este é o tema do segundo manual da IFLA utilizado neste trabalho: **Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries**. O tema em si já é muito interessante, mas o aspecto central do uso deste manual é que complementa a caracterização do ato colecionador contemporâneo onde a ação consiste às vezes em frear o crescimento da coleção. É um paradoxo inaugurado com a industrialização do livro e depois potencializado pelos mecanismos de digitalização do mesmo, assim como dos periódicos científicos. A passividade neste caso, representada pela falta de políticas de desenvolvimento do acervo, leva ao absoluto caos e ao esgotamento dos espaços físicos num primeiro momento. Em relação ao contexto digital, apesar das controvérsias sobre os limites de armazenamento seguro (dentro dos conceitos de preservação digital) o risco iminente é o de se perder na imensidão de possibilidades do ciberespaço. Este tema, no entanto, não será aprofundado neste trabalho, mas fica aqui apenas como demonstração da importância da concepção da coleção (quer física ou digital) para o sucesso de todas as outras atividades que decorrem da instauração do ato colecionador.

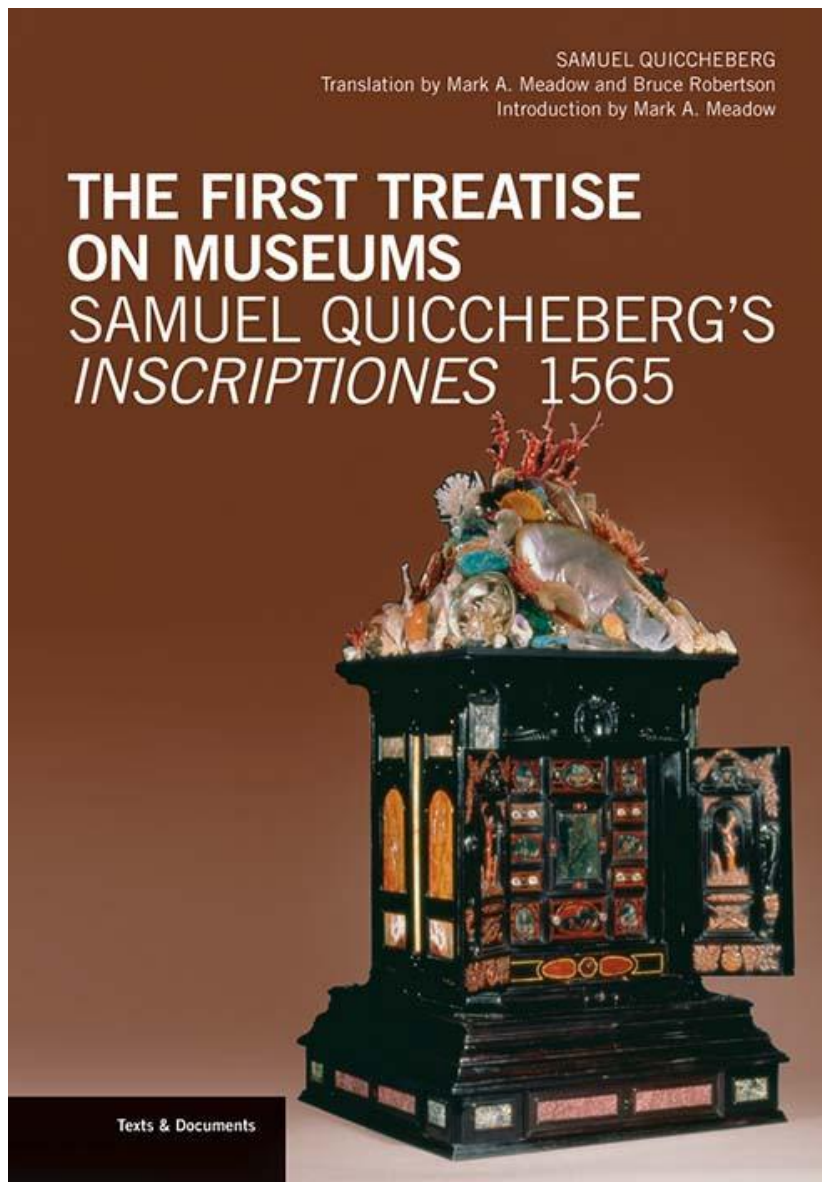
Para exemplificar esta relação de complexidade diante da repetição e profusão industrial a que estão afeitos os livros (neste caso) o manual da IFLA elabora uma série de itens que se devem considerar ao oferecer uma coleção a uma biblioteca que englobam indicar o número de exemplares que se está oferecendo; fornecer, através de lista prévia, os dados bibliográficos de forma correta para que se possa identificar a obra que está sendo oferecida; explicitar o tipo e as condições do suporte; ponderar sobre a adequação do conteúdo que se está oferecendo de acordo com o escopo da biblioteca entre outras recomendações que revelam uma preocupação em efetivamente contribuir com a coleção destas instituições. Essa maturidade prevê uma consciência e exercício da cidadania que talvez estejam distantes da realidade brasileira. No entanto, ao menos no trato intra e interinstitucional parece razoável que esta compreensão seja alcançada e que o fato de ter um objeto que seja incorporado a uma coleção finalmente seja entendido como superior a se doar outros tantos sem sentido, contexto e possivelmente futuramente desconsiderados e descartados.

O manual apresenta uma extensa lista (que foi aqui resumida) do que deve ser considerado para se oferecer um livro a uma biblioteca e, dessa forma se torna muito oportuna para problematizar o ato colecionador contemporâneo. Dessa forma, a questão do arranjo e ordenamento das coleções e de suas respectivas representações (base de dados bibliográfica) está relativamente pacificada, mas que biblioteca é esta? Qual é o seu público? Qual a sua relevância no contexto atual? Estas questões ficam como reflexão final da caracterização do ato colecionar contemporâneo para a Biblioteconomia, onde a produção em série do conhecimento potencializado pela possibilidade das tecnologias da informação levou a uma suposta perda de centro e relevância das coleções, chegando ao ápice da prospecção do fim das mesmas. Neste novo contexto não seria mais uma vez o sujeito construtor do conhecimento, ou melhor, a singularidade do ato colecionador humano a resposta mais uma vez?

4.3 Vivendo de passado

4.3.1 Quiccheberg e o primeiro tratado sobre museus

FIGURA 8 – Capa do manual do Quiccheberg



Fonte: QUICCHEBERG, 1565

Difícil imaginarmos que em 1565 tenha surgido um manual sobre museus, pois a literatura da área fala em surgimento destas instituições, tal como as conhecemos, a partir do século XVIII, mas é o que de fato acontece com o tratado de museus de Quiccheberg. A relevância deste manual é surpreendente, não só pelo ineditismo do

tema, mas pela profundidade da abordagem, encontrada em sua obra temas que ainda hoje são atuais:

Si le patrimoine immatériel – dont le terme ne remonte à guère plus loin que le dernier quart du XXe siècle – est bel et bien déjà présent dans les musées, à quand remonte son introduction et comment ont été résolues les questions liées à sa visualisation ? Bien que ce débat soit trèscontemporain, la problématique semble avoir toujours existé ; elle est déjà abordée dans le premier traité de muséologie au monde, rédigé par Samuel Quiccheberg en 1565⁵⁰. (MAIRESSE, 2004, p. 54).

Para exemplificar a contribuição do manual, faz-se necessário primeiro entender a concepção geral do seu trabalho que propõe a organização da coleção em cinco grandes temas (*inscriptions*) que podem ser subdividas:

We use the term inscription in this way in our theater in case any king or Prince or other patron should either have inscribed, in like fashion, collections of individual objets for especific places or indeed have resolved to do inscribe them⁵¹. (QUICCHEBERG, 1565).

As “*inscriptions*” de Quiccheberg podem ser entendidas como um sistema onde existem cinco classes principais que podem ser utilizadas de acordo com os contextos e que se apresentam basicamente da seguinte forma: criador ou fundador da coleção (que pode ser o colecionador ou mesmo Deus no caso da natureza, por exemplo); objetos trabalhados (no sentido artístico) pelo homem (artificialia); objetos da natureza (naturalia); ferramentas de artifício (meios de agir sobre a natureza no intuito de conhecê-la) e representações do conhecimento (no caso de mapas, por exemplo, que representam determinado lugar).

Le coeur du traité est le système de classification qu’il propose, celles-ci ayant pour but de décrire l’ensemble des merveilles de l’univers. La classification comprend 53 inscriptions – c’est le titre du livre – réparties en cinq classes : la première décrit principalement le fondateur du théâtre – le collectionneur – sa généalogie et l’ensemble de ses possessions ou des faits se rapportant à sa région ; la seconde classe aborde les ouvrages d’art ou les réalisations humaines : statues, artisanat, vases, mobilier, monnaies et médailles ; la troisième classe décrit les oeuvres de la nature : animaux

⁵⁰ Se o patrimônio imaterial - cujo termo remonta a pouco mais do que o último quarto do século XX - de fato já está presente em museus, quando se deu sua introdução e como foram resolvidas as questões relacionadas à sua visualização? Embora este debate seja contemporâneo, o problema parece ter sempre existido; Ele já foi abordado no primeiro Tratado de museologia do mundo, escrito por Samuel Quiccheberg em 1565.

⁵¹ Nós usamos o termo inscrição (tema) desta forma em nosso teatro (museu ou gabinete), para o caso de que qualquer rei, príncipe, ou patrono tenha feito inscrições (temas ou classes) de coleções com objetos individuais para lugares específicos, ou mesmo para quando tenha, de fato, resolvido inscrevê-las (temas).

merveilleux, animaux, fruits, plantes, pierres et terre ; la quatrième classe recense les outils nécessaires à l'activité humaine : instruments de musique, outils mathématiques ou de médecine, armes, vêtements... enfin, la dernière classe énumère les images produites par l'homme : peintures à l'huile, aquarelles, gravures, blasons, etc⁵². (MAIRESSE, 2004, p. 55).

O ato colecionador renascentista surge, no contexto dos museus, com uma sistematização impressionante. Estava posta uma visão de uma coleção vasta e com auspícios de representar todo o mundo conhecido, como era de se esperar do contexto colecionista da renascença, mas a complexidade da proposição classificatória de Quiccheberg guarda contornos que só seriam encontrados na caracterização iluminista. O manual inaugura um acirramento do espírito científico que levaria o ato colecionador à criação de grandes sistemas classificatórios para ordenar o vasto conhecimento que se apresentava às coleções no período iluminista. Estas constatações elevam a contribuição do manual a uma condição importante no estatuto científico da Museologia e da prática museológica, pois já propunha:

Quiccheberg est en effet l'un des premiers à proposer, par le biais de son système de classes et d'inscriptions, une méthode d'inventaire ou de catalogage des collections – ce qu'il prône d'ailleurs avec vigueur dans son traité⁵³. (MAIRESSE, 2004, p. 59).

Ainda tentando recuperar a contribuição de Quiccheberg, um tema importante e atual para a Museologia contemporânea já se mostrava na obra do autor, que é a questão da transmissão do conhecimento através da memória:

Si l'immatériel, par le biais de tous les moyens qui lui sont propres pour se manifester, occupe une place importante au sein du projet muséal, la

⁵² O cerne do Tratado é o sistema de classificação que ele propõe, tendo por objetivo descrever todas as maravilhas do universo. A classificação é composta por 53 entradas - é o título do livro - divididas em cinco classes: a primeira descreve principalmente o fundador do museu - o colecionador -, sua genealogia e todas as suas posses ou fatos relativos à sua região. A segunda classe aborda as obras de arte ou as realizações humanas: estátuas, artesanato, vasos, móveis, moedas e medalhas; a terceira classe descreve as obras da natureza: animais maravilhosos, animais, frutas, plantas, pedras e terra; a quarta classe identifica as ferramentas necessárias para a atividade humana: instrumentos musicais, ferramentas matemáticas ou médicas, armas, roupas; finalmente, a última classe enumera as imagens produzidas por seres humanos: pinturas em óleo, aquarelas, gravuras, brasões, etc.

⁵³ Quiccheberg é um dos primeiros a propor, por meio do sistema de classes e entradas, um método de inventário e catalogação de coleções - o que ele defende com força em seu Tratado.

question de sa transmission semble, pour Quiccheberg, à la fois simple et complexe. Simple, elle l'est parce qu'il paraît évident, pour l'auteur des Inscriptions, que tout ne peut être conservé : le vivant ou le règne de l'organique est promis à une dégradation (à une transformation) inéluctable dont le savant ne se soucie guère. L'écrit et l'image en préserveront les traces. Complexe, car face à cette certitude, Quiccheberg paraît encore se référer à l'art de la mémoire – ou au travail en atelier – qui passe par l'homme pour conserver la connaissance⁵⁴. (MAIRESSE, 2004, p. 60).

Retomando então a caracterização do ato colecionador renascentista no contexto da Museologia, temos uma concepção de coleção onde a amplitude do acervo guardava auspícios de totalidade, mas a sistematização do conhecimento orientava a erudição e o espírito colecionista da época. Ou seja, existia uma pacificação da volúpia colecionadora através da organização do conhecimento, identificando e atribuindo valor às coisas (objetos e seres). A principal distinção, que mais tarde caracterizou a emergência dos museus, foi entre arte (artificialia) e história natural (naturalia). A concepção de Quiccheberg era, no entanto, mais audaciosa, flertando com a valorização da imaterialidade (sobretudo do conhecimento) e com a problematização (categorização) do sujeito construtor (coleccionador) do conhecimento:

Une sorte de hiérarchie apparaît assez clairement dans le système des inscriptions qui débute avec le divin et le collectionneur démiurge, reproduisant le monde dans sa chambre, puis énumère les productions humaines, passe ensuite à celles de la nature et aux outils nécessaires pour les produire⁵⁵. (MAIRESSE, 2004, p. 55).

⁵⁴ Se o imaterial, através de todos os meios que são específicos para manifestar-se, ocupa um lugar importante no âmbito do projeto do Museu, a questão de sua transmissão parece, ao mesmo tempo, para Quiccheberg, simples e complexa. É simples, porque parece óbvio, para o autor das entradas, que nem tudo pode ser armazenado: a vida ou o reino orgânico são destinados à degradação (à transformação) inevitável que para o cientista importa pouco. A escrita e a imagem preservarão os vestígios. É também complexo, porque perante esta certeza, Quiccheberg ainda parece referir-se a arte da memória - ou ao trabalho em ateliê - que passa pelo homem para manter o conhecimento.

⁵⁵ Um tipo de hierarquia é bastante claro no sistema de registro que começa com o Divino e o Demiurgo colecionador, reproduzindo o mundo em seu quarto e em seguida, enumera as produções humanas, além da natureza e as ferramentas necessárias para se produzir.

Essa coleção orientada para a totalidade da representação do universo, mas categorizada segundo princípios de amplo espectro de aplicações não vislumbrava, no entanto, um amplo acesso social, pois o seu modelo fora construído para os príncipes e seus gabinetes de curiosidades. Porém ao invés de se deter apenas em referências protocolares à realeza, Quiccheberg lança as bases para a caracterização de um espírito que seria consolidado somente no período iluminista. Sendo ainda a sua concepção de organização das coleções (e por extensão do conhecimento) dotada de bases filosóficas profundas e inspiradoras:

Since all those topics are present that universal nature embraces, that all books teach, that all of human life can offer, it is perfectly clear that no discipline can be taught, no work of art examined, no state of life imagined, that does not have its foundations, equipment, means of support, or examples here in the theater⁵⁶. (QUICCHEBERG, 1565).

Por fim, fica-se com uma imagem final do ato colecionador renascentista em sua extensão museológica com a centralidade da figura do sujeito (demiurgo) como instaurador do ato colecionista movido ainda pela curiosidade, mas orientado pelas lentes da sistematização do conhecimento e, embora confinado nos armários da realeza, vislumbrando e ansiando pelo futuro.

4.3.2 Evolução terminológica

Considerado como o primeiro manual onde aparece a palavra museografia o manual de Neickel⁵⁷ produzido em 1727 é considerado um marco na área da Museologia:

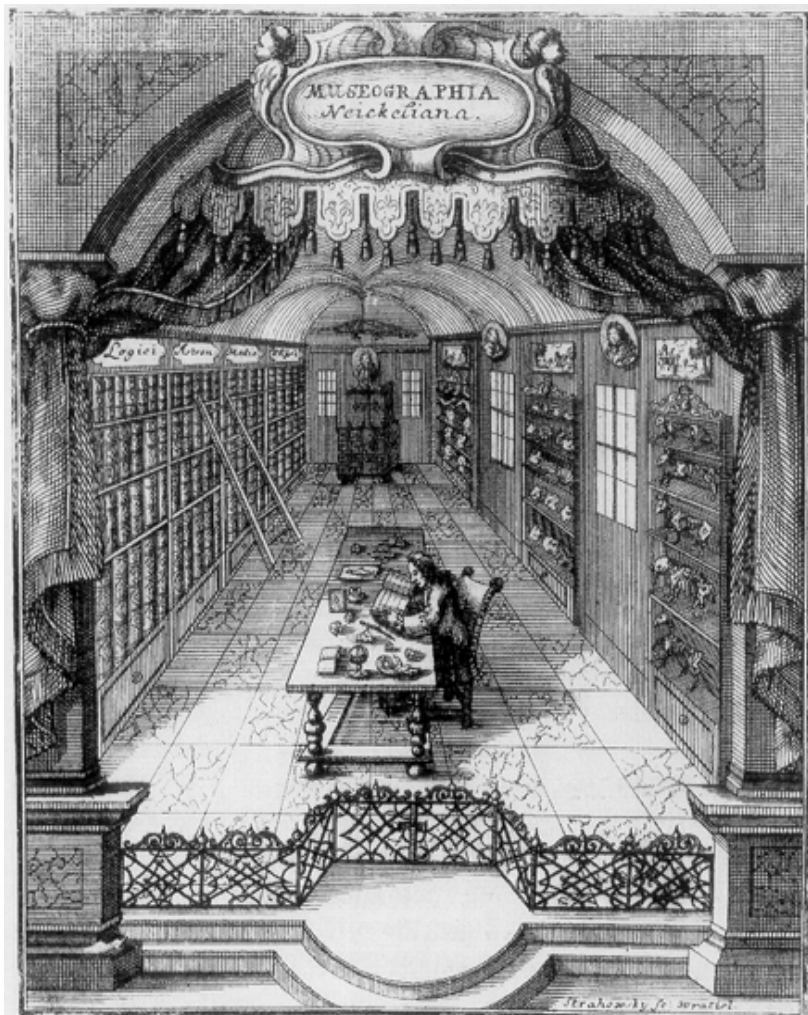
It is within this context that “museography” or more precisely “museographia” appears for the first time in print. Its author is Caspar Frid. Neickelio (also Neickel and Neickelius) whose real name is either Einckel, Enickel or Jenckel, a merchant from Hamburg working in his father’s business. It is perhaps because of the author’s occupation that the book’s publisher

⁵⁶ Uma vez que todos esses temas estão presentes – de que a natureza universal tudo abrange, de que todos os livros ensinam, de tudo que a vida humana pode oferecer –, é perfeitamente claro que nenhuma disciplina pode ser ensinada, nenhuma obra de arte examinada, nenhuma forma de vida imaginada que não tenha os seus fundamentos, equipamentos, meios de apoio, ou exemplos aqui no teatro (museu, gabinete).

⁵⁷ Ver figura 3

decides to call upon Doctor Johann Kanold to revise the text and to remedy to any eventual shortcomings⁵⁸. (AQUILINA, 2011, p.6).

FIGURA 9 – O manual de Neickel



Fonte: Extraído do site: <https://traveltoeat.com/the-first-museums-kunst-und-wunderkammer/>

O manual de Neickel, em suma trata os seguintes temas: Como a coleção deveria ser armazenada e exibida; a organização de uma biblioteca; a origem das coleções; diferenças entre tipos de coleções; a definição do termo “museu” e 25 regras para visitantes de museus. Essas últimas inclusive tiveram grande repercussão à época.

⁵⁸ É dentro desse contexto que o termo "museografia" ou, mais precisamente, "museographia", aparece pela primeira vez em registro impresso. Seu autor é Caspar Frid. Neickelio (também Neickel e Neickelius), cujo verdadeiro nome é Einckel, Enickel ou Jenckel, um comerciante de Hamburgo que trabalhava junto ao pai. Talvez seja graças à ocupação do autor que o editor tenha decidido apelar para o doutor Johann Kanold, pedindo-o para revisar o texto e sanar quaisquer deficiências eventuais.

No entanto, é interessante notar que o termo museografia não é de fato definido neste manual:

“Museographia” is not defined in Neickel’s in-quarto. In fact, the word is only used a handful of times within its pages. One must therefore focus on the contents of the book to get some sense of the word’s meaning. Museographia... is both a prescriptive and descriptive document. Inside its pages, Neickel provides advice on how one should arrange and present objects within a cabinet as well as suggestions on how to organize a library, which, according to the author, is indispensable in order for a museum to be complete. Neickel also discusses the origins of collections and the different words used to describe them (referring here to Major’s work); the differences between cabinets of naturalia and artificiosa; etc⁵⁹. (AQUILINA, 2011, p.6).

Evidentemente estava implícita a sua preocupação com a estrutura do museu, fazendo exaustivas recomendações de conservação, armazenamento e exposição das obras. Outro aspecto interessante e que compreende quase que a totalidade do manual é a extensa lista alfabética de gabinetes (coleções privadas) e bibliotecas de “todo mundo”, muitas das quais Neickel não teve a oportunidade de visitar e conheceu através de fontes secundárias.

O ato colecionador iluminista se apresentava a Museologia como um prenúncio de sua afirmação científica, ainda que incipiente, mas com suas bases lançadas. A complexificação dos esquemas de arranjo do conhecimento pode ser considerada uma característica destoante das áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Neickel não se deteve exaustivamente ao tema, talvez por conta da característica inerente aos museus de perguntar sobre a concepção, a origem do que está representado e não se ater tanto à representação em si.⁶⁰ Por outro lado, podemos citar a retomada da distinção (já presente em Quiccheberg) entre naturalia e artificialia como uma articulação da concepção de arranjo de Neickel. Outro fator digno de nota é a sua

⁵⁹ O termo “Museographia” não é definido no in-quarto de Neickel. Na verdade, a palavra é usada apenas uma meia dúzia de vezes em suas páginas. Por isso, é preciso se concentrar no conteúdo do livro para extrair algum sentido do significado da palavra. Museographia... é tanto um documento normativo quanto descritivo. Dentro de suas páginas, Neickel fornece conselhos sobre como se deve organizar e apresentar os objetos dentro de um gabinete, bem como sugestões sobre como organizar uma biblioteca, algo que, segundo o autor, é indispensável para que um museu esteja completo. Neickel também discute as origens das coleções e as diferentes palavras usadas para descrevê-las (refiro aqui à obra de Major); as diferenças entre gabinetes de naturalia e artificiosa; etc.

⁶⁰ Embora saibamos que atualmente existe todo um esforço em direção à documentação museológica.

preocupação com os critérios de raridade dos objetos, problematizando muitas vezes a origem dos mesmos.

Uma articulação mais ou menos presente no contexto do ato colecionador iluminista é a referência às bibliotecas, que no caso de Neickel ganha ainda maior fôlego, sendo incorporada uma extensa lista das mesmas e citada a sua relevância inclusive como fonte para apreciar e validar os objetos das coleções.

Estamos de fato lidando com uma concepção (faceta) do ato colecionador iluminista que problematiza a gênese da coleção, desde que, antes de qualquer coisa, estejam os objetos bem selecionados, acondicionados adequadamente e exibidos de acordo com os critérios científicos e de raridade disponíveis à época.

O acesso às coleções estava reservado às pessoas de posse e à realeza, mas não deixa de ser interessante a enumeração das 25 recomendações de Neickel ao visitante de museu que versa sobre questões de higiene (lavar as mãos, por exemplo), bom comportamento (inclusive de vestimenta adequada), mas versando também sobre o tempo de exposição dos objetos levando em conta inclusive os seus critérios de raridade e por fim fazendo uma severa crítica aos que visitam os museus sem nenhum conhecimento sobre o que ali está exposto (Neickel, 1727⁶¹).

Por fim cabe ressaltar a seriedade e cuidado com o que Neickel produziu o manual, pois a sua lista de coleções, as discussões sobre raridade de certos objetos e a referência às bibliotecas foram, sem dúvida, uma contribuição sem precedentes à época. Outro avanço também diz respeito às técnicas de conservação, armazenamento e exposição dos objetos que mais tarde seriam largamente expandidos dentro do campo da museografia.

⁶¹ Todo o conteúdo desta seção foi retirado da leitura do manual, mas evitou-se a citação literal por conta do texto estar em letras góticas e com algumas manchas de impressão por conta de ser um fac-símile do original. Ainda é importante ressaltar que a referência bibliográfica tem a entrada por Jencquel, mas a preferência em usar Neickel deve-se ao maior uso encontrado na literatura científica.

O ato colecionador iluminista lança suas luzes ao museu mostrando o direcionamento a uma cientificidade mais consolidada, a preocupação com a sistematização e operacionalidade do museu, embora o arranjo não tenha sido (como hoje também não é) objeto central desta caracterização e, sobretudo produzindo uma valorização crescente da racionalidade e do conhecimento humano. Esse espírito se consolidaria mais tarde na criação e difusão mundial dos museus públicos que serão apresentadas no próximo ato.

4.3.3 O Museu contemporâneo

Antes de adentrarmos na discussão sobre o Manual do ICOM cabe ressaltar o salto gigantesco entre este e o texto de Neickel. Esta ressalva é no sentido de pontuar a relevância de vários trabalhos e iniciativas que certamente culminaram na complexidade e quantidade de temas abordados neste manual. Este avanço está ilustrado na figura abaixo:

FIGURA 10 – Conteúdos (sumário) do Manual do ICOM

Conteúdos	
Prefácio	v
<i>por Alexandra Cummins, Presidente do ICOM</i>	
Introdução	vii
<i>por Patrick Boyle, Coordenador e Editor</i>	
O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional	1
<i>por Geoffrey Lewis</i>	
História do colecionismo; Os primeiros museus públicos; Padrões mínimos e ética profissional; Gerir o museu; Aquisição e manutenção do acervo; Interpretar e aprofundar o conhecimento - acesso; Valorização e divulgação do património natural e cultural; Serviço público e benefício público; Trabalhar com as comunidades; Legislação; Profissionalismo.	
Gestão do Acervo	17
<i>por Nicola Ludkin</i>	
Desenvolver a política de gestão do acervo; Aquisição e incorporação; Abatimento e cedência; Numeração e classificação dos objectos do acervo; Empréstimos; Relatório sobre o estado de conservação; Acervo de reserva; Manuseamento e movimentação do acervo; Fotografia; Seguro; Acesso público ao acervo; Galerias e salas de exposição e mostra; Investigação do acervo.	
Inventário e Documentação	33
<i>por Andrew Roberts</i>	
Aquisições, empréstimos a longo prazo e incorporação; Controlo do inventário e catalogação; Sintaxe e terminologia; Numeração, etiquetagem e identificação do objecto; Controlo da movimentação e localização; Incorporação, controlo do inventário e catalogação da reserva; Catalogação e recuperação manual e informática; Imagens; Acesso à Internet para informação sobre o acervo; Recursos humanos e financeiros; Campos de catalogação recomendados.	
Conservação e Preservação do Acervo	55
<i>por Stefan Michalski</i>	
Prioridades na decisão e avaliação dos riscos; Reduzir a perda e os danos futuros em 100 anos ou mais; Classificação dos riscos para o acervo; Os Nove Agentes de Deterioração; O ciclo de preservação do acervo: Passo 1: Confirma os princípios - Passo 2: Inspeção dos riscos - Passo 3: Plano de melhorias para a gestão de risco do acervo; Exemplos de avaliações de risco específicas e soluções individuais; Gestão de risco integrada de pragas (GIP); Gestão de risco integrada sustentável para a iluminação, poluição, temperatura e humidade; Directrizes de iluminação para o museu; Directrizes de temperatura e de humidade para o museu; Directrizes de poluição para o museu; Integrar e gerir todos os quatro agentes.	
Exposição, Exibições e Mostras	99
<i>por Yoni Herreman</i>	
Tipos de exposições; O objecto; interpretação no contexto da exposição; Gestão da exposição em relação a outras actividades museológicas; Projecto: o planeamento básico e o processo artístico; Elaborar o sumário do planeamento; Desenvolver a exposição; Produção e materiais; Completar a exposição; Avaliar a exposição após o seu término.	

Acolhimento do Visitante	113
<i>por Vicky Woollard</i>	
Quais são os benefícios para os museus?; Quais são os princípios-base para proporcionar serviços de qualidade ao visitante; Alguns aspectos-chave a considerar no desenvolvimento da declaração de política do serviço ao visitante; Definir e compreender o visitante; Tipos de visitantes e as suas necessidades; Planear e gerir o serviço ao visitante; Áreas específicas a ter em atenção; Checklist dos pontos de vista do visitante.	
Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas	129
<i>por Cornelia Brünighaus-Knubel</i>	
Acervo e educação; Desenvolver e gerir a educação do museu; Educação do museu e a comunidade; Projectar programas educativos: os princípios básicos; Escolha dos métodos de ensino e aprendizagem na educação do museu; Publicações do museu; Tipos de material didáctico comumente utilizados em museus; Actividades extra-murais; Educação informal.	
Gestão do Museu	145
<i>por Gary Edson</i>	
Estrutura de gestão; Trabalho de equipa; Estilos de Liderança de directoras e outro pessoal de topo; Elaborar a declaração de missão; Gestão financeira; Seis regras para planear o orçamento; Gestão e ética do museu; O processo de planeamento; Assuntos a considerar; Avaliação; Análise SWOT.	
Gestão do Pessoal	160
<i>por Patrick Boyle</i>	
Compreender a gestão de pessoal; Principais categorias do trabalho e dos funcionários do museu; Informação, envolvimento e equidade do pessoal; Recrutar e manter pessoal de elevada qualidade; Métodos e técnicas de seleção de promoção e recrutamento; Requisitos mínimos para uma declaração ou contrato das condições de emprego; Gestão, formação e desenvolvimento profissional do pessoal; Procedimentos disciplinares e de queixa; Saúde e segurança no trabalho; Como avaliar os riscos no local de trabalho: cinco passos para a avaliação de risco.	
Marketing	175
<i>por Paul Mork</i>	
Introdução ao marketing; A orientação actual dos museus relativamente à teoria e prática do marketing; Produto, preço, promoção, locais; Planeamento estratégico de mercado; Missão e visão; Factores internos e externos; Grupo-alvo; Promoção; Publicidade; Relações públicas; Criar a "marca" do museu.	
Segurança e Prevenção de Acidentes do Museu	193
<i>por Pavel Jirásek</i>	
Quem é o responsável pela política de segurança e pela sua aplicação?; Análise do risco e plano de segurança; Implementação do plano estratégico para a protecção do museu; Medidas para assegurar a segurança da exposição e das salas de exposição; Sistema de Detecção de Intruso (SDI); Sistema de Controlo de Acesso (SCA); Grupo de Resposta de Televisão (CFTV); Sistema de Alarme e Detecção Automática de Incêndio (SAI); O Plano de Emergência.	
Tráfego Lícito	214
<i>por Lyndel Pratt</i>	
Prevenção; Inventários; Checklist do Objecto ID; Legislação nacional; Turistas e visitantes; Formação; Detecção; Recuperação; Cooperação internacional; Convenções internacionais; Recuperação onde as convenções não se aplicam; Litígio.	
Explicação Geral de Alguns Termos-Chave Utilizados neste Livro	223
Referências e Informação Adicional	230
Breve Biografia dos Autores	236
Código de Ética Profissional do ICOM	239

Fonte: ICOM, 2004.

Fazendo uma rápida análise podemos visualizar a inclusão de temas antes pouco abordados no escopo dos museus como a parte de documentação museológica (muito mais desenvolvida), estudos detalhados de gestão de pessoas, marketing e ainda uma grande preocupação com o acolhimento dos visitantes.

Estas mudanças caracterizam uma primeira impressão sobre o ato colecionador contemporâneo no escopo dos museus, mostrando a necessidade de uma maior racionalização dos processos para atender à demanda gerada pelo crescimento da produção e serialização dos objetos fazendo dos museus enormes contingentes de peças, exposições, pessoal e processos. Este “novo” museu passa a incorporar também maiores responsabilidades:

Os museus têm a responsabilidade de adquirir, preservar e promover o seu acervo. Este acervo constitui um patrimônio público significativo que envolve o conceito de confiança pública. O órgão administrativo deve adotar e divulgar uma declaração escrita sobre a política aplicada à aquisição, preservação e utilização do acervo. (ICOM, 2004, p.8).

Essa redefinição e ampliação da atuação dos museus se manifestam no ato colecionador contemporâneo na caracterização de uma coleção que se define em

função de características específicas (o acervo tem de ser mais específico), mas também orientadas para o acesso.

Levando em consideração todas as relações de funcionamento interligadas do museu, as actividades educativas do museu têm acima de tudo, de ser consideradas em relação à natureza do acervo. Quer seja composto por artefactos ou espécimes de história natural, objectos técnicos ou material de reserva, todo o acervo requer uma análise séria e trabalho de equipa com o pessoal científico, para desenvolver uma orientação educativa específica e adequada. (ICOM, 2004, p.129-130).

A questão, no entanto, é complexa se pensarmos na exclusão cultural a que grande parte da população mundial está afeita, mas a concepção invariavelmente mudou em relação aos contextos renascentistas e iluministas. No contexto contemporâneo existe inclusive a necessidade de se justificar a cultura como valor social e desta forma, a coleção muitas vezes já nasce orientada para seu público:

Os serviços ao visitante são cruciais para a coordenação do acesso público ao museu. O acesso dá ao visitante a oportunidade para utilizar instalações e serviços, ver exposições, assistir a conferências, investigar e estudar o acervo e conhecer o pessoal. Isto não só significa acesso físico, como também inclui o acesso ao nível intelectual apropriado, sem preconceitos sociais e culturais. (ICOM, 2004, p.113).

Este movimento é oriundo de uma soma de fatores contemporâneos, entre eles a questão política, no entanto,

Os próprios museus reconheceram que para serem considerados participantes válidos e activos na sua sociedade, eles devem estar acessíveis a todos, valorizando a utilização real em termos de providenciar recursos para a actualização e debate intelectual e espaços para contemplação e inspiração. (ICOM, 2004, p.114).

Enfim, o ato colecionador é claramente orientado para um acesso mais amplo (ainda que marcado pelas questões sociais), sobretudo tendo em vista a sua própria afirmação enquanto coleção relevante nos contextos social e cultural vigentes. Estas questões, no entanto, não escapam da caracterização principal do contemporâneo para as coleções que é a produção em série, a repetição e conseqüente serialidade dos objetos. De tal forma, que atualmente, é fundamental se produzir políticas de cerceamento das repetições (no sentido também de semelhança), pois,

A aquisição de objectos ou espécimes não mencionados na política estabelecida do museu só deve ser feita em circunstâncias excepcionais. Caso isto aconteça, o órgão administrativo deve atender às recomendações profissionais disponíveis e à opinião de todas as partes interessadas. (ICOM, 2004, p.8).

Neste contexto de produção em massa e acesso amplo a informações, nos museus emergem a necessidade também de produzir bons instrumentos de categorização dos objetos, vislumbrando inclusive aquilo que já acontece na Biblioteconomia que é a criação de padrões de interoperabilidade:

Se o museu decidir desenvolver um sistema de catalogação na internet, pode ser útil discutir com outros museus o potencial para uma abordagem partilhada, como uma página de internet e um catálogo nacional partilhado. (ICOM, 2004, p.47).

Por fim, chegamos à constatação de que o ato colecionador contemporâneo no contexto dos museus se configura num quadro marcado por uma sociedade ávida pelo consumo municiada por uma produção em massa, que conduz à maior racionalização dos processos e necessidade de sistematização de suas coleções. No entanto, um ponto importante a ressaltar, é que a solução da Museologia parece ser muito promissora no sentido de propor alternativas de espacialização do acervo, de confronto com os limites dos objetos e das coleções relativizando e por vezes até incorporando a repetição como componente potencial de novas significações.

Antes de avançar para o próximo capítulo, buscando resgatar os pontos de observação dos manuais que foram discutidos neste, traçam-se os seguintes quadros:

Arquivologia

Quadro 1 – Síntese dos manuais de Arquivologia

MANUAIS	Definições	Crítérios de seleção	Acesso	Arranjo
De Archivis Liber Singularis – (1632)	Ordem divina ao caos	Registros que provinham da nobreza	Restrito	Indissoabilidade (inviolabilidade)
Manual dos Arquivistas Holandeses (1898)	Negação do conceito de coleção	Ditados pela natureza do próprio Arquivo	Através de instrumentos	Funções que lhes deram origem
Manual ICA - International Council on Archives - Committee on Appraisal - Guidelines on Appraisal (2003-2005)	Documentos físicos e eletrônicos	Avaliações sistemáticas	Ampla	Múltiplos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Biblioteconomia

Quadro 2 – Síntese dos manuais de Biblioteconomia

MANUAIS	Definições	Crítérios de seleção	Acesso	Arranjo
Advis por dresser une bibliothèque (1627)	Enriquecer o espírito das pessoas	Conteúdo em detrimento da forma (busca pela totalidade do conhecimento)	Ampla	Simple e preciso
A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library (1876)	Segmentação (especialização) do conhecimento representado	Não específica, mas sua classificação prevê a totalidade do conhecimento	Ampla	Complexo, científico e pragmático
Manuais IFLA (2001; 2008) -	Objetiva, racionalizada e com foco no usuário	Definido através de políticas bem delineadas	Ampla	Complexo, científico e pragmático

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Museologia

Quadro 3 – Síntese dos manuais de Museologia

MANUAIS	Definições	Critérios de seleção	Acesso	Arranjo
The First Treatise on Museums: Samuel Quiccheberg's Inscriptiones, 1565 (Texts & Documents)	Fonte de conhecimento do universo	Totalidade das coisas (aspiração de se conhecer tudo)	Restrito, pois se preocupa em mostrar a genealogia dos colecionadores	Complexo, aprofunda a divisão entre naturalalia e artificialia.
Museographia Oder Anleitung Zum Rechten Begriff Und Nutzlicher Anlegung Der Museorum Oder Raritätenkammern: Darinnen Gehandelt Wird I. Von Denen ... (1727)	Preocupação com a origem das coleções	Utiliza entre outros critérios de raridade para compor as coleções	Restrito, mas preocupa-se em criar um guia para visita de museus	Simplex. Apenas a distinção básica entre naturalalia e artificialia
Manual ICOM – Como gerir um museu ICOM (2004)	Patrimônio público	Definida através de políticas	amplo	Complexo. Maior sistematização dos processos do museu

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

5 OBSERVAÇÕES E APONTAMENTOS DAS RELAÇÕES ENTRE AS DISCIPLINAS DE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Neste capítulo, na primeira seção, serão retomadas as análises dos manuais discutidos no capítulo anterior tentando chegar a um aprofundamento do debate. No tópico seguinte são apresentados teóricos das áreas no intuito de fornecer o alicerce para se olhar o ato colecionador em relação às disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Adiante, nos terceiro e quarto tópicos o capítulo muda um pouco o rumo da discussão na tentativa de perceber os movimentos teóricos em torno do pertencimento e/ou distanciamento das três disciplinas e por fim tenta apontar algum horizonte para o tema.

5.1 Inferências a partir dos manuais

A proposta de análise dos manuais tendo como horizonte a caracterização do ato colecionador proporcionou alguns aportes interessantes para a discussão teórica dos campos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. No entanto, o fato de terem sido tomados de forma isolada impossibilita uma análise macro do tema. Desta forma, propõe-se nova análise tendo como referência a categorização histórica do ato colecionador: Renascentista, Iluminista e Contemporânea. Contudo, a ideia é tomar as três análises das áreas de forma conjunta para cada período histórico. Ou seja, caracterizar o ato colecionador renascentista de forma geral para as três áreas e assim sucessivamente. Ao mesmo tempo, pretende-se empreender uma tentativa de análise do ato colecionador para cada área tendo em conta os três períodos históricos. Exemplificando, com base na análise dos períodos históricos existiria uma caracterização do ato colecionador para a Arquivologia, outro para a Biblioteconomia e mais um para a Museologia.

A primeira proposta então seria partir das idades históricas para caracterizar os atos colecionadores. O primeiro deles seria o ato colecionador renascentista tendo como base a caracterização das três áreas abordadas aqui.

Pela ordem de ocorrência cronológica o primeiro ato que se apresenta é o renascentista que guarda características, do ponto de vista dos arquivos, intrinsecamente ligadas ao poderio monárquico. Dessa forma, tínhamos que o poder do Rei advinha de Deus e portanto a ordem natural dos arquivos também pressuponha a representação natural que decorre do arranjo divino que está presente em todas as coisas. Essa característica observada no manual de Baldassare Bonifácio pode ser facilmente percebida em expressões do tipo “santidade dos arquivos”. Assim, faz-se notar uma vinculação do saber arquivístico renascentista com princípios religiosos que por sua vez serviam a interesses de poder, no caso dos reis. Evidentemente esta vinculação poderia ser observada em vários ramos da atividade humana, no entanto, não deixa de ser instigante a associação entre a naturalidade dos arquivos e o caráter divino da ordem natural do universo.

Aprofundando no entendimento do espírito renascentista com base nos manuais estudados nesta tese, temos no projeto de Naudé uma ampliação do olhar restrito dos arquivos reais e divinos para um projeto de olhar além das coleções particulares nas bibliotecas. Esta noção é claro tem a ver também com a própria natureza das instituições arquivo e biblioteca, pois enquanto a primeira tinha como função inicial o caráter de legitimidade de poder e direitos (se é que se pode falar amplamente de direitos no período renascentista) a segunda vivia um “renascimento” para além dos mosteiros e das coleções particulares formando o embrião das futuras bibliotecas públicas. Feita esta primeira dissociação temos no escopo das bibliotecas um vislumbramento da possibilidade de um conhecimento mais amplo e plural no que diz respeito aos livros colecionados, pois era possível construir coleções em quase todos os ramos de atividade e saberes humanos. Sobretudo, na obra de Naudé, o que fica é a proposição de uma figura pouco vista na história das bibliotecas até então, o sujeito leitor ou usuário da coleção que agora poderia ser alguém distinto de quem formou a coleção.

Os museus por sua vez reforçaram a ideia do sujeito colecionador como central para construção, apreciação e estudo das coleções que se formavam. Partindo de acervos magníficos e plurais (que congregavam livros e documentos arquivísticos

também) os colecionadores elaboravam os seus grandes gabinetes de curiosidades e “monstruosidades”. Este universo que tendia à totalidade das coisas estava também muito bem ordenado e representado no manual visionário de Quiccheberg que propôs uma classificação de todas as manifestações do conhecimento humano e ainda se preocupou com a questão do legado da memória representada nestes espaços.

Assim, como poderíamos definir o ato colecionador renascentista com base na análise dos manuais propostos aqui? Bom, uma primeira impressão diria de uma propensão para coleções particulares ou fechadas para o grande público. O que, em parte, pode ser constatado pois até mesmo as bibliotecas que começavam a se tornar grandes coleções ainda tinham um público muito restrito. Contudo, podemos argumentar que estes arquivos, bibliotecas e museus do renascimento não eram mais os mesmos observados na antiguidade. Existia um movimento em curso de expansão dos saberes e questionamentos do pensamento teológico até então dominante. O ato colecionador portanto se inseria nesta dicotomia, no conflito que existia no renascimento entre a consolidação do pensamento religioso e o surgimento de novas explicações para o mundo em que vivemos. Dessa forma, a humanidade começava a colecionar a expectativa de um conhecimento livre e plural, contudo ainda com forte marca de pertencimento, origem e finalidades.

Adiante na explanação das idades históricas a que o colecionismo está afeito temos o período iluminista. O primeiro aporte a ser discutido é a caracterização proporcionada pela Arquivologia. Em um período onde a categorização do conhecimento avança consideravelmente os arquivos também seguem esta tendência com o aprimoramento dos seus princípios e teorias arquivísticas. O fortalecimento do conceito de Estado corrobora a principal diretriz deste período para os arquivos que é o princípio da impessoalidade fazendo referência à naturalidade com que as instituições acumulam os seus documentos. Neste sentido, existe um deslocamento da figura do sujeito como colecionador do arquivo para a instituição que acumula supostamente de forma natural ao longo de sua existência. Esta ideia na verdade corrobora o momento em que os indivíduos estão se tornando institucionalizados através de registros dos mais diversos, sobretudo para legitimar

direitos e poderes dos homens e sobre os homens. Os arquivos então passam a operar sob novos princípios e teorias mais bem formatadas e embasadas do ponto de vista científico como poderia se verificar em toda extensão do ato colecionador iluminista.

Aprofundando o debate sobre o ato colecionador iluminista, desvelamos a Biblioteconomia e seu salto qualitativo em termos de organização do conhecimento. A proposta inovadora de Dewey para a classificação do conhecimento direcionou a Biblioteconomia para um grande pragmatismo capaz de lidar com grandes massas de livros e organizar grandes bibliotecas. Paralelamente surgiam grandes instituições públicas e universitárias e, partir daí, as coleções presentes nas bibliotecas ganharam outra dimensão, racionalização e complexidade. Cabe notar que este pragmatismo inaugurado no período iluminista levou a um caminho de distanciamento de um viés mais cultural e humano na condução e entendimento das bibliotecas e suas coleções pontuadas em alguns aspectos por Naudé.

Para o escopo dos museus as questões não fogem muito do que se apresentou para os arquivos e bibliotecas, sobretudo no aprimoramento da categorização científica. A museologia avança na distinção entre naturalia e artificialia e produz arranjos mais complexos contemplando outras categorizações científicas e delineando assim o que mais parte seriam os museus temáticos. Embora no manual de Neickel a preocupação com a classificação seja secundária e em verdade é no manual de Quiccheberg que nota-se grande avanços nos esquemas de organização do conhecimento. De qualquer forma, este embrião da pluralidade dos museus estava lançado e seus ecos na sociedade começavam a surgir. Evidentemente esta racionalização irá ser aprofundada no contemporâneo dos museus, mas as bases tinham sido lançadas. Outro aspecto importante para os museus neste período, pontuado no manual de Neickel, é a preocupação com a ampliação do público dos museus que pode ser notada em sua lista de recomendações de como se portar nestes espaços.

O ato colecionador iluminista revisto então sob estas bases mostram a complexidade do conhecimento acompanhado pelo crescimento das cidades e o

sentimento de pertencimento do indivíduo ao Estado e a sociedade como um todo. A resposta colecionadora foi o aprimoramento da organização do conhecimento através dos objetos inaugurando o caráter científico das três áreas como campos do conhecimento. As luzes que se lançavam aos objetos permitiam enxergá-los como objetos complexos e multifacetados. Portanto colecioná-los exigia atos bem delineados, embasados e estritamente categorizados, pois pressupunham cada vez mais encontros para além da relação entre coleção e colecionador.

Por fim, ao final da análise do ponto vista histórico, chega-se ao contemporâneo. Partindo da caracterização arquivista percebe-se o prenúncio do aprimoramento das técnicas que, no caso da Arquivologia, levou ao refinamento dos processos de avaliação, seleção e eliminação de documentos. A gestão de documentos é um processo hoje cada vez mais necessário frente à proliferação de documentos em larga escala, inclusive com a questão da duplicação de registros e fluxos que levam muitas instituições ao absoluto caos. Soma-se a isto a questão dos documentos digitais que muitas vezes não passam pelos processos de gestão documental e estão sob constante risco de perda e esquecimento. O ato colecionador contemporâneo para os arquivos emerge como atitude necessária por parte das instituições em se manterem do ponto de vista administrativo e sobretudo legal (evocando o caráter de prova dos documentos) e ainda aspirarem à condição de futuro quer seja como legados administrativos e propiciador de direitos (documentos trabalhistas por exemplo) ou como fontes históricas (pensando no valor secundário dos documentos).

Adiante o ato colecionador contemporâneo bibliotecário se mostra cada vez mais engajado no pragmatismo em se lidar com os arranjos do conhecimento. A proliferação de grandes sistemas de compartilhamento de dados potencializados pela tecnologia da informação faz das bibliotecas eficientes bancos de dados de representação das coleções abrigadas em seus respectivos espaços. Por outro lado, justamente por conta da imensa disponibilidade de informação na *web* as coleções das bibliotecas vem perdendo a centralidade na oferta de conhecimento. O acirramento da produção em série levou a uma explosão de informação disponível em periódicos eletrônicos, *e-books*, bases de dados, *blogs* e conteúdos digitais dos

mais diversos. Supostamente essa disponibilidade não necessitaria de um arranjo mediado ou colecionado. No entanto, percebe-se também um empobrecimento em relação ao conhecimento que circula na sociedade provocando verdadeiros abismos culturais. Dessa forma, a figura do sujeito na relação de aprendizagem e troca de conhecimento torna-se novamente relevante e necessária. Na extensão deste pensamento as coleções formadas, selecionadas e reunidas sob o espaço das bibliotecas ratificam a sua relevância como espaço e fonte de aquisição e troca de conhecimento/informação.

A proposta museológica para o contemporâneo sofre também as marcas da sociedade de consumo e da serialização dos objetos. Neste sentido, o ato colecionador da Museologia também evoca o aprimoramento de suas técnicas, sobretudo na gestão de seus acervos através, por exemplo, da formalização de políticas para formação de coleções, mostras e exposições. Existe também uma necessidade em se aprimorar a documentação museológica e sua representação e disponibilização em bases de dados de acesso *online*. Contudo, a resposta museológica parece sempre enfatizar o papel da coleção, ou seja, a relação entre os objetos e os seus potenciais significados ocupam a centralidade das discussões em torno do museu. Sobretudo, a questão do repertório e da curadoria enfatiza a relação de mediação e o papel dos sujeitos na construção da coleção.

O ato colecionador contemporâneo se apresenta então no limiar entre sua afirmação e o seu desaparecimento total. A complexidade da sociedade, sobretudo através da explosão do consumo e da produção em massa (inclusive de cultura e informação) provocou análises sobre o fim das mediações⁶². Contudo, é justamente esta questão que reafirma as coleções para o futuro, pois a proliferação de conteúdos exigiu uma ordenação e categorização dos documentos ainda melhor. As coleções, repositórios, arquivos, bibliotecas, museus adquiriram uma relevância ainda maior na sociedade uma vez que atuam como uma espécie de bússola sinalizadora de conteúdo e muitas vezes de sentido para nossas existências “aleatórias”.

⁶² Sobretudo estudos sobre o fim das bibliotecas, dos livros e da preponderância do acesso em detrimento da posse.

Como análise final o que seria então o ato colecionador para cada das áreas? Para a Arquivologia o traço mais marcante é justamente a negação da coleção (enquanto conceito restrito e atribuído a bibliotecas no sentido de diferenciação dos arquivos) como parte de sua construção e consolidação científica. Ao longo dos períodos históricos no entanto, nota-se uma mudança em relação ao foco de negação deste conceito partindo de uma concepção “religiosa” ligada ao “caráter divino dos reis” e negando outros tipos de intervenção ou interpretação da realidade (arquivos) para que pudessem preservar estes direitos (poder), passando pelo fortalecimento do estado frente ao indivíduo (e portanto negando a este o poder de intervir) e chegando finalmente ao estado de direito onde são os princípios legais que invalidam outros tipos de acumulação (sobretudo do indivíduo). Dessa forma, estas passagens colocam a necessidade de uma interpretação do contraditório lançada às luzes de uma abordagem sociocultural que contemple as contradições e relações de poder a que as instituições estão afeitas para lançar uma compreensão complementar sobre a acumulação dos arquivos localizando instâncias colecionadoras que de fato interferem (colecionam) nos arquivos, quer sejam ditando as regras ou selecionando a acumulação dos documentos.

O ato colecionador bibliotecário, por sua vez, possui uma grande virada de rumo a partir do iluminismo onde o aprimoramento e pragmatismo técnico ocupou a centralidade da gestão das coleções em detrimento de uma intervenção mais cultural e erudita. Esse aprimoramento chegou ao ápice no contemporâneo, a ponto de levar ao questionamento de um certo distanciamento do leitor/usuário da biblioteca em detrimento da mediação via representação da informação. No entanto, a disponibilidade da informação na rede fez com que a proposta das representações bibliotecárias (sobretudo através dos OPACs⁶³) perdesse a centralidade na oferta de conhecimento/informação. Dessa forma, o que se propõe é uma volta ao caráter cultural e formativo das coleções abrigadas nas bibliotecas sem desconsiderar contudo, as possibilidades da tecnologia da informação. O ato colecionador para a Biblioteconomia ficou, sobretudo no contemporâneo estritamente pragmático e centrado na condução administrativa da biblioteca. Neste sentido, torna-se

⁶³ Online Public Access Catalog ou catálogos eletrônicos de acesso público que contem a representação e localização dos acervos das bibliotecas descritos através das técnicas de tratamento da informação do campo.

necessário uma ampliação desta ação na retomada do bibliotecário como mediador e curador (fomentador) de aspectos da coleção no que tange às trocas de conhecimento e fruição cultural.

Finalizando a análise vertical das áreas em estudo, temos a análise do ato colecionador museológico. Os museus são considerados por muitos estudiosos os espaços de origem do colecionismo. Partindo dos gabinetes de curiosidades e dos acervos híbridos e fantásticos (monstruosos às vezes) passando pelo aprimoramento da técnica de expografia e das primeiras categorizações de museus até o contemporâneo crescimento dos padrões de qualidade e gestão destes espaços, de fato o termo coleção está muito presente. Contudo, com as discussões de ampliação do entendimento do que é o museu e o museal surge a concepção da quebra de fronteiras e muros. O museu sem fronteiras e a não-coleção de Blom (2003) discutem os limites do acervo na tentativa de definir a musealidade dos espaços e dos objetos. O ato colecionador da Museologia é antes de nada uma ação pensada e não apenas uma condição de existência ou não dos museus. A coleção quer seja objetiva ou imaginada está em permanente construção e afeita a intervenção do sujeito que interpreta e do colecionador (museólogo, curador, artista, historiador) que apresenta a sua representação das coisas, dos objetos e por vezes do mundo. Neste sentido, todas as transformações do ato colecionador museológico em suas idades históricas caminharam na direção de uma construção coletiva que recria a cultura, a arte, a história e nossa concepção de mundo. O ato colecionador dentro do que é apresentado e discutido na Museologia permite pensar uma relação efetivamente dialógica e construtora do conhecimento na medida em que a possibilidade de interpretação do sujeito sobre os espaços musealizados está facilitada e por vezes desejada, provocada culminando sempre em novos arranjos e concepções de mundo.

5.2 Fundamentações

Após a retomada da discussão sobre os manuais com o intuito de aprofundar as definições sobre o ato colecionador, parte-se para a discussão teórica das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A nova análise sobre os manuais, empreendida na seção anterior, contempla tanto o mergulho vertical de discussão das áreas como o vôo horizontal que priorizava as idades históricas que foram propostas neste trabalho. Nesta seção, o foco será apenas no mergulho vertical de discussão das áreas, tendo como proposta a ideia de trazer um autor de cada campo que traga contribuições emblemáticas para as áreas. O critério de escolha se pautou por autores contemporâneos que trabalham em uma vertente de ampliação dos horizontes destas disciplinas. Contudo, ressalta-se que a escolha se pautou por autores que apresentassem alguma tangência com o tema do colecionismo e ao mesmo tempo sinalizassem para uma construção social do conhecimento e por conseguinte da coleção e seus atos concernentes.

O primeiro autor que se apresenta para a discussão está circunscrito no contexto da Arquivologia, trata-se de Terry Cook. O autor faz parte do grupo de arquivistas canadenses onde atuou em diversos cargos, inclusive como diretor do Arquivo Nacional do Canadá, suas inquietações vão de encontro a uma visão mais ampla do documento de arquivo, situados que estão, na dinâmica de uma sociedade permeada de contradições e relações de poder:

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; ou seja, uma mudança igualmente distante de ver o contexto de criação dos documentos descansando dentro organizações hierárquicas estáveis, para situá-los dentro de redes de fluxo horizontal na funcionalidade do fluxo de trabalho. (COOK, 2012, p. 125).

Em suma, o que Terry Cook quer ressaltar é a relevância do contexto (no sentido do contexto macro social) para a Arquivologia, pois a ignorância das relações sociais,

políticas e culturais para o estudo dos arquivos podem levar ao empobrecimento do discurso arquivístico:

Dito de outra maneira, o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto; do resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para a conscientemente construída e ativamente mediada “arquivização” da memória social. (COOK, 2012, p. 125).

Esta acepção traz para o núcleo dos estudos arquivísticos uma nova proposta de entendimento e teorização para a área. Não se trata apenas de questionar os princípios arquivísticos consagrados pelo “manual dos holandeses” e por autores como Schellenberg, o essencial é provocar o espírito crítico tanto do arquivista como do seu consulente, tendo em vista que,

Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. (COOK, 2012, p. 128).

Um dos princípios mais caros para a Arquivologia é da naturalidade onde as instituições acumulam de maneira independente dos sujeitos e os arquivos devem manter esta ordem de origem, proveniência dada pela própria dinâmica de suas existências institucionais. Este princípio tem, outras consequências e interpretações, o afastamento da ideia de coleção por parte do arquivo, sendo inclusive um de seus elementos de distinção basilares, contudo,

Agora estão surgindo muitos exemplos de arquivos coletados – e mais tarde extraídos, reconstruídos, até destruídos –, não para manter a melhor evidência jurídica de transações legais ou comerciais, mas para servir a propósitos históricos e sacro/simbólicos, porém somente para aquelas figuras e eventos julgados merecedores de celebração, ou de lembrança, dentro do contexto do seu tempo. Mas quem é merecedor? E quem determina o merecimento? De acordo com quais valores? E o que acontece quando os valores e o seu determinador mudam ao longo do tempo? E quem é considerado não merecedor e esquecido, e porquê? (COOK, 2012, p. 130).

Poderia se argumentar que esta não é uma questão que diz respeito aos arquivistas de forma estrita, mas a negação destas inquietações pode levar a uma alienação do

processo de trabalho nos arquivos. Existe uma preocupação em se manter os princípios basilares no trato com os arquivos, o que sem dúvida é relevante e necessário. No entanto, a dimensão de um entendimento mais amplo poderá fazer emergir conceitos complementares aos que orientam atualmente a prática profissional. No mínimo, estas questões poderão elevar a consistência do discurso na área. O ato colecionador arquivista, neste contexto, ganha uma enorme relevância social principalmente do ponto de vista histórico, pois a eleição do que é relevante ao longo da história recente humana é fortemente marcada por relações de poder. Porém esta relação criativa pode ser percebida para além dos arquivos históricos, ou seja “o foco está externamente no que eu chamei de”ato criativo ou intenção de autoria ou contexto funcional por trás dos documentos” mais do que internamente nos próprios documentos”. (COOK, 2012, p. 134-135). Desta forma, o propósito colecionador como potência construtora do conhecimento está presente em todo arquivo criado. Dito de forma mais clara, existe uma latência instaurada no processo de criação do arquivo que pressupõe intencionalidade aspirando ora à coleção definitiva (permanente), ora à fluida existência corrente dos documentos. Entretanto, deve-se ressaltar que este processo nem sempre é consciente por parte dos indivíduos e até mesmo das instituições (incluindo aqui o Estado como fomentador e balizador das regras e condutas sociais), pois a intencionalidade sobre a autoria do documento pode não estar muito clara em sua origem, mas isto não significa que ela não esteja lá ainda que subjetiva e por vezes “camuflada”.

A recuperação da intencionalidade do processo de arquivamento no texto de Cook (2002) é uma importante contribuição para um posicionamento crítico da Arquivologia frente às constantes mudanças a que nossa sociedade tem passado em sua história recente, pois,

Enquanto dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio sob as mesmas condições físicas, em qualquer lugar da terra em qualquer momento, irão produzir uma molécula de água, dois criadores de documentos, na mesma função, e a necessidade de registrar evidências de alguma tarefa ou transação idêntica em países diferentes em séculos diferentes, nunca produzirão o mesmo documento de arquivo. (COOK, 2012, p. 137).

A discussão que está aqui como pano de fundo diz respeito à tão debatida neutralidade axiológica a muito refutada nas ciências sociais por autores da envergadura de Weber, por exemplo. No entanto, esta neutralidade no escopo da

prática arquivista não pode ser considerada ingênua e tão pouco desprovida de justificativa e método científico. O que ocorreu foi que,

Houve uma mudança coletiva, durante o século passado, de uma justificativa jurídico-administrativa para os Arquivos fundamentada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural fundamentada em políticas públicas mais amplas e de utilidade pública. Esta ampla mudança reflete em parte o domínio durante o século até muito recentemente dos historiadores como a força motriz da profissão e no treinamento de arquivistas, e em parte na mudança de expectativa dos cidadãos sobre que deveriam ser os arquivos e como o passado deveria ser concebido, protegido e valorizado. (COOK, 2012, p. 140).

Esta mudança foi pontuada ao longo desta tese tentando mostrar este emaranhado de relações de poder em que o arquivo está envolto, ao mesmo tempo em que a discussão sociocultural ganha fôlego e questiona estes mesmos princípios. Até mesmo quando a questão é deslocada para a iniciativa privada é preciso definir parâmetros para que possamos ampliar o estoque de informação acumulada incluindo sempre o contraditório e o colateral em todos espaços de atuação humana:

Simplificando, não é mais aceitável limitar a definição da memória da sociedade apenas ao resíduo documental deixado (ou escolhido) por poderosos produtores de documentos. A responsabilidade pública e histórica demanda mais dos Arquivos e dos arquivistas. (COOK, 2012, p. 141).

A figura do sujeito colecionador surge então de forma marcante no texto de Cook (2012) incorporado no papel de arquivista, mostrando a importância de um posicionamento crítico e proativo na construção dos arquivos em detrimento de uma suposta aceitação da naturalidade do fluxo hegemônico dos documentos:

O foco agora mudou, passando da preservação da prova para sua criação e avaliação. Os arquivistas tentam preservar documentos em contextos confiáveis assegurando que eles sejam criados inicialmente de acordo com padrões aceitáveis de prova e, indo além, para assegurar que todos os atos e ideias importantes estejam documentados adequadamente por essa prova confiável, em vez de esperar, passivamente, que um resíduo natural apareça. (COOK, 2012, p. 142).

Dessa forma, a construção teórica de Cook avança na proposição de novos conceitos para a área da Arquivologia, o que de fato torna-se um projeto ambicioso, mas que não limita a sua interpretação e utilização apenas como uma tentativa de

reinaugurar a área. Esta ponderação é importante, pois o escopo de articulação deste trabalho não é a discussão *stricto sensu* dos fundamentos da Arquivologia e sim a possibilidade de sua articulação com o ato colecionador proposto aqui. De qualquer forma, as proposições do autor ratificam o posicionamento de uma ampliação do olhar arquivístico voltado para a pragmática de construção dos arquivos para uma interpretação socialmente construída.

As formulações de Cook (2012) passam pelos principais fundamentos da arquivologia, dos quais ressalta-se a ordem original e a avaliação de documentos. Assim temos,

A Ordem Original muda sua forma de manutenção da localização física inicial dos documentos num sistema de registro ou classificação, para a intervenção conceitual do software, onde partes dos documentos estão armazenadas aleatoriamente, sem nenhum significado físico e depois são intelectual ou funcionalmente recombinadas, de maneiras diferentes, para propósitos diferentes, em tempo e lugares diferentes, em diversos tipos de ordem, para usuários diferentes. (COOK, 2012, p. 144).

A ordem original de fato é um conceito muito importante para a Arquivologia e a questão do meio digital realmente possibilita uma recombinação dos arranjos originais. Esta questão está estritamente ligada ao conceito de fundos:

Os Fundos Arquivísticos, analogamente, mudam de um reflexo de alguma ordem física estática baseada em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação de grupamentos de documentos, para uma realidade virtual de relacionamento que reflete um produtor múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla focada na função e na atividade, que capture com maior precisão a contextualidade. (COOK, 2012, p. 145).

O fundamental de se reter desta noção é que o mundo hipertextual a que estamos afeitos modifica a noção de espaço e pode ser incitador de novos contextos e combinações. Por outro lado, esta questão leva ao questionamento de validação desses conceitos somente para o ambiente tecnológico, excluindo os arquivos estritamente físicos. Em parte este argumento é válido, mas deve-se lembrar que os arquivos estão se tornando cada vez mais digitais e disponíveis na *web*, sendo essa uma tendência mundial. De qualquer forma, o conceito proposto por Cook (2012) que pode ser considerado central para a discussão do colecionismo é a avaliação, pois,

A Avaliação estabelece “valores” através da teoria social baseados na narrativa contextual da criação e não no conteúdo. Ela prestará o mesmo cuidado às vozes marginalizadas e até silenciadas que aos textos poderosos e oficiais, e procurará por provas de governança mais do que de governo. (COOK, 2012, p. 146).

Este conceito mostra como pode haver atos de intervenção que modificam a naturalidade com que os arquivos se acumulam. Dito de outra forma, no atual contexto a Burocracia tem grande papel na condução da acumulação dos arquivos no contexto contemporâneo, tal como os Reinados exerciam em outros períodos da história da humanidade. Ou seja, a relação de poder está implícita na acumulação dos documentos de arquivo e Cook (2012) propõe modificá-la intencionalmente assumindo a condição colecionadora da humanidade e com isso abrindo espaço para as vozes e documentos marginalizados. É preciso ter em conta, porém, que “todas estas mudanças afastam o foco teórico (e prático) da Arquivologia do documento de arquivo e o empurram na direção do ato criativo da intenção de autoria ou processo ou funcionalidade por trás do registro”. (COOK, 2012, p. 147).

Neste sentido a relação entre arquivos e poder é ainda mais acentuada e necessária para promover estes novos conceitos:

Archives, records, power: three words which now resonate across a range of academic disciplines and professional pursuits. Individually, these terms are often flashpoints for lively debates on social values, cultural identities, and institutional accountability. Yet, collectively, "archives, records, and power" makes an unlikely troika: what have old, dusty archives, stored away in secure vaults, got to do with power⁶⁴? (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 1).

Os arquivos são encarados como construções sociais, passíveis portanto, de relações de poder, potencializando o surgimento de atores para reforçar ou modificar o estabelecido:

⁶⁴ Arquivos, registros, poder: três palavras que agora repercutem em toda uma gama de disciplinas acadêmicas e atividades profissionais. Individualmente, esses termos são muitas vezes focos de debates acalorados sobre valores sociais, identidades culturais e responsabilidade institucional. No entanto, coletivamente, "arquivos, registros, e poder" compõem uma tríade improvável: como é que arquivos velhos e empoeirados, acumulados em cofres, podem ter a ver com o poder?

Archives are social constructs. Their origins lie in the information needs and social values of the rulers, governments, businesses, associations, and individuals who establish and maintain them. Despite changes in the nature of records, the uses for those records, and the need to preserve them, archives, ever since the *mnemons* of ancient Greece, have been about power - about maintaining power, about the power of the present to control what is, and will be, known about the past, about the power of remembering over forgetting⁶⁵. (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 3).

O arquivista, sem dúvida, é um ator fundamental para elucidar estas tramas de poder a fim de exercer influência sobre o *status quo*. No entanto, é preciso perceber que o documento em si guarda uma intencionalidade ou desejo de permanência por parte de seu autor:

Like archives collectively, the individual document is not just a bearer of historical content, but also a reflection of the needs and desires of its creator, the purpose(s) for its creation, the audience(s) viewing the record, the broader legal, technical, organizational, social, and cultural-intellectual contexts in which the creator and audience operated and in which the document is made meaningful, and the initial intervention and on-going mediation of archivists⁶⁶. (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 3-4).

Enfim, estas questões foram abordadas na análise do texto de Cook (2012) a que citamos primeiro, no entanto, o que este novo artigo (SCHWARTZ; COOK, 2002) traz de contribuição para esta discussão é a sua explícita relação entre a edificação dos arquivos e o poder, evidenciando que os documentos são oriundos de uma permanente construção social. Sendo assim é preciso se posicionar como agentes construtores (coleccionadores) do conhecimento, mas sobretudo, do conhecimento colateral, marginal, localizado nos indivíduos ou eliminado das grandes massas de documento institucionalizado e validado pelo pensamento hegemônico:

⁶⁵ Os arquivos são construções sociais. Suas origens encontram-se na necessidade de informação e nos valores sociais dos governantes, governos, empresas, associações e indivíduos que os estabeleceram e os mantêm. Apesar das mudanças na natureza, no uso e na necessidade de preservação dos registros, os arquivos têm falado, desde o *mnemons* da Grécia antiga, sobre poder – sobre a manutenção do poder, sobre o poder que o presente possui de controlar o que é e será conhecido sobre o passado, sobre o poder de lembrar sobrepondo-se ao esquecimento.

⁶⁶ Assim como os arquivos em sua coletividade, o documento individual não é apenas um portador de conteúdo histórico. É também um reflexo das necessidades e desejos do seu criador, do(s) objetivo(s) de sua criação, do(s) público(s) que acessa(m) o registro, do contexto legal, técnico, organizacional, social, intelectual e cultural mais amplo em que o criador e o público atuam e no qual o documento se torna significante e, ainda, da intervenção inicial e mediação contínua por parte dos arquivistas.

This lack of questioning is dangerous because it implicitly supports the archival myth of neutrality and objectivity, and thus sanctions the already strong predilection of archives and archivists to document primarily mainstream culture and powerful records creators. It further privileges the official narratives of the state over the private stories of individuals⁶⁷. (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 18).

Por fim fica-se com a figura de um Estado balizador e detentor das possibilidades de acumulação e portanto colecionador das histórias “relevantes” e anunciador do futuro e das “verdades” comprovadas.

Após discorrer sobre os fundamentos da Arquivologia tendo como referência a discussão do colecionismo o trabalho prossegue com a próxima disciplina em foco: a Biblioteconomia. Para empreender a discussão dos fundamentos desta disciplina em relação ao colecionismo o autor escolhido foi R. David Lankes. Atualmente é professor titular da School of Information Studies na cidade de Siracusa em Nova Iorque, sua preocupação é tentar reunir trabalhos que aliem teoria e prática, sobretudo se esforça para recontextualizar a Biblioteconomia no Contemporâneo. A sua abordagem pode ser considerada original e oportuna por retomar fortemente o foco da Biblioteconomia para a questão social. Um primeiro aporte interessante é a ênfase no papel do sujeito (bibliotecário) como fomentador (coleccionador) do conhecimento:

The mission of librarians is to improve society through facilitating knowledge creation in their communities. There are some important things to note about this mission statement. First, it is not the mission of library or an organization; it is the mission of librarian. It focuses the field on information professionals, but it also makes the responsibility personal to an individual⁶⁸. (LANKES, 2011, p. 32).

⁶⁷ Essa falta de questionamento é perigosa, pois apoia implicitamente o mito arquivístico da neutralidade e da objetividade e, por conseguinte, sanciona a já forte predileção de arquivos e arquivistas pela documentação da cultura dominante e de criadores de registro poderosos. Privilegia-se, assim, a narrativa oficial do Estado em detrimento das histórias privadas dos indivíduos.

⁶⁸ A missão dos bibliotecários é melhorar a sociedade na medida em que facilitam a produção de conhecimento em suas comunidades. Há algumas coisas dignas de nota sobre esta declaração de missão. Em primeiro lugar, não é a missão da biblioteca, ou de uma organização; é a missão do bibliotecário. Ela concentra-se no campo dos profissionais da informação, mas também torna a responsabilidade algo pessoal para um indivíduo.

A perspectiva de construção do argumento de Lankes (2011) leva em conta a missão maior do bibliotecário que está para além de suas habilidades técnicas e fazeres diários prospectando atingir a sociedade em suas demandas por conhecimento e informação:

The greatest asset any librarian has is a librarian. Librarians go well beyond a collection of skills and tasks. They are on a mission to improve society through facilitating knowledge creation in their communities. Of course a mission statement is just words. It must be grounded in an overarching worldview and deep conceptual foundations. Only through these can the field of librarianship evolve to meet new challenges⁶⁹. (LANKES, 2011, p. 46).

Em busca de uma atuação ampliada do fazer bibliotecário Lankes (2011) sinaliza em várias direções tendo como foco principal a tarefa de mediar (e por vezes provocar) a fruição de saberes entre as diferentes comunidades atendidas pelas bibliotecas. Em uma dessas possibilidades o autor compara o fazer arquivístico em sua relação com a preservação do contexto dos arquivos como um modelo a ser imitado pelos bibliotecários. Isto porque os arquivos promovem, em sua visão, uma ponte importante entre os objetos (artefatos) e o conhecimento possibilitado por eles. Neste sentido as bibliotecas deveriam também produzir conhecimento sobre as coleções que abrigam, pois este tipo de atuação possibilita criar mais pontes de conhecimento entre o acervo e seus usuários. Assim, o estudo dos acervos levando em conta a origem, propósito e percursos do livro se fazem extremamente interessantes e importantes:

Libraries also have a great deal to learn from archivists. Much of the field is about preserving the context of archives. The use of a curatorial voice, attempts to build linkages between artifacts, and the lineage of artifacts to timelines, oral histories, and scholarship can be seen as a model for preserving context⁷⁰. (LANKES, 2011, p. 113).

⁶⁹ A maior aprovação que qualquer bibliotecário tem é o próprio fato de ser bibliotecário. Bibliotecários vão muito além de uma coleção de habilidades e tarefas. Eles estão em uma missão para melhorar a sociedade através da facilitação da produção de conhecimento em suas comunidades. Naturalmente, uma declaração de missão são apenas palavras. Ela deve estar enraizada em uma abrangente visão de mundo e em fundamentos conceituais profundos. Só assim o campo da biblioteconomia pode evoluir para atender a novos desafios.

⁷⁰ As bibliotecas também têm muito a aprender com os arquivistas. Grande parte deste campo é dedicada à preservação do contexto dos arquivos. O uso de uma voz curadora, as tentativas de criar vínculos entre os artefatos e a ligação destes com tabelas de temporalidade, histórias orais, e conhecimento acadêmico, podem ser vistos como um modelo para a preservação desse contexto.

Dessa forma, as coleções ratificam a sua importância perante a sociedade, pois uma vez contextualizadas e repertoriadas potencializam o uso já frequente das comunidades que demandam os seus serviços. Assim, é importante ressaltar que:

The artifacts and collections that we have built up are part of an existing social compact that cannot simply be voided in expectation of new roles within our communities. Our members have come to depend on collections and will no doubt see them as an important part of any new compact for large institutional players such as academic and public libraries⁷¹. (LANKES, 2011, p. 157).

Este argumento torna-se muito importante no contexto atual de grande disponibilização de conteúdos, sobretudo na *web*, o que levou a prospecções sobre o fim das coleções. No entanto, deve-se ressaltar que o conceito de coleção não precisa necessariamente se ater ao impresso, pois o formato digital viabiliza, tal qual outros suportes, a construção de coleções que venham a atender os anseios de determinada comunidade ou público. Por outro lado, o modelo de negócio do *e-book*, das bases de dados digitais, dos periódicos e jornais eletrônicos, têm se tornado um grande desafio para as bibliotecas, posto que,

What you need to realize is that right now librarians exist in a nightmare middle ground between owned and leased collections. It is a nightmare because it is expensive and puts the fate of many library functions at the mercy of external forces such as publishers, vendors, and a fickle public⁷². (LANKES, 2011, p. 157).

Lankes (2011), fornece um exemplo pitoresco sobre as implicações do eletrônico para as bibliotecas. O caso diz respeito à assinatura do jornal “New York Times” onde a contratação da versão eletrônica impedia o acesso ao conteúdo retrospectivo

⁷¹ Os artefatos e as coleções que construímos são parte de um pacto social que não pode ser simplesmente anulado na expectativa de que haja novas funções dentro de nossas comunidades. Nossos membros passaram a depender de coleções e, sem dúvida, as verão como uma parte importante de qualquer novo acordo em prol de grandes atores institucionais, tais como as bibliotecas acadêmicas e públicas.

⁷² O que é necessário perceber é que, agora mesmo, bibliotecários vivem o pesadelo de estar entre coleções próprias e coleções alugadas. Trata-se de um pesadelo porque é caro e coloca o destino de muitas funções da biblioteca à mercê de forças externas, como as editoras, os fornecedores e um público inconstante.

e com isso a questão da posse do documento ficava em xeque. De fato, estas questões estão no seio da discussão sobre posse e acesso:

The New York Public Library (NYPL), for example, has a copy of every issue of the New York Times. It also provides online access to the same resource. The difference is, the NYPL owns the physical newspaper and rents access to the online version. So when it came to negotiate a new license for the online collection and the vendor asked for a huge increase in fees, the NYPL looked around and found NOVEL, the New York Online Virtual Electronic Library, a project of the New York State Library that provided statewide licenses to online databases, including the New York Times full text – except that it wasn't the full New York times archive, just a more recent subset. So for a few months, while NYPL negotiated a new agreement with the vendor, the NYPL didn't have access to the full online archives of the times⁷³. (LANKES, 2011, p. 158).

O fundamental, no entanto, é que o bibliotecário, como facilitador do conhecimento se mostra ainda mais imprescindível no contemporâneo do que se poderia supor. As coleções são portanto, tão importantes quanto as comunidades que dela fazem uso:

In a world of spreading digital-connected ubiquity, information is everywhere and from everywhere, and it is in every format. In such a world, librarians as facilitators of knowledge are invaluable. Collections of artifacts are only as valuable as the communities that use them⁷⁴. (LANKES, 2011, p. 159).

No entanto, a contribuição mais interessante de Lankes (2011) para o ato colecionador bibliotecário é justamente a amplitude de seu conceito de coleção que desloca o foco da coleção para a comunidade. Em suas palavras:

⁷³ A Biblioteca Pública de Nova Iorque (NYPL), por exemplo, tem uma cópia de cada volume do New York Times. Ela também fornece acesso on-line a esse mesmo recurso. A diferença é que o NYPL possui o jornal físico e cobra pelo acesso à versão on-line. Assim, quando foi o momento de se negociar uma nova licença para o acesso à coleção on-line e o vendedor pediu um grande aumento nas taxas, o NYPL olhou ao redor e encontrou outra alternativa, o NOVEL (Biblioteca Eletrônica Virtual de Nova Iorque). Trata-se de um projeto da Biblioteca do Estado de Nova Iorque que fornece licenças de acesso a bancos de dados on-line em todo o estado, incluindo ao New York Times em texto integral - exceto pelo fato de que não se tratava de todo o arquivo do New York Times, mas apenas de um subconjunto mais recente. Assim, por alguns meses, enquanto a NYPL negociava um novo acordo com o vendedor, o NYPL não tinha acesso ao conteúdo completo do arquivo on-line do New York Times.

⁷⁴ Em um mundo de extrema propagação da ubiquidade digital, a informação está em todo lugar e vem de toda parte, em todos os formatos. Num mundo como este, os bibliotecários, como mediadores do conhecimento, são de um valor inestimável. As coleções de artefatos são tão valiosas quanto as comunidades que as utilizam.

Remember in the evolution of the integrated library system agreement above, when I said, "We need to see the library as a collection of member collections"? There is an implication there that I didn't explore: if the collections belong to the members, what collection belongs to the librarian? The answer is, the members. Your community is your collection⁷⁵. (LANKES, 2011, p. 159) .

Conceber a biblioteca como uma coleção de comunidades em suas especificidades e complexidades é mergulhar na confluência de interações sociais e culturais prevendo também a diversidade e a possibilidade do contraditório. A frase direcionada ao bibliotecário: "sua comunidade é sua coleção" poderia ser afixada nas portas das bibliotecas, pois tamanho é o seu alcance e profundidade. Sobretudo, existe implicitamente um alargamento da relação entre acervo (coleção) e usuário (comunidade), posto que não se trata apenas de atender as necessidades de informação do público que procura estes espaços, mas de considerá-los como parte indissociável da própria biblioteca. Isto significa que o grau de importância relegado à comunidade é no mínimo igual aos cuidados de concepção do acervo. Este novo conceito provoca o bibliotecário a buscar uma interação mais efetiva junto à sua comunidade, não apenas fornecendo informações, documentos, mas atuando como facilitador do conhecimento, de forma que este encontro se torne parte da biblioteca, de sua coleção.

Na extensão das implicações do conceito inaugura-se um novo modelo de desenvolvimento de coleções que se descola dos procedimentos e técnicas essencialmente administrativas para uma gestão social da coleção. O ato colecionador bibliotecário torna-se então uma ação estratégica para a fruição da cultura e do conhecimento nas diferentes comunidades que atende. A ênfase na relevância do papel do bibliotecário se faz mediante a emergência do contemporâneo, onde a fluidez e velocidade da informação digital prenunciam a virtualização dos espaços e acesso ao conhecimento sem mediações. Neste

⁷⁵ Vocês se lembram de quando, na evolução do acordo do sistema integrado de bibliotecas, afirmei, "temos de ver a biblioteca como uma coleção de coleções"? Há uma implicação aí que eu não explorei: se as coleções pertencem aos membros, qual coleção pertence ao bibliotecário? A resposta é: os membros. A sua comunidade é sua coleção.

sentido, os conceitos de Lankes (2011) lançam novo fôlego para a Biblioteconomia, sobretudo na temática de desenvolvimento de coleções:

What does collection development for a community look like? Quick, what is the poverty level of your community? How many of your students are on the honor roll? What are the specialties of your doctors? What cases are you lawyers working on? What is the big merger now afoot? Now, how many volumes do you have in your collection? What's your acquisition budget? Which of these sets of questions is easier for you to answer? Ultimately, collection development of a community looks like the assessment and planning process laid out in the "Communities" Thread⁷⁶. (LANKES, 2011, p. 159).

As questões pontuadas pelo autor são muito fortes e podem ser exploradas de maneira ampla em diversos outros contextos. Por exemplo: para as bibliotecas universitárias brasileiras qual o impacto das políticas públicas de inclusão na formação de sua comunidade? O aumento de alunos inscritos na universidade está contemplado em nosso acervo? São necessárias metodologias específicas para se lidar com os alunos que se originam de uma situação de vulnerabilidade social? Enfim, as questões são praticamente infinitas, mas muito importantes e atuais para o campo da Biblioteconomia. Idealmente estes conceitos poderiam inaugurar um olhar renovado do ato colecionador bibliotecário percebendo a coleção como uma extensão de sua comunidade e não apenas como objeto de estudo ou como foco para transferência de informações. Trata-se de construir em conjunto soluções posicionadas sobre a formação de coleções nas bibliotecas, considerando como parte delas as comunidades que atende. Seria, em certo sentido, uma operacionalização dos conceitos de Shera (1977) na formulação de sua epistemologia social, mas com o acréscimo da conceituação de coleção com um ato que não considera apenas a existência da comunidade (usuário), mas a inclui como parte da coleção a ser construída, sempre na perspectiva de um amplo debate.

⁷⁶ Como se dá o desenvolvimento de coleções para uma comunidade? Rapidamente, qual é o nível de pobreza de sua comunidade? Quantos de seus alunos estão no rol da fama? Quais são as especialidades de seus doutores? Quais os casos em que os seus advogados estão trabalhando? Que grande aquisição está em processo? Agora, quantos volumes você tem em sua coleção? Qual é o seu orçamento para aquisição? Qual destes conjuntos de perguntas é mais fácil para você responder? Em última análise, o desenvolvimento de coleções de uma comunidade é semelhante ao processo de planejamento e avaliação estabelecido na "Rede de Comunidades".

Encerrando a apresentação dos autores escolhidos para discutir os fundamentos de cada uma das áreas, chega-se a Museologia. O enfrentamento desta área em relação à pertinência do ato colecionador será discutido com base no texto de Susan Pearce. Susan Pearce é Professora emérita do curso de Museologia (Museum Studies) da Universidade de Leicester no Reino Unido. Seus interesses de pesquisa, são concentrados em Cultura Material, particularmente nas relações humanas com o artefato através das relações estabelecidas pelo colecionismo em seus diversos aspectos.

Um primeiro aporte de comparação que surge quando da abordagem de Pearce (1995) com o conceito de colecionismo adotado neste trabalho proposto por Blom (2003) é a divisão histórica do colecionismo. Neste sentido, pode-se dizer que existem grandes semelhanças entre as abordagens, posto que o que Blom (2003) classificava como renascentista Pearce (1995) chamaria de pré-moderno, onde:

The time for such 'perfect' collections was soon to come; as we shall see, in the next century the effort to classify the world, hand in hand with art, gained the moral and political high ground, while those curiosities and rarities, often the relics of human history, at which Grew had sneered, were, for a while, banished from the temple⁷⁷. (PEARCE, 1995, p. 121).

No entanto, Pearce (1995) conduz o seu raciocínio explorando outros aspectos deste período, como por exemplo o misticismo que estava envolvido nesta ideia de coleção, que ainda carecia do aperfeiçoamento classificatório que surgiria posteriormente:

The mystical relationship between things and ideas could be expressed, as Suger might have suggested, by these classifications of the physical world, for they are the music of the spheres in the compass of a single room. We are in a Neoplatonist world seen through Christian stained glass, and as the eighteenth century dawns, the coloured lights will drop away and the vision

⁷⁷ O momento dessas coleções 'perfeitas' estava por vir; como veremos, no século seguinte o esforço para classificar o mundo, lado a lado com a arte, ganhou elevado valor moral e político, ao passo que as curiosidades e raridades – muitas vezes as relíquias da história humana –, de que Grew havia zombado, foram, durante algum tempo, banidas do templo.

of understanding clarify. It had become possible to see the world in a properly studied grain of sand⁷⁸. (PEARCE, 1995, p. 121).

Continuando a comparação das distinções históricas do colecionismo entre Pearce (1995) e Blom (2003), o que a primeira chama de moderno o segundo chamou de iluminista, onde para Pearce (1995):

Beneath the diversity of collecting, the modernist exploration emerges with increasing clarity as the eighteenth and nineteenth centuries unwind. The big collections, and particularly the public museums as these crystallise out of the earlier accumulations, demonstrate the central fact that organised material is knowledge, and knowledge is organised material⁷⁹. (PEARCE, 1995, p. 139).

Nesta definição, aparece o que, no entendimento deste autor, justifica a apropriação de Pearce (1995) para o contexto da Museologia em específico, a sua ênfase na coleção como objeto de estudo dos museus. Este é claramente o seu ponto de partida e chegada. Enquanto que Blom (2003) tenta criar uma teoria mais abrangente sem se ater à discussão museológica propriamente dita. Assim, uma das características do ato colecionador moderno para Pearce (1995) é o surgimento dos museus públicos dotados agora de uma sistematização mais elaborada do conhecimento disposto nos museus.

Outro aporte do texto de Pearce (1995) é a associação histórica do contexto socioeconômico às fases do colecionismo. Neste sentido o ato colecionador moderno, no escopo da Museologia (conforme adotado neste trabalho), se consolida como espaço público tendo como tutor o Estado:

⁷⁸ A mística relação entre as coisas e as ideias podem ser expressas, como Suger teria indicado, por essas classificações do mundo físico, pois elas são a música das esferas no compasso de um cômodo. Estamos em um mundo neoplatônico visto através de vitrais cristãos. Com o alvorecer do século XVIII, as luzes coloridas se desvanecem e a visão de entendimento torna-se clara. Passara a ser possível ver o mundo através de um grão de areia devidamente estudado.

⁷⁹ Sob a diversidade dos atos colecionadores, a exploração modernista emerge com clareza cada vez maior à medida que os séculos XVIII e XIX se desenrolam. As grandes coleções, e, em especial, os museus públicos conforme se cristalizam a partir dos processos de acumulação anteriores, demonstram o fato central de que o material organizado é conhecimento, e conhecimento é material organizado.

As we have seen, notions of individual enterprise and the importance of ownership are part of the heart of what it means to think like a European, and one matched by a corresponding emphasis on the sacred quality of carefully chosen goods. The mature phase of market capitalism naturally went hand in hand with the mature phase of public collection and display, in which spiritual, intellectual and property values are united, the educated middle classes confirmed in proprietorship and the state assured⁸⁰. (PEARCE, 1995, p. 139).

Adiante, tem-se a última divisão histórica proposta por Pearce (1995) que é a pós-moderna. Neste sentido, seria análoga à de Blom (2003), no entanto a discussão sobre moderno e pós-moderno fica em xeque. De qualquer forma, por este ser um tema que ultrapassa o escopo desta tese, pode-se dizer apenas que o conceito geral utilizado para caracterização do colecionismo é o de Blom (2003) definido como “contemporâneo”.

Retomando então a discussão do ato colecionador pós-moderno para a Museologia, proposto por Pearce (1995), temos que:

The notion of what is collectable ranges from recognised antiques (that is, those pieces which are more than a century old), to discarded contemporary bric-à-brac, or even contemporary material bought in a normal market outlet. The collectors hum in antique shops, car-boot sales and mail-order magazines, but also in ordinary shops carrying contemporary commercial stock. Their interests are served by enterprises like the BBC's Antiques Roadshow and its various spin-offs, Miller's magazines, trade papers like *Antiques Trade Gazette*, which are often read by collectors, and a large range of magazines⁸¹. (PEARCE, 1995, p. 149).

⁸⁰ Como vimos, as noções de empreendimento individual e a importância da propriedade são parte daquilo que compõe o coração do pensamento europeu. Elas se correspondem pela ênfase comum sobre a qualidade sagrada de se escolher com zelo os bens. A fase de maturidade do capitalismo de mercado, naturalmente, correu lado a lado com a fase de maturidade do colecionismo público e de sua exibição, em que os valores espirituais, intelectuais e de propriedade encontram-se unidos, a classe média instruída está confirmada em sua propriedade e o Estado está garantido.

⁸¹ A noção daquilo que é reconhecidamente colecionável varia desde antiguidades (isto é, aquelas peças que têm mais do que um século de vida), ao contemporâneo e descartável brigue-a-braque, ou mesmo ao material contemporâneo comprado no mercado comum de *outlets*. Ouve-se o ruído dos colecionadores em lojas de antiguidades, nas de vendas de carros usados e nas de compras online, mas também em lojas normais, carregando estoque comercial contemporâneo. Seus interesses são atendidos por empreendimentos como a *Antiques Roadshow* da BBC e seus vários subprodutos, as revistas da Miller, jornais de comércio como o *Antiques Trade Gazette*, normalmente lidos por colecionadores, além de uma grande variedade de revistas.

Novamente, nota-se a preocupação da autora em relacionar o colecionismo museológico com o contexto socioeconômico vigente, mostrando as facetas do consumismo e do capitalismo na atualidade. A sua abordagem mostra inclusive como se modificou a construção das coleções pelos sujeitos que passaram a se referenciar em outros parâmetros para instituir os seus atos colecionadores. Cabe salientar que o Estado e a Indústria capitalista exercem grande influência sobre os indivíduos, se tornando em alguns casos os próprios colecionadores e construtores da cultura (na perspectiva da memória social por exemplo).

Em suma, a definição do ato colecionador pós-moderno para a Museologia seria:

At first sight, post-modern collecting, like the post-modern world, might appear to have abandoned the old cultural parameters of the long term in favour of eclectic freedom, both personal and material. Notions of classification and relationship, including those where value judgments are implicit, seem to have been subverted in favour of idiosyncratic assemblage which has no point of reference beyond individual quirks of partiality⁸². (PEARCE, 1995, p. 149).

Outra abordagem que surge no texto de Pearce (1995) é o do indivíduo colecionador da cultura. Neste sentido, diante do pluralismo “permitido” pelo pós-modernismo abre-se a liberdade de múltiplas interpretações e sentidos do colecionar que podem ser observados tanto no aspecto individual quanto nas coleções institucionalizadas e expostas nos museus:

But what abides is the clear propensity of European individuals to define themselves and their cultural relationships in material terms. Viewed from this angle, popular collecting reinforces long-term habits and attitudes; now more people collect than ever as post-modernist capitalism and its cultural freedoms opens up more and more material to the collecting gaze. Perhaps (perhaps!) many European individuals are in some important ways more 'free' than they were, but they are using this freedom in traditional ways in the aggressive accumulation of goods, in the cherishing of material

⁸² À primeira vista, a coleção pós-moderna, à semelhança do mundo pós-moderno, pode parecer ter abandonado os velhos parâmetros culturais de longa duração em favor da liberdade eclética, tanto a nível pessoal quanto material. Noções de classificação e relação, incluindo aquelas em que juízos de valor estão implícitos, parecem ter sido subvertidas em favor de montagens idiossincráticas que não possuem ponto de referência para além de caprichos individuais de parcialidades.

relationships and in individual assertions of sense and meaning⁸³. (PEARCE, 1995, p. 149).

Essa associação explícita entre o ato colecionador e a cultura revelam outro pilar fundamental da construção teórica de Pearce (1995), onde pode-se conceber a atuação museológica como da ordem de coletores de cultura culminando em novas formas de ver e interagir com mundo:

Hand in hand with such cultural traits goes the corresponding way of seeing the world in terms of distinction and classification, in tune with a fundamental oath/ordeal paradigm. The two together produce a disposition to understand the universe by analysing its material substance, to unite mystical ideas of the divine with a method of understanding which depends upon physical evidence and its scrutiny⁸⁴. (PEARCE, 1995, 150).

Evidentemente, estes traços estão marcados nos objetos que compõem as diferentes coleções dispostas nos diferentes museus (arte, antropológicos etc):

Objects which carry the freight of all these significances and combine them with the characteristics of treasure - valuable materials, superior craftsmanship and the capacity to enchant the eye - are endowed with sacred knowledge and power. Such objects, it has always been felt, must be set aside to be held in veneration and to act as (in the words of the older anthropology) the external souls of the group⁸⁵. (PEARCE, 1995, 151).

⁸³ Mas o que permanece é a clara propensão dos indivíduos europeus para definir suas relações culturais e a si mesmos em termos materiais. Vistas desse ângulo, coleções populares reforçam hábitos e atitudes de longo-prazo; agora, mais que nunca, as pessoas colecionam à medida que o capitalismo pós-moderno e suas liberdades culturais fornecem cada vez mais material para o olhar colecionista. Talvez (talvez!) muitos indivíduos europeus sejam em alguns aspectos importantes mais "livres" do que eles foram no passado, mas eles estão usando essa liberdade de formas tradicionais, na agressiva acumulação de bens, no cultivo de relações materiais e nas afirmações individuais de sentido e significado.

⁸⁴ Lado a lado com esses traços culturais caminha uma forma de ver o mundo correspondente em termos de distinção e classificação, amarradas por um paradigma fundamental de juramento/provação. Os dois juntos produzem uma disposição para entender o universo pela análise de sua substância material; para unir as ideias da mística divina com um método de entendimento que depende da evidência física e de seu escrutínio.

⁸⁵ Os objetos que transportam a carga de todas as significâncias e as combinam com as características do tesouro - materiais valiosos, moldagens artesanais superiores e a capacidade de encantar aos olhos - são dotados de conhecimento sagrado e poder. Tais objetos, assim como sempre tem sido, devem ser reservados para serem venerados e para que passem a agir como (nos termos mais antigos da antropologia) a alma externa do grupo.

Confirmando esta tese sobre a complexidade do objeto para a construção do olhar museológico colecionador, Pearce (1995) apresenta o exemplo do vaso de Portland. Trata-se de um vaso de vidro camafeu romano, atualmente datado entre 5-25 d.C., que serviu como uma inspiração para muitos fabricantes de vidro e porcelana no início do século XVIII em diante. Desde 1810, no entanto, o vaso foi mantido quase continuamente no museu britânico em Londres. Em sua argumentação Pearce (1995) disserta sobre a influência na cultura e concomitante modificação de propósitos e significados que este vaso causou por conta dos inúmeros debates sobre seus elementos iconográficos.

The Vase makes clear the intimate link between artistic or aesthetic quality and politics of prestige and display. It seems to have been produced originally as a political piece, and to have been used so by the Emperor Augustus. Once it had been rediscovered in 1582, it immediately again occupied the same central cultural position: as an important fragment of the classical inheritance, it itself produces prestige for its owners and, in a different but still important way, for its viewers and admirers⁸⁶. (PEARCE, 1995, 154).

Neste caso, o objeto assume características quase que “mágicas” pois produzem construções históricas a partir de suas interpretações alterando (ou criando) mitos fundadores. O museu, portador dessas mensagens, tem a tarefa de preservar e fomentar estes debates a fim de que nossas percepções de mundo estejam em permanente (des) construção:

The Portland Vase remains in the British Museum. It will continue its sacred task of representing ourselves to ourselves as far forward as we can see. But it has one further dimension, not yet touched upon. It is an infinitely desirable object with, like some of the famous weapons or jewels, an 'unlucky' history, a character and a personality of its own. These are magical qualities, which lie beyond the immediate production of social practice and its deconstruction, although they may help to support them. Things seen in moon shadow appear otherwise than in the bright of day, but both are real;

⁸⁶ O vaso torna clara a íntima ligação entre a qualidade artística ou estética e a política de prestígio e visibilidade. Ele parece ter sido produzido originalmente como uma peça política que teria sido utilizada pelo Imperador Augusto. Assim que foi redescoberto em 1582, voltou a ocupar a mesma posição cultural de centralidade: como um importante fragmento da herança clássica, ele próprio empresta prestígio aos seus proprietários e, de maneira distinta, mas importante, para aqueles que o vêem e o admiram.

and it is to the shadow land of the human heart that we must now turn⁸⁷.
(PEARCE, 1995, 155).

O ato colecionador museológico se configura então nos conceitos de Pearce (1995) como permanente construção dialógica entre o sujeito e seu contexto social materializados nos objetos que compõem as “fabulosas” coleções museológicas cujos atos ressoam como pretensas imortalidades.

5.3 Convergentes, divergentes, separacionistas e visionários

O título desta seção tem um tom mais ilustrativo e serve apenas para categorizar a discussão. De forma mais clara, não haverá um enquadramento dos autores entre convergentes, divergentes, separacionistas e visionários, até porque esta posição pode ser movediça e difícil de se atribuir a algum autor ou corrente de pensamento. No entanto, das quatro possibilidades suscitadas no título da seção, gostaria de salientar o termo visionário que na definição do dicionário Caudas Aulete⁸⁸ seria: 1. Que tem ou alega ter visões. 2. Que tem novas ideias ou descortina novos horizontes: Era um político empreendedor e visionário. 3. Que tem ideias ou projetos idealistas, grandiosos, de realização difícil ou impossível: Suas ideias não dariam certo pois procediam de uma mente visionária. sm. 4. Indivíduo que tem visões. 5. Indivíduo utopista, devaneador.[F.: Do fr. visionnaire. Hom./Par.: visionária (fem.), visionaria (fl. de visionar)].

A escolha deste termo se deu por conta da tensão entre o sentido daquele que descortina novos horizontes e aquele que tem um projeto utópico e de difícil realização. Esta tensão é emblemática, no sentido de que a proposta de se procurar

⁸⁷ O vaso de Portland permanece no Museu Britânico. Ele continuará com sua sagrada missão de nos representar a nós mesmos, tão mais à frente quanto nossos olhos podem ver. Mas ele possui ainda outra dimensão, ainda não discutida. Trata-se de um objeto infinitamente desejável, assim como algumas das famosas armas ou joias, uma “infeliz” história, algo que possui um caráter e uma personalidade própria. Trata-se de qualidades mágicas, que estão para além da produção imediata da prática social e de sua desconstrução, embora possam ajudar a apoiá-las. As coisas, quando vistas sob a sombra da lua, aparecem de maneira distinta do que ocorre à luz do dia, mas a verdade é que ambas são reais; e é para a terra sombria do coração humano que precisamos nos direcionar agora.

⁸⁸ Extraído da versão digital do dicionário Caudas Aulete
<http://www.aulete.com.br/vision%C3%A1rio#ixzz3SISMZJnC>

novos “pares” em áreas próximas, ainda que distintas, pode ter interpretações e repercussões das mais diversas e, por vezes antagônicas . Apresentado o contexto, passa-se a apresentação de alguns conceitos e propostas teóricas que tem procurado fundamentar a discussão sobre a proximidade (ou não) destas áreas.

Assim, um conceito caudatário de Wersig (1993), que tem sido retomado como possibilidade de transversalidade para as três áreas é olhar informacional:

Aqui se resgata a ideia de olhar informacional apresentada no segundo capítulo – olhar que se dirige exatamente para esse ato fundador, básico, que é ação humana de “in-formar” (dar forma, existência material, a um pensamento ou ideia) e se “in-formar” (utilizar os registros materiais do conhecimento para construir suas ideias e pensamentos). (ARAÚJO, 2014, p. 154).

Pode-se inferir deste conceito que a ação humana de in-formar seria comum às três áreas, sendo antes um ato fundador das disciplinas estando prevista em sua concepção de criação. Evidentemente, trata-se de conceito bem vago e poderia ser estendido por exemplo à Comunicação Social através de sua atuação jornalística e midiática. Porém, não deixa de ser um caminho interessante de fundamentação justamente pela sua amplitude de aplicação.

Este caminho de argumentação por via do termo informação conduz a discussão para a Ciência da Informação que apesar de ter sido associada frequentemente aos processos técnicos da ação de in-formar teve o seu escopo ampliado também para as questões sociais:

A ciência da informação não nasceu como uma ciência tipicamente social, mas identificou-se ao longo dos anos com o escopo das ciências sociais à medida que se orientou para uma postura em que os sujeitos passaram a ser vistos como o principal ator e objetivo dos chamados sistemas de informação, e que métodos e conceitos das ciências humanas e sociais foram aplicados para o seu estudo. (ARAÚJO, 2014, p. 122).

Os estudos empreendidos tendo como método e fundamentados nas questões humanas e sociais na Ciência da Informação se alastraram e possuem sedimento consistente em diversos programas de pesquisa em CI por todo o Brasil. No entanto, diante desta abordagem sobre a perspectiva de inclusão de temas oriundos das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia novos desafios surgiram, pois,

Para a ciência da informação, portanto, se coloca um desafio contemporâneo: aquilo que ela deve ser e fazer, estudar e conhecer, precisa de se desenvolver como resposta ao início ou à retomada do diálogo com os campos da arquivologia, da museologia e de parte considerável da biblioteconomia. (ARAÚJO, 2014, p. 160).

Os desafios, na verdade, nas palavras de Araújo (2014) tratam da retomada de diálogo com conceitos que já fizeram parte do escopo de estudos da Ciência da Informação ou pelo menos foram objeto de preocupação e problematização ao longo de sua história em suas diferentes vertentes mundiais. Neste sentido, pode-se dizer que:

Existe, portanto, um vínculo entre os fenômenos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos, informacionais, e a vida social e cultural, o quadro de valores de uma época e de um contexto, as ações humanas no mundo (...). (ARAÚJO, 2014, p. 166).

Tendo a perspectiva de diálogo como horizonte, pode-se concluir que a existência e autonomia das áreas é o melhor caminho de construção de conceitos que possam ser considerados transversais ou complementares, pois dentro do próprio horizonte de problematização empírica das áreas se percebe uma dinâmica muito própria de ação em cada uma das disciplinas:

Assim, arquivos, bibliotecas, museus e informações expressam determinados modos de viver, de pensar e de existir de uma sociedade, e são, ao mesmo tempo, estruturados – ou adquirem existência – a partir de determinadas dinâmicas que lhe são próprias. (ARAÚJO, 2014, p. 166).

Ainda na vertente do diálogo, mas com uma abordagem mais incisiva (e ao mesmo tempo muito controversa), Silva (2011, 2009, 2002) propõe a integração das disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tendo como núcleo integrador a Ciência da Informação. Para tanto articula uma mudança de um paradigma historicista, custodial, patrimonialista e tecnicista para outro pós-custodial, informacional e científico. Nesta sua articulação talvez o conceito central seja a “valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização num qualquer suporte um epifenômeno” (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 449). De fato, sua construção teórica tem boas contribuições para a Ciência da Informação, mas o radicalismo de supressão das disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia para se tornarem partes (ou subtemas) da Ciência da

Informação parece não ser um bom caminho de edificação epistemológica para as áreas em questão, posto que a autonomia teórica poderia ser colocada em risco. Neste sentido, Marques (2011) ao dissertar sobre a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação pontua que:

De toda forma, aqui, como na dissertação, defendemos que as parcerias da Arquivologia sejam mantidas e estreitadas na conformação dos seus espaços, alianças e autonomia. Evidentemente, o estatuto social que une várias disciplinas no campo da informação não poderia ser fator de isolamento. Os diálogos entre essas disciplinas dependem, em grande parte, da definição dos seus espaços comuns e particulares, ainda que delimitados por fronteiras fluidas e porosas. (MARQUES, A., 2011, p. 16).

Analogamente, outros contextos de debate têm surgido no Brasil por conta da criação dos cursos de Arquivologia e Museologia como foi explicitado acima. Sob este contexto Roncaglio (2013) salienta que:

Para os representantes da Biblioteconomia, que há muito tempo dialogam com a Ciência da Informação, a ideia de ramificação parecer-lhes-ia mais natural. Entretanto, para os representantes da Arquivologia e da Museologia, que identificam marcos epistemológicos anteriores e, em alguma medida, divergentes da Ciência da Informação, e com entrecruzamentos teóricos e conceituais mais frequentes com outras áreas (Administração, Direito, História, Antropologia, Artes etc.), a vinculação à Ciência da Informação parece ser muito recente e artificial, não havendo respaldo epistemológico que garanta tal vinculação, embora isso não seja considerado pelas organizações oficiais de educação superior. (RONCAGLIO, 2013, p. 32).

Este relacionamento da Biblioteconomia com a Ciência da Informação pode ser, mais ou menos, evidente dependendo do local (geográfico) de onde se faz análise conforme Araújo (2014) mostrou quando da análise das vertentes da CI. No entanto, a relação da Biblioteconomia com a Ciência da Informação sem dúvida é mais frequente do que da Arquivologia e Museologia com a CI. De qualquer forma, o diálogo mais profícuo talvez seja entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia entre si mesmas, sobretudo por conta da relação historicamente construída pelos profissionais “coleccionistas”:

Pragmaticamente, partamos da distribuição profissional, consolidada pela tradição, e que distingue nitidamente três categorias profissionais, respectivas formações e atuações institucionais: os arquivistas, os bibliotecários/ documentalistas e os museólogos. De fato, a distribuição aqui proposta não reflete uma distribuição internacional homogênea, principalmente se lembrarmos que bibliotecários e documentalistas podem constituir categorias muito diversas, em maior parte dos países europeus,

ou estarem confundidos na mesma categoria, como no Brasil. (SMIT, 2000, p. 1).

O que neste trabalho estou chamando de profissionais colecionistas é também conhecido como profissionais da informação ou do documento. De qualquer forma, uma aproximação, segundo Smit (2000) teria de se estabelecer com um maior (re) conhecimento do trabalho do outro. Este estranhamento, de certa forma, é até natural na medida em que o olhar sobre o objeto, documento ou coleção é distinto em cada das áreas. Ao mesmo tempo, poderia haver um enriquecimento mútuo com o acréscimo destes “novos” pontos de vista.

Contudo, retomando a citação de Roncaglio (2013) parece haver um descompasso histórico de aproximação entre as áreas, deixando a Biblioteconomia mais próxima da Ciência da Informação em detrimento das áreas de Arquivologia e Museologia.

De qualquer forma, pode-se identificar inúmeros pontos de interseção entre as práticas realizadas nas três áreas de conhecimento. Nesta tese, inclusive, a análise dos manuais revelou bons aportes de diálogo entre os fazeres e saberes dos três campos do conhecimento.

A proposição de análise dos campos de conhecimento vistos sob o prisma do ato colecionador revela bons pontos de interlocução. Sobretudo, tendo em vista o conceito de conhecimento aproximado de Gaston Bachelard onde o processo de se conhecer se estabelece através de contínuas aproximações, pode-se inferir que a discussão empreendida nesta tese se soma a outras proposições que tem a perspectiva de construção do campo epistemológico destas áreas. No entanto, deve-se levar em conta o papel do sujeito construtor do conhecimento, no caso o pesquisador, que no contemporâneo emerge como figura centrada em si mesma como afirma Domingues (2002) inaugurando o reino de si mesmo. Neste sentido, espera-se proposições que situem o específico ao mesmo tempo em que os transponha em tentativas contínuas, consistentes e críticas de construções epistêmicas.

As diversas propostas apresentadas nesta seção sinalizam com possibilidades de diálogo entre as áreas. A proposição de modelos autônomos para as disciplinas tendo a discussão sobre o que lhes é comum como horizonte nos parece ser a mais adequada e possível sobretudo no contexto brasileiro. No entanto, o debate tende a se esvaziar quando não é previsto minimamente uma interlocução com os campos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, levando-se em conta as suas especificidades e construções teóricas. Entre os convergentes, divergentes, separacionistas e visionários pode-se identificar bons aportes teóricos e agendas de pesquisa muito promissoras. Entretanto, fica muito claro que o assunto está longe de se exaurir e prever o seu futuro seria demasiado precipitado ainda que pretensamente visionário.

5.4 Admirável mundo novo (prospectos a partir do agora)

O embrião da ideia de se unir os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia sob os auspícios da Ciência da Informação, ou qualquer outra nomenclatura ou mote foi, de certa forma, proposto em diversas universidades brasileiras, ainda que prioritariamente tenha sido mais ligado ao contexto institucional. Os erros e acertos das propostas já podem ser analisados, pois a maioria das propostas já possui um lastro razoável de experimentação no cenário universitário brasileiro.

Nos parece que a preservação e renovação dos estatutos científicos das áreas tomadas em suas especificidades é o melhor caminho de prospecção para o futuro. No entanto, há de se ressaltar e reconhecer que outras propostas são igualmente legítimas e interessantes para a construção de discursos fortalecidos em todas as disciplinas “coleccionadoras” do conhecimento.

Por outro lado, aquilo que ultrapassar a barreira do específico e se tornar transversal ou até mesmo interdisciplinar deve ser muito bem pontuado e referendado para que se for o caso de uma construção coletiva encarnada na Ciência da Informação que esta seja uma ciência que contemple os aspectos sociais e culturais do

documento/informação/artefato, pois a tecnologia deve sempre servir de meio e não como um fim em si mesma:

Na verdade, a menos que preferamos a descentralização e o emprego da ciência aplicada, não como o fim a que os seres humanos deverão servir de meios, mas como o meio de produzir uma raça de indivíduos livres, teremos apenas duas alternativas: ou diversos totalitarismos nacionais militarizados, tendo como raiz o terror da bomba atômica e como consequência a destruição da civilização (ou, no caso de guerras limitadas, a perpetuação do militarismo); ou então um totalitarismo supranacional suscitado pelo caos social resultante do progresso tecnológico, e em particular da energia atômica, totalitarismo esse que se transformará, ante a necessidade de eficiência e estabilidade, na tirania assistencial da Utopia. É escolher. (HUXLEY, 1946, p. 8).

O “Admirável Mundo Novo” de Huxley nos parece hoje mais próximo do que nunca. A velocidade da informação, os avanços da genética, as possibilidades de controle e manipulação dos seres humanos são hoje realidades mais ou menos exercidas em todo o mundo. Cabe nos posicionar sobre que tipo de ciência queremos construir e, no caso do diálogo estudado nesta tese entre as disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tendo como interlocutor o colecionismo (ou melhor o ato colecionador) não nos deixarmos iludir pelo aprimoramento da técnica como elemento central da discussão. Sobretudo, quando da possibilidade (ou da negação dela) de uma transdisciplinaridade com o advento de uma “nova” Ciência da Informação que abarque todo este conhecimento que saibamos que o fundamento que nos une é a implicação sociocultural dos nossos atos colecionadores dentro de uma perspectiva crítica e posicionada. Do contrário iremos nos tornar apenas um meio para a finalidade aprimorada da técnica. “É escolher”. (HUXLEY, 1946, p.8).

6 CONCLUSÕES

Ensaiai conclusões acerca de qualquer tema é sempre tarefa complexa. Talvez o mais correto seria falar de aproximações do objeto e das questões formuladas como problema de pesquisa. De qualquer forma, chega-se ao termo de um trabalho que pontuou a atualidade e pertinência do conceito de colecionismo para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, deixando ainda espaço para um flerte com a Ciência da Informação. Neste sentido, ressalta-se que atualmente existe um diálogo, no cenário brasileiro, entre algumas propostas teóricas (e institucionais) no que diz respeito à essas disciplinas. A proposta de criação de cursos de Arquivologia e Museologia em escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação em verdade surgiu, sobretudo, por conta do modelo de expansão das universidades brasileiras, o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Existem, porém, outros modelos de conformação institucional que fogem ao escopo deste trabalho. O intuito de contextualizar este cenário brasileiro é apenas de introduzir a discussão teórica sobre as possibilidades de convergência e divergências sobre o diálogo entre as disciplinas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Ao longo do percurso muitas contribuições foram lançadas desde uma proposta de olhar epistemológico para as áreas tendo entre outros o texto de Bachelard (1978, 1996, 2004) como central para a abordagem do ato colecionador empreendido nesta tese. Bachelard propõe que o conhecimento deve estar sempre considerado em uma proposta de aproximação e inexatidão, que ao contrário de enfraquecer a análise fortalece o espírito crítico do pesquisador e torna seus argumentos mais sólidos. Na esteira deste pensamento foi possível retomar o “argumento do conhecimento do criador” e com isto propor uma epistemologia construtivista onde só se pode conhecer aquilo que efetivamente se cria, seja objetivamente ou através de representações.

As representações dos atos colecionadores realizados nos arquivos, bibliotecas e museus puderam ser observados através dos manuais apresentados que tiveram

como norte organizador a categorização de Blom (2003) nos períodos históricos do Renascimento, Iluminismo e Contemporâneo. Uma série de proposições argumentativas demonstrou a pertinência e atualidade do tema para as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tanto do ponto de vista empírico quanto teórico.

Dessa forma, ainda com o intuito de fornecer elementos para ratificar o percurso da pesquisa pontuamos algumas possibilidades prospectivas da abordagem do ato colecionador para as áreas abordadas neste trabalho. A preocupação em trazer autores das três áreas foi mantida, mas ressalva-se que o intuito é tentar criar uma espécie de “tipo ideal⁸⁹” que possa ser vislumbrada para as três áreas abordadas nesta tese, e possivelmente em uma suposta Ciência da Informação que estaria em construção de novas bases epistemológicas e socioculturais.

Como instância final e à guisa de conclusão propõe-se uma figura transversal construída através dos fazedores (construtores) das coleções que tiveram em outro momento suas práticas consolidadas nos manuais. Ressalta-se porém, que estes mesmos manuais contêm grande potencial de construção teórica para os campos e analisá-los é também exercer um resgate crítico dos fundamentos teóricos das áreas. Enfim, a figura proposta aqui pode ser localizada nos profissionais (sujeitos colecionadores) demiurgos que criam, organizam e mantêm as coleções através de seus atos sabidos, pensados ou não.

A primeira peça formulativa deste novo ente que surgiria através da proposta do ato colecionador seria uma espécie de profissional dotado de uma cultura geral que amplie a sua formação técnica. Poderíamos também acrescentar a esta formulação as características do bibliófilo, no sentido de seu extenso conhecimento dos livros enquanto unidade de conhecimento única, por vezes rara, mas sobretudo relevante no cenário da cultura de forma geral. Na biblioteconomia brasileira utilizou-se

⁸⁹ Evidentemente não se tem a pretensão de alcançar o nível argumentativo de Weber quando da formulação do seu tipo ideal.

durante muito tempo o termo bibliotecário-erudito para dizer deste profissional humanista e plural, a que Casazza (2012) assim se reporta:

Una de las características de los antiguos bibliotecarios que con más nostalgia puede ser mirada desde la actualidad es el grado de formación en las diversas ramas del saber que tenían antaño quienes desarrollaban la actividad bibliotecaria. En la Antigüedad y en el período helenístico no era imaginable que el tráfico de libros, y por lo tanto de conocimientos, pasara por manos de personas legas, y por ello mismo el curador de las piezas que eran soporte de conocimientos no podía ser otra cosa que un conocedor⁹⁰. (CASAZZA, 2012, p. 32).

O conceito poderia tranquilamente ser atribuído ao arquivista e ao museólogo também, posto que esta postura de busca pelo conhecimento a partir das coleções é desejável e mesmo imprescindível em todas essas áreas de conhecimento e atuação. No entanto, é necessário pontuar que a figura do bibliotecário-erudito trazido para esta argumentação não é mais aquela ligada a um certo elitismo e distanciado das relações sociais. Ao contrário, esta nova figura, posicionada no contemporâneo incorpora a ação social e o posicionamento crítico e intencionado com o saber aprofundado, embasado e científico. Neste sentido, Cook (2013) apresenta uma formulação análoga para o arquivista:

Os arquivistas se engajariam abertamente com seus clientes e respeitariam suas necessidades, em vez de forçá-los a aceitar suas meta-narrativas profissionais sobre como os registros deveriam ser descritos. A arquitetura descritiva baseada em torno dos *fonds* seria explodida para circunstâncias complexas de criação de registros institucionais, saindo de sua fixação plana, mono-hierárquica e estática num criador final para transforma-se em ligações contextuais mais ricas, multi-relacionais, de muitos para muitos. (COOK, 2013, p. 182).

O conceito apresentado por Cook (2013) no entanto, acrescenta ao perfil de um sujeito com boa formação cultural a necessidade de se engajar, se posicionar sobre a estrutura fixa dos arquivos abrindo a possibilidade de múltiplas interpretações e interações. Neste sentido o que está sendo discutido na verdade é o reconhecimento dos juízos de valor e relações de poder que envolve toda atividade humana, no caso do arquivista:

⁹⁰ Uma das características dos antigos bibliotecários que com mais nostalgia se pode considerar hoje em dia é o grau de formação nas diversas áreas de conhecimento que tinham antigamente aqueles que desenvolviam a atividade bibliotecária. Na Antiguidade e no período helenístico não era imaginável que os livros e, portanto, o conhecimento, pudesse trafegar pelas mãos de leigos, e por isso mesmo, o curador das peças, que era o suporte do conhecimento, não poderia ser outra coisa senão um conhecedor.

Eu acredito que arquivistas avaliadores deveriam estar eles mesmos documentados formalmente e vinculados a esses mesmos relatórios de avaliação e entradas descritivas, com um *curriculum vitae* completo colocado em arquivos acessíveis, complementado por detalhes autobiográficos dos valores que eles usaram na avaliação e que refletiram na descrição. (COOK, 2013, p. 185).

No exercício de extrapolação para as três áreas temos um profissional que possui, antes de qualquer coisa, uma autocrítica muito grande, entendendo que toda seleção é um recorte da realidade que por sua vez envolve juízo de valor, ainda que exista um esforço para busca de parâmetros científicos e bem embasados. Neste sentido, outro aspecto importante é a busca pelo conhecimento, tomando como exemplo o bibliotecário:

El bibliotecario debe procurar ser por lo menos una persona muy culta, y, mejor aún, una persona especialista en alguna rama (o en varias) del conocimiento humano. Imaginemos una biblioteca de grandes dimensiones, con treinta o cuarenta bibliotecarios que sean al mismo tiempo matemáticos, historiadores, químicos, arquitectos, médicos, etcétera⁹¹. (CASAZZA, 2012, p. 67-68).

O que Casazza (2012) parece querer pontuar é que o conhecimento que se deve buscar deve transcender a coleção no sentido de propiciar uma visão mais ampla dos contextos fazendo com que o diálogo se amplie:

Por ello mismo, lo que un desarrollo sano de la práctica bibliotecaria debería intentar combatir es precisamente la absolutización del valor del soporte físico del saber en cuanto tal, ya que el soporte físico sólo adquiere su sentido en la acción misma de conquista, sin duda asintótica, del saber universal, saber que naturalmente no es dado a ningún hombre particular sino que lo es, en el mejor de los casos, a la humanidad en su conjunto⁹². (CASAZZA, 2012, p. 102).

⁹¹ O bibliotecário deve tentar ser pelo menos uma pessoa muito culta e, melhor ainda, uma pessoa especialista em alguma área (ou vários) de conhecimento humano. Imaginemos uma biblioteca de grandes dimensões, com trinta ou quarenta bibliotecários que sejam ao mesmo tempo, matemáticos, historiadores, químicos, arquitetos, médicos, etc.

⁹² Da mesma forma, o que o desenvolvimento saudável da prática bibliotecária deveria tentar combater é, precisamente, a absolutização do valor do suporte físico do conhecimento enquanto tal, posto que, tal suporte físico só tem sentido dentro de uma conquista, sem dúvida assintótica, do conhecimento universal, conhecimento que naturalmente não é dado a qualquer homem em particular, mas sim, no melhor dos casos, à humanidade como um todo.

Em suma, a proposta é a retomada do bibliotecário-erudito ou humanista, um sujeito que se situe com base em sua coleção, mas que saiba transpô-la, completá-la e sobretudo contextualizá-la, sobretudo em relação aos outros e seus contextos.

Outra figura, que se apresenta como possibilidade de criação deste sujeito colecionador contemporâneo é o curador que pode ser assim definido:

O curador de arte, ao pé da letra, seria aquele que está incumbido de cuidar, zelar e defender os interesses do artista e dos trabalhos de arte. O curador como se sabe, é o profissional que organiza, supervisiona ou dirige exposições, seja em museus ou nas ruas, em espaços culturais ou galerias comerciais. (ALVES, 2010, p. 43).

A transversalidade deste conceito se configura na possibilidade de se propor exposições, no intuito de ampliar os entendimentos e alcance das coleções para as três áreas em questão. Neste sentido, é importante entender a função social do curador posto que,

Discutir o ofício do curador implicaria pensar a sua função social e também o papel que exerce no campo da educação não formal. Espera-se que as mostras e os textos dos curadores ajudem na compreensão das transformações da arte para um público não completamente familiarizado com ela. (ALVES, 2010, p. 50).

Assim, têm-se um esboço deste sujeito híbrido forjado pelas reflexões em torno do ato colecionador. Este sujeito, que transita entre arquivos, bibliotecas e museus tem a retomada da coleção como ponto vital do revigoramento de suas respectivas áreas de conhecimento. Antes de ser um brado pela volta do paradigma custodial, o que se argumenta é a ampliação da interação com a comunidade que frequenta esses espaços. O que se apresenta é uma reflexão que mostra a implicação das coleções para o contemporâneo através da elucidação da representatividade dos objetos/documentos/artefatos imbricados na dualidade da relação entre indivíduo e sociedade. O ato colecionador, através dos seus sujeitos, se desvela como possibilidade crítica de criação a partir das coleções tendo como porto final a sociedade, a informação e sobretudo a troca que propicia formar novos acervos de conhecimento. A oportunidade que se apresenta é inclusive de retomar os estoques de construções teóricas destes campos sob um prisma renovado, crítico,

socialmente engajado e estrategicamente posicionado em suas matrizes teóricas e específicas.

7 REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon et al. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Trea, 2001.

ALVES, Cauê. A curadoria como historicidade viva. In: RAMOS, Alexandre Dias (org.). **Sobre o ofício do curador**. Porto Alegre: Zouk, 2010. p. 43-57.

AMHERST COLLEGE LIBRARY (Ed.). Preface. In: DEWEY, Melvil. **A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library**. Massachusetts: AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876.

ANTELO, Raúl. O tempo do arquivo não é o tempo da história. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 155-175.

AQUILINA, Janick Daniel. The Babelian Tale of Museology and Museography: a history in words. **Museology**, Lesvos, n. 6, p. 1-20. 2011.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília : Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFORM, 2014.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

ARAUJO, Carlos Alberto Avila et al. O curso de graduação em Museologia da ECI/UFMG: concepção e projeto pedagógico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 282-307, jan./abr. 2010.

ARAUJO, Carlos Alberto Avila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jan./jun. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioeconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 316p.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador. In: _____ **Rua de mão única**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, [1989?]. (Obras escolhidas, 2). p. 227-235.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

BONIFACIO, Baldassare. **De archivis liber singularis ad amplissimum senatorem Dominicum Molinm**. Venecia: [s.n.], 1632.

BORN, Lester K. Baldassare Bonifacio and his essay de archivis. **The American Archivist**, v. 4, n. 4, p. 221-237, Oct. 1941.

BURKE, Peter; PAULA, Sergio Goes de. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Arquivos-relicários: múltiplas narrativas para a construção da história e da memória. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 327-340.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CASAZZA, Roberto. **El futuro bibliotecario**: hacia una renovación del ideal humanista en la tarea bibliotecaria. 2.ed. Buenos Aires : Biblioteca Nacional, 2012.

CHAGAS, Mário de Souza. Em busca do documento perdido; a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de museologia**, Lisboa, n. 2, p. 29-47.1994.

CHARTIER, Roger. **A historia cultural**: entre praticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.

COMAROMI, John P. The foundations of the Dewey Decimal Classification: the first two editions. In: STEVENSON, Gordon; KRAMER-GREENE, Judith (Ed.). **Melvil Dewey**: the man and the classification. New York: Forest Press, 1983. p. 135-147.

COOK, Terry. Moda absurda ou renascimento profissional: Pós-modernismo e a prática de arquivo. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 158-187, jan./jun., 2013

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 98 p.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 7-32. jul./dez. 2005.

DEWEY, Melvil. **A classification and subject index, for cataloguing and arranging the books and pamphlets of a library**. Massachusetts: AMHERST COLLEGE LIBRARY, 1876.

DODEBEI, V. L. D. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 185 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DOMINGUES, Ivan. A crise da verdade e o sujeito ético. In: MAC DOWELL, J. A. (Org.). **Saber filosófico, história e transcendência** — Homenagem ao Pe. Henrique Cláudio de Lima Vaz, SJ, em seu 80º aniversário. São Paulo: Loyola, 2002. p. 259-266.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Tomo I: Positivismo e Hermenêutica – Durkheim e Weber).

DUCROT, Camille. Postface. In: NAUDÉ, Gabriel. **Advis por une dresser bibliothèque**. Paris: Camille Ducrot (édition), 2002. p. 85-89. Disponível em: <<http://www.atelier-internet.ens.fr/travaux-Ducrot-Naude-Advis.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2013.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: _____ **Escritos e ensaios 1**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 21-33.

EL-JAICK, Ana Paula Grillo. Ceticismo/Linguagem. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-21, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/LRBx7O>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FABIAN, Johannes. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132010000100003>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus**: dos gabinetes de curiosidades ao museu moderno. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. 239 p.

FLOWER, Derek Adie. **A biblioteca de Alexandria**: as histórias da maior biblioteca da antiguidade. São Paulo: Nova Alexandria. 2002.

FROHMANN, B. The Power of Images: A Discourse Analysis of the Cognitive Viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386. 1992.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L., MARTELETO, R.M., LARA, M.L.G de (Org). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HERNANDEZ HERNANDEZ, Francisca. **Manual de museologia**. Madrid: Síntesis, 1998. 318p. (Biblioteconomia y documentacion).

HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosário**: o senhor do labirinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

HUNT, Lynn. **A nova historia cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUXLEY, Aldoux. **Admirável mundo novo**. 5.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

ICA. **Guidelines on Appraisal**. 2003-2005. Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1951>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

ICA. **A timeline of the International Council on Archives.** [2013]. Disponível em: <<http://www.ica.org/1832/about-ica/a-timeline-of-the-international-council-on-archives.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ICOM. **Como gerir um museu: manual prático.** Paris: ICOM, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

IFLA. **Guidelines for a collection development policy using the conspectus model.** 2001. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/gcdp-en.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

IFLA. **Gifts for the collections: guidelines for libraries.** 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/112.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

JANEIRA, Ana Luísa. A configuração epistemológica do colecionismo moderno (séculos XV –XVIII). **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 25-36, jan./jun. 2005.
JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói: EdUff, 1995.

JENCQUEL, Kaspar Friedrich. **Museographia Oder Anleitung Zum Rechten Begriff Und Nutzlicher Anlegung Der Museorum Oder Raritäten-kammern: Darinnen Gehandelt Wird I. Von Denen ... Grosten Theils Annoch In...** (German Edition). Charleston, South Carolina: Nabu Press, 2012.

JENKINSON, Hillary. **A manual of archive administration.** London : P. Lund, Humphries & co., ltd., 1937.

JULIÃO, Letícia. **Pesquisa Histórica no Museu.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001 (Caderno de Diretrizes Museológicas). Disponível em: <http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/cadernodiretrizes_quintaparte.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

JUNQUEIRA, Lília. A noção de representação social na sociologia contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18/19, p. 145-161, 2005.

KAPLAN, E. We Are What We Collect, We Collect What We Are: Archives and the Construction of Identity. **American Archivist**, v.1, n.63 p. 125–151, 2000.

KIRCHHOFF, Thomas; SCHWEIBENZ, Werner; SIEGLERSCHMIDT, Jörn. Archives, libraries, museums and the spell of ubiquitous knowledge. **Archival Science**, Berlin, v. 8, n. 4, p. 251-266. 2008.

LANKES, R. David. **The atlas of new librarianship**. Massachusetts: The MIT Press, 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Marcos Antônio Martins; MARINELLI, Marcos. A epistemologia de Gaston Bachelard: uma ruptura com as filosofias do imobilismo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.45, n.2, p. 393-406, out. 2011.

LIMA, Renata. A arte fascinante de colecionar. **Collector's Magazine**. Disponível em: < <http://www.brasilcult.pro.br/artigos/imagens/colecionar.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

MACIEL, Maria Esther. **As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MACIEL, Maria Esther. O inventário do mundo: Arthur Bispo do Rosário e Peter Greenaway. **Agulha**, Fortaleza, São Paulo, n. 31, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/ag31maciel.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

MAIER, Gerald. Common Internet Portal for Libraries, Archives and Museums – BAMPortal. In: IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 68., Glasgow, 2002. **Proceedings...** Glasgow: IFLA, 2002. p. 1-4.

MAIRESSE, François. Samuel Quiccheberg et le patrimoine Immateriel. In: ICOM. **Museology and Intangible Heritage II**. 2004. p. 54-61. Disponível em: < http://iims.userweb.mwn.de/icofom/iss33_supplement.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2013.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Pesquisas com temáticas arquivísticas na ciência da informação: mapeamento das principais tendências. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., jan./jun. 2011.

MARQUES, Reinaldo. O que resta nos arquivos literários. In: MIRANDA, Wander Melo; SOUZA, Eneida Maria de (Org.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 192 - 203.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n.20, p.13-23, jan./jun. 2005.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.1-8, 1995. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000145/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-580.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Universitária, 2002. p.101-115.

MARTELETO, Regina Maria. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2008, p. 13-26.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jan./jun. 1998.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. **Literatura e biblioteca em Jorge Luis Borges e Italo Calvino**. 2012. 253f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECAP-8RWLF3/1/literatura_e_biblioteca_em_jorge_luis_borges_e_italo_calvino___maria_elisa__rodrigues__moreira.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

MURGUIA, Eduardo Ismael . O colecionismo bibliográfico: uma reflexão sobre o livro para além da informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 8., 2007, Salvador. **Anais**.... Salvador: UFBA, 2007.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis por une dresser bibliothèque**. Paris: [s.n.], 1627.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero**. Rio de Janeiro, abr. 2010, v. 11, n. 2. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

PARRELA, Ivana D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus**: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira -1895-1937. 2009. 415f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PEARCE, Susan M. **On collecting**: an investigation into collecting in the European tradition. London; New York: Routledge, 1995. 440 p.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Autoconsciência e processo civilizacional em Norbert Elias. **Relações internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n.2, p. 19-46, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1994. v.1. Memória-História.

QUICCHEBERG, Samuel. **The First Treatise on Museums: Samuel Quiccheberg's Incripciones, 1565**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2014.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 265-282, jan./dez. 1996.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. **A ciência da informação e sua configuração epistemológica**: análise com base nas linhas de pesquisa da área. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos. Através do espelho: o argumento do “conhecimento do criador” no contexto da ciência da informação. **Encontros Bibli** (UFSC), v. 24, p. 32-43, 2007. Disponível em: <

<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14702404>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

REVEL, Jacques. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

RONCAGLIO, Cynthia. O que nos une e o que nos separa? Debate em torno da proposta de um eixo integrador entre os cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia da faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília . **Museologia e Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4maio./jun. 2013.

SALDANHA, Gustavo Silva. Humano Inumano Pós-Humano: o homem na, da e para a ciência da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v.6, n.3, p. 87-107, abr. 2012. Disponível em: <
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6148/4793>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução, relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan/jun 1996.

SHELLENBERG, T. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1973.

SCHWARCZ, Lilia Moritz ; DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **revista do ieb**, n. 46, p. 123-164, fev. 2008.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, Dordrecht, v. 2, n. 1, p. 1-19, Mar. 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Marcel Mauss e Norbert Elias: notas para uma aproximação epistemológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 195-210, jan./mar. 2013.

SHERA, Jesse Hauk. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, jan.-jun. 1977.

SHERA, Jesse Hauk.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. **ARIST**, v. 12, p. 249-275, 1977.

SHERA, Jesse Hauk. **Sociological foundations of librarianship**. Bombay: [s.n.], c1970.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Prática profissional e o ensino/investigação em Ciência da Informação através do conceito operatório de paradigma., 2011 . In V Encuentro Ibérico EDICIC, Badajoz, 2011. **Anais...** Badajoz: Universidad de Extremadura, 2011. p.444-452.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3.ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, A. M. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

SMIT, Johanna W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v . 8, n . 1, jun./dez . 2003.

SMIT, Johanna W. Arquivologia, biblioteconomia e museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n.2, p. 27-36, fev. 2000.

SMIT, Johanna W.. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Sao Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, jan./jun. 1993.

SOFKA, Vinos. A pesquisa no museu e sobre o museu. **Museologia e Patrimônio**, v.2, n. 1, p. 79-84, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/49/38>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

SOUZA FILHO, Alípio de. **Cultura, ideologia e representações**. [20--?]. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Cultura,%20ideologia%20e%20representacoes.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. O argumento do conhecimento do criador e o ceticismo moderno. In: CHAUÍ Marilena de Souza; EVORA, Fátima Regina Rodrigues (Ed.). **Figuras do racionalismo**. Campinas, SP: ANPOF, 1999. p. 1-30.

SOUZA, Eneida Maria de (Org.). **Crítica e coleção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 192 - 203.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2010/tognoli_nb_me_mar.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato . As implicacoes teoricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecarios, 1989.

VRIES, Johanna L. de. **The history of the International Federation of Library Associations. From its creation to the second World War. 1927-1940**. Dissertação (Master of Library Studies) - Dept. of Library and Information Studies, Loughborough University of Technology, Leiden, 1976. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/history/history-of-ifla-1927-1940_de-vries_1976.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

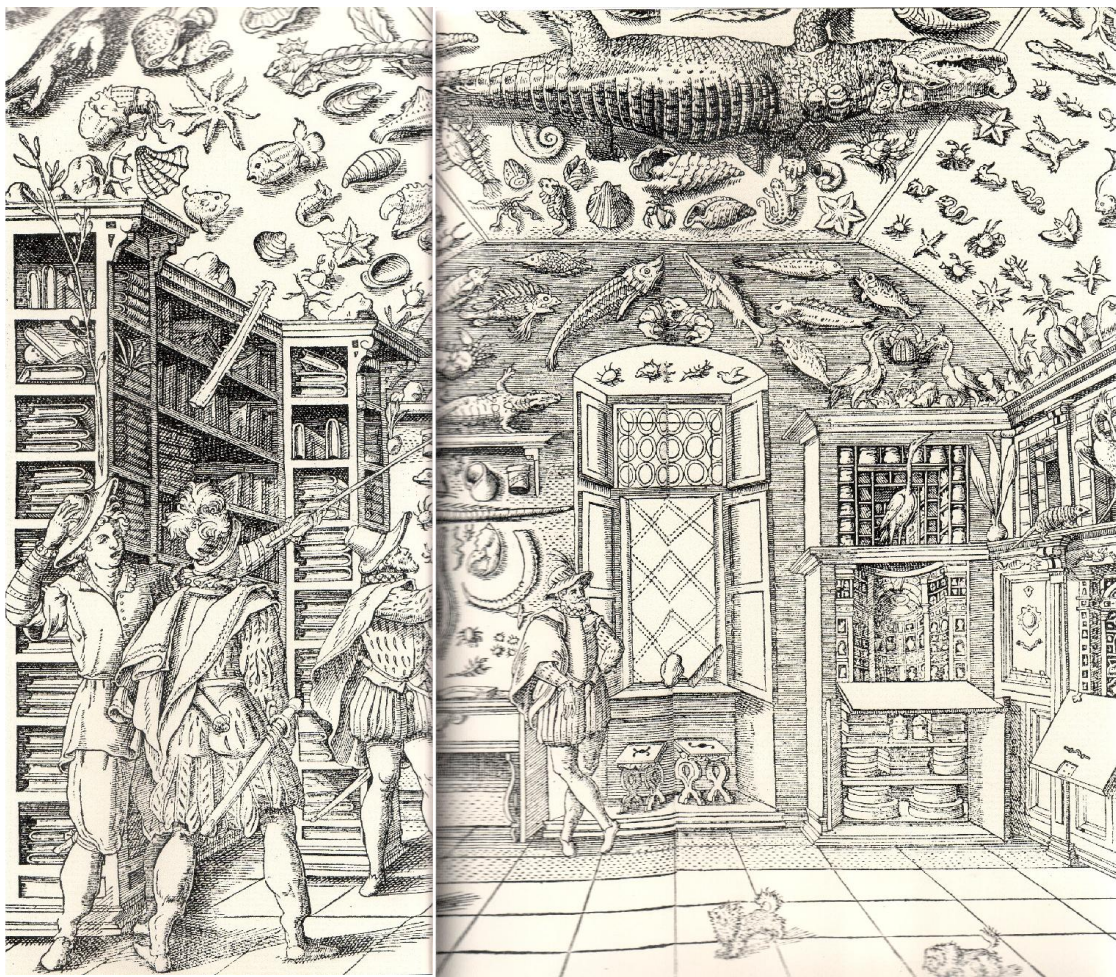
WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing, & Management**. v. 29, n. 2, p.229-239, Mar. 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

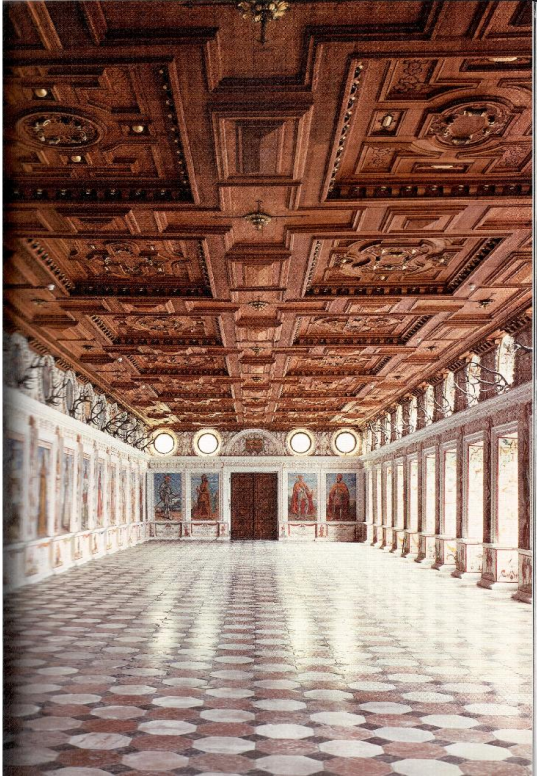
8 ANEXOS⁹³

8.1 Anexo 1 – Exemplo de coleção Renascentista

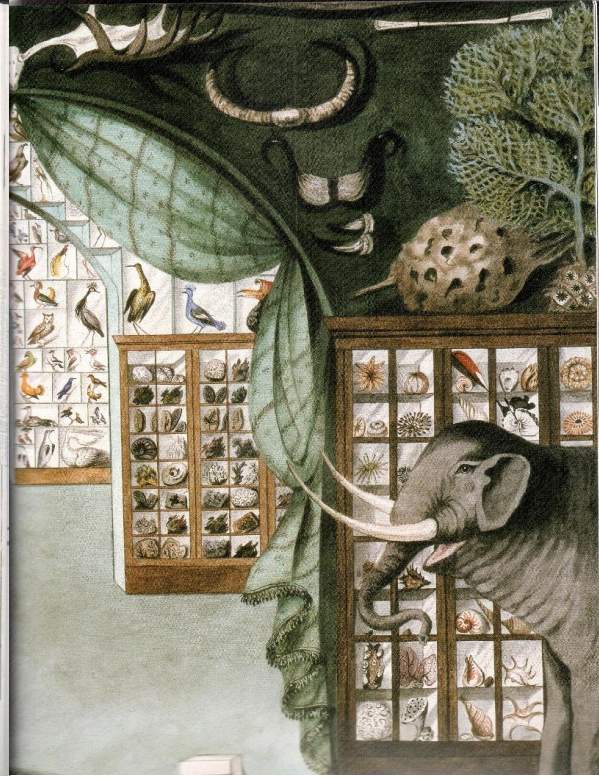


⁹³ Figuras do anexo retirados do livro: MAURIÈS, Patrick. **Cabinets of curiosities**. New York: Thames & Hudson, 2011.

8.2 Anexo 2 – Exemplo de coleção Iluminista



Artificialia



Naturalia

8.3 Anexo 3 – Exemplo de coleção contemporânea

